



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

ESSA DISSERTAÇÃO É DIVERTIDA:
PREDICADOS DE GOSTO PESSOAL E SEUS ASPECTOS
SINTÁTICOS, SEMÂNTICOS E PRAGMÁTICOS

SÃO CARLOS
2018



Universidade Federal de São Carlos

Marina Nishimoto Marques

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

ESSA DISSERTAÇÃO É DIVERTIDA: PREDICADOS DE GOSTO PESSOAL E SEUS
ASPECTOS SINTÁTICOS, SEMÂNTICOS E PRAGMÁTICOS

MARINA NISHIMOTO MARQUES
Bolsista: Capes

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Linguística da
Universidade Federal de São Carlos, como
parte dos requisitos para a obtenção do
Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof(a). Dr(a). Renato Miguel
Basso

São Carlos - São Paulo - Brasil
2018

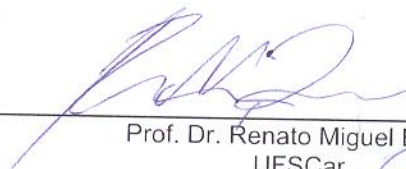


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

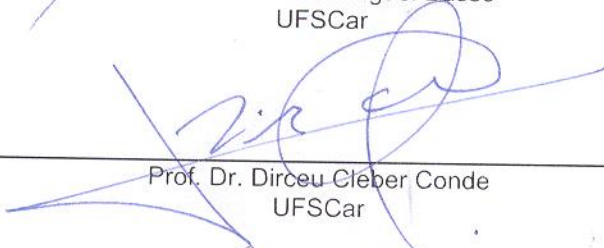
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

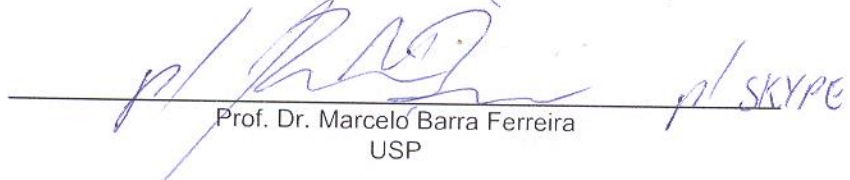
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Marina Nishimoto Marques, realizada em 19/06/2018:



Prof. Dr. Renato Miguel Basso
UFSCar

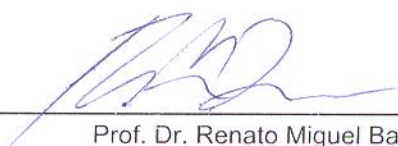


Prof. Dr. Dirceu Cléber Conde
UFSCar

 p/ SKYPE

Prof. Dr. Marcelo Barra Ferreira
USP

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Marcelo Barra Ferreira e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.



Prof. Dr. Renato Miguel Basso

Resumo

Predicados de gosto pessoal (PGPs), como o próprio nome sugere, são predicados que falam sobre o gosto pessoal dos falantes que os proferem. Eles se diferenciam dos demais predicados por gerarem entre os falantes desacordos nos quais, embora um negue diretamente o que o outro diz, nenhum dos dois está proferindo algo falso – um fenômeno que foi chamado na literatura de *faultless disagreement* (Lasersohn, 2005). Nesse trabalho, investigamos alguns aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos dos predicados de gosto pessoal, abordando os principais problemas que são gerados por esses itens (entre os quais está o *faultless disagreement*, mas não exclusivamente) e como a literatura sobre o tema lida com esses problemas e propõe que se trate os PGPs, nos focando principalmente em três abordagens: a relativista (Lasersohn, 2005; Stephenson, 2007), a contextualista (Pearson, 2013) e a expressivista (Gutzmann, 2016). Além disso, mostramos como os dados do português brasileiro contribuem para o estudo dessas construções, evidenciando problemas que não são abordados nas teorias pensadas para o inglês, como, por exemplo, a classificação desses predicados em *individual* ou *stage level* e também como aspectos sintáticos da língua contribuem para a geração de diferentes inferências relacionadas aos PGPs. Por fim, mostramos também outros itens que se comportam de maneira semelhante aos predicados de gosto e que poderiam também ser tratados por uma teoria que dê conta de explicar os PGPs e seus problemas.

Palavras-chave: Semântica. Predicados de gosto pessoal. *Faultless disagreement*. Modalidade.

Abstract

Predicates of personal taste (PPTs) are, as suggested by their name, predicates that speak of the personal taste of the speakers who utter them. They are different from the other predicates because they generate between the speakers disagreements in which, although one directly denies what the other says, no one is uttering something false – a phenomenon that has been called *faultless disagreement* in the literature (Lasnik, 2005). In this work, we investigate some of the syntactic, semantic, and pragmatic aspects of predicates of personal taste, approaching the main problems that these items generate (the faultless disagreement being one of them, but not the only one), and how the literature about the theme deals with these problems and proposes a treatment for PPTs. We focus on three approaches: the relativist (Lasnik, 2005; Stephenson, 2007), the contextualist (Pearson, 2013), and the expressivist (Gutzmann, 2016). Furthermore, we show how data from Brazilian Portuguese contributes to the study of these constructions, casting a light on problems that are not approached in the English-directed theories, like, for example, the classification of these predicates in individual or stage level, and also how syntactic aspects of the language contribute to the generation of different inferences related to PPTs. Finally, we also show other items that behave in a similar manner to taste predicates and that could also be treated by a theory that is capable of explaining PPTs and their problems.

Key-words: Semantics. Predicates of personal taste. Faultless disagreement. Modality.

Agradecimentos

Acho que lembrar de todo mundo a quem a gente deve nossos agradecimentos é uma das partes mais difíceis que temos que fazer num trabalho como esse, e é bem difícil conseguir agradecer todo mundo que teve alguma participação no caminho que levou à conclusão desse trabalho, mas posso tentar agradecer algumas pessoas que me pareceram essenciais para eu chegar até aqui.

Começando aí cronologicamente, eu tenho muito o que agradecer aos meus pais, Sueli e Pedro, que desde que eu era pequena incentivaram meu interesse por leitura e por escrever. Agradeço também meu pai por me ensinar desde cedo a questionar tudo que ouço e vejo. Também tenho que lembrar de agradecer o meu irmão, Nicholas, que sempre esteve disposto a conversar comigo sobre assuntos aparentemente absurdos pelos quais ninguém se interessava. E, finalmente, a todos os três, agradeço pelo apoio não só na minha vida escolar e acadêmica, mas também pelo apoio em todos os outros aspectos da minha vida. Nada disso teria sido possível sem o apoio de vocês. Obrigada!

Em segundo lugar, nem tão cronologicamente assim agora, agradeço ao Rafael por ter sido meu companheiro durante esse tempo de mestrado, sempre estando disposto a me ouvir falar de problemas que eu não conseguia resolver, ou de sentenças do português brasileiro que eu não conseguia julgar, ou, enfim, de outra infinidade de coisas. Devo agradecer também, sem dúvida, todo o suporte que vai muito além da questão do mestrado em si. Em uma época difícil da minha vida, você me deu bastante força para continuar, e eu agradeço imensamente por isso. Obrigada por todo o carinho e todo o companheirismo!

Pegando o gancho, agradeço também à família do Rafael – Neiva, Laura e Ésquines – pelos almoços, jantas, jogos e pela companhia durante esse tempo.

Aos meus amigos que me acompanharam na mudança de Rio Preto para São Carlos – Nana, Wider e Diorge – agradeço o companheirismo, as risadas, as saídas, e por terem ajudado a fazer de São Carlos uma cidade mais familiar e mais amigável.

Ao Clube do Jairo – Fabrício, Jéssica, Saulo, Natália, Aline, Amanda, Pietro, Luís Paulo, Marília – os amigos mais queridos que fiz aqui em São Carlos, eu agradeço todo o apoio que vocês me deram em forma de palavras de incentivo, de julgamento informal de sentenças, e de rolês para conversar da vida acadêmica e da vida fora da academia, claro. Fabrício, obrigada por sempre estar disposto a me ouvir.

Agradeço também ao pessoal da linguística da UFSCar, que também foram companhias agradáveis em papéis acadêmicos e não-acadêmicos. Ao Filipe, pelas discussões sobre o trabalho e sobre o inglês, e pelo apoio moral. Ao Bruno e ao Iago pelos grupos de estudo que me motivaram a estudar coisas que eu não teria estudado. À Thayse, ao Jonathan e ao Matheus pelas discussões tanto sobre assuntos diretamente relacionados a este trabalho quanto sobre outros assuntos linguísticos ou filosóficos que também me interessaram durante esse tempo. À Natália, que foi a primeira pessoa que eu abracei quando eu soube que passei no processo de seleção da pós-graduação.

Agradeço aos professores Marcelo Ferreira e Cleber Conde, que aceitaram fazer parte da banca, e que contribuíram muito na qualificação com sugestões que sem dúvida tornaram o texto melhor. Agradeço ao professor Cleber, que acompanhou minha pesquisa desde que eu ainda estava nos primeiros anos da graduação até agora, e ajudou tanto com conteúdo para ela, quanto com as burocracias que surgiram durante esse tempo de iniciação científica e mestrado.

Não vou saber citar todo mundo, mas agradeço também todas as pessoas que tiraram algum tempo de sua vida para ir nos LingLunchs nos quais por acaso eu apresentei o que eu tinha da pesquisa até então, e que deram sugestões, pitacos, enfim, que contribuíram de algum modo para a forma que o trabalho tem hoje. Também entram aqui meus agradecimentos para as pessoas que contribuíram com sugestões ou questões para a pesquisa durante os congressos nos quais eu apresentei.

Ao Renato, agradeço imensamente a oportunidade de ter trabalhado neste projeto e nessa área da linguística (que é sensacional), e também todo o aprendizado, que foi enorme, durante todos os mais de quatro anos de iniciação científica, TCC e mestrado. Obrigada!

Finalmente, termino agradecendo à FAPESP, que financiou o projeto que originou as questões que originaram esta dissertação, e à Capes, pelo financiamento durante o mestrado, afinal, nem só da palavra viverá o homem.

Lista de figuras

Figura 1: Caminhos possíveis para o faultless disagreement.....	14
Figura 2: Esquema explicativo das funções 'caráter' e 'conteúdo'.....	21
Figura 3: Esquema explicativo da proposta de Kratzer (1977) para o modal must.....	115

Lista de tabelas

Tabela 1: Resumo das teorias sobre PGPs.....	58
Tabela 2: Eficácia dos testes de Pearson (2013) para os dados do PB.....	82
Tabela 3: Eficácia dos testes de Marín (2010) para classificação dos PGPs em PB.....	89

Sumário

Resumo.....	i
Abstract.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Lista de figuras.....	v
Lista de tabelas.....	vi
Introdução.....	9
Capítulo 1. O que a literatura mostra sobre os predicados de gosto pessoal?.....	12
1.1. Quais problemas as teorias sobre os predicados de gosto devem solucionar?.....	12
1.1.1. Faultless disagreement.....	12
1.1.2. Dependência de perspectiva.....	15
1.1.3. Sentenças encaixadas em verbos de atitude.....	17
1.2. Qual é a proposta da abordagem relativista?.....	18
1.2.1. Quais as motivações linguísticas para uma abordagem relativista?.....	18
1.2.2. O que são indexicais e como eles se relacionam com os PGPs?.....	20
1.2.3. Como a abordagem relativista lida com o faultless disagreement?.....	22
1.2.4. Como a abordagem relativista lida com a dependência de perspectiva?.....	24
1.2.5. Como a abordagem relativista lida com as sentenças encaixadas?.....	27
1.3. Qual é a proposta da abordagem contextualista?.....	29
1.3.1. Quais as motivações linguísticas para uma abordagem contextualista?.....	30
1.3.2. Predicados de individual level como genéricos e sua relação com os PGPs.....	31
1.3.3. Como a abordagem contextualista lida com o faultless disagreement?.....	36
1.3.4. Como a abordagem contextualista lida com a dependência de contexto?.....	37
1.3.5. Como a abordagem contextualista lida com as sentenças encaixadas?.....	39
1.4. Qual é a proposta da abordagem expressivista?.....	41
1.4.1. A abordagem expressivista é viável?.....	42
1.4.2. O que são itens expressivos?.....	45
1.4.3. Quais as motivações linguísticas para a abordagem expressivista?.....	47
1.4.4. Como a abordagem expressivista lida com o faultless disagreement?.....	52
1.4.5. Como a abordagem expressivista lida com a dependência de perspectiva?.....	54
1.4.6. Como a abordagem expressivista lida com as sentenças encaixadas?.....	55
1.5. Considerações finais do capítulo.....	56
Capítulo 2. Quais os problemas com as teorias apresentadas no capítulo 1?.....	59
2.1. Quais são as inferências relacionadas aos predicados de gosto?.....	59
2.1.1. Há a necessidade de “experiência direta” para proferir um PGP?.....	59
2.1.2. ‘Ser’ vs. ‘estar’ em sentenças com PGPs.....	63
2.1.3. Sintaxe e implicações de experiência em primeira pessoa.....	63
2.1.4. Qual é a natureza das inferências relacionadas aos PGPs?.....	68
2.2. Predicados de gosto pessoal são predicados de individual level?.....	74
2.2.1. Predicados de gosto pessoal: individual ou stage level?.....	75
2.2.2. Por que PGPs conseguem se combinar tanto com ‘ser’ como com ‘estar’?.....	83
2.2.3. Que tipos de argumentos são tomados pelos PGPs?.....	91
2.3. Considerações finais do capítulo.....	96
Capítulo 3. Que outros itens poderiam ser tratados por uma teoria para PGPs?.....	97
3.1. Que outros adjetivos se comportam como PGPs?.....	98
3.1.1. Por que considerar uma única classe de adjetivos avaliacionais?.....	99
3.1.2. Como as teorias para PGPs lidam com os adjetivos avaliacionais?.....	104
3.1.3. Qual o papel do indivíduo ao qual os adjetivos avaliacionais são relativizados?.....	108

3.2. Operadores modais epistêmicos se comportam como PGPs?.....	110
3.2.1. Quais são as similaridades entre PGPs e modais epistêmicos?.....	111
3.2.2. Como podemos formalizar PGPs e modais epistêmicos de forma similar?.....	113
3.3. Considerações finais do capítulo.....	118
Considerações finais.....	120
Referências.....	122

Introdução

Quando um falante faz uma afirmação sobre fatos objetivos do mundo, o que ele disse pode ser verdadeiro ou falso. Dessa forma, quando outro falante discorda deste primeiro, assertando justamente a negação do que foi dito, apenas um dos dois participantes do diálogo pode estar correto, como ocorre em (1):

- (1) Nino: Tóquio é a capital do Japão.
Biba: Não, Tóquio não é a capital do Japão.

Em outras palavras, somente uma das sentenças acima é verdadeira e a outra é, necessariamente, falsa.

No entanto, há desacordos para os quais temos a intuição de que, ainda que um falante negue diretamente o que o outro fala, os dois podem estar proferindo sentenças verdadeiras, como podemos ver em (2) e (3):

- (2) Zeca: Nino é alto.
Pedro: Não, Nino não é alto.
- (3) Victor: A magia é divertida.
Morgana: Não, a magia não é divertida.

Isso ocorre porque, nesses exemplos, os falantes parecem estar expressando opiniões (cf. (2)) ou gostos (cf. (3)), ou seja, estão fazendo afirmações não sobre fatos objetivos, mas subjetivos. É isso que caracteriza o *faultless disagreement*, um fenômeno no qual, embora um falante negue diretamente o que o outro fala, nenhum dos dois está proferindo algo falso.

Mais claramente, podemos definir o *faultless disagreement* como um fenômeno que apresenta as seguintes propriedades (Pearson, 2013): (i) intuitivamente, os interlocutores discordam um do outro; (ii) há um sentido segundo o qual os falantes disseram algo verdadeiro (contando que cada um seja sincero em sua opinião); (iii) por isso, esse desacordo não pode ser resolvido.

Embora tanto ‘alto’ como ‘divertida’ deem vez ao fenômeno do *faultless disagreement*, tratam-se de predicados que apresentam diferentes comportamentos. A subjetividade desses itens

vêm de duas fontes distintas: (i) a incerteza sobre as dimensões de avaliação envolvidas na afirmação que contém o predicado, como acontece com ‘alto’, ou (ii) a semântica lexical de predicados que falam de avaliações qualitativas, como ocorre com ‘divertida’ (Kennedy, 2013). Em outras palavras, os predicados descritos em (i) apresentam escalas de medida objetivas e verificáveis, enquanto aqueles descritos em (ii) são, por sua própria natureza, subjetivos. Podemos observar isso se colocamos esses itens em estruturas de comparação (Kennedy, 2013; Fleisher, 2013):

(4) Biba: Pedro é mais alto que Zeca.

Nino: Não, Pedro não é mais alto que Zeca.

(5) Victor: A magia é mais divertida que a tecnologia.

Morgana: Não, a tecnologia é mais divertida que a magia.

Em (4), o desacordo perde sua característica de ser *faultless*, e o desacordo entre Biba e Nino é, agora, possível de ser resolvido objetivamente, e somente uma das sentenças em jogo pode ser verdadeira. Em (5), por outro lado, permanecemos com a intuição de que nem Victor e nem Morgana estão proferindo algo falso.

Predicados como ‘alto’ são predicados vagos (Fleisher, 2013), enquanto aqueles como ‘divertida’ são o que Lasersohn (2005) chama de “predicados de gosto pessoal” (*predicates of personal taste*), predicados que, como o próprio nome diz, falam sobre o gosto pessoal e subjetivo de um indivíduo. São estes últimos predicados que nos propomos a estudar neste trabalho.

O fenômeno do *faultless disagreement* é central nos estudos dos predicados de gosto pessoal (PGPs), já que é um problema caracteristicamente gerado por eles e que deve ser explicado, conforme argumentam os vários autores que os estudaram (Kölbel, 2003; Lasersohn, 2005; Stephenson, 2007; Pearson, 2013; Kennedy, 2013; Fleisher, 2013; Gutzmann, 2016; entre outros). Além do *faultless disagreement*, outros aspectos desses predicados também foram alvo de trabalhos, tais como (a) seu encaixamento em verbos de atitude como ‘*think*’ (Stephenson, 2007; Pearson, 2013) e ‘*find*’ (Stephenson, 2007; Pearson, 2013; Kennedy, 2013; Ninan, 2014), (b) as inferências que são geradas por eles (Ninan, 2014), (c) sua relação com itens de outras classes como os indexicais (Lasersohn, 2005; Stephenson, 2007; Gutzmann, 2016) e expressivos (Gutzmann, 2016), entre outros problemas. Os trabalhos citados que tratam desses predicados são voltados para a língua inglesa, e há pouco material sobre eles em português brasileiro (PB).

Sendo assim, nosso objetivo neste trabalho é descrever e analisar os PGPs no português

brasileiro. Para isso, é interessante fazer primeiramente um panorama dos estudos desses predicados, mostrando as possíveis abordagens para tratá-los e os problemas associados a esses itens, tanto os que já contam com propostas de solução quanto aqueles que ainda estão em aberto.

No capítulo 1, faremos, então, esse panorama. Nesse capítulo, apresentaremos as principais abordagens propostas para tratar os predicados de gosto pessoal presentes na literatura: (i) a abordagem relativista (Lasersohn, 2005; Stephenson, 2007), (ii) a abordagem contextualista (Pearson, 2013) e (iii) a abordagem expressivista (Gutzmann, 2016). Em seguida, no capítulo 2, vamos nos ater aos problemas linguísticos gerados por esses itens, tanto aqueles que não são resolvidos ou abordados por essas teorias como aqueles que surgem quando usamos essas teorias para pensar em dados do PB. Finalmente, no capítulo 3, falaremos de outros itens que se comportam de maneira paralela aos PGP e, portanto, que poderiam ser tratados no âmbito de uma mesma teoria que conseguisse lidar com esses predicados.

Por fim, esperamos contribuir aqui não apenas com o estudo dos predicados de gosto pessoal mas também com a descrição do português brasileiro.

Capítulo 1. O que a literatura mostra sobre os predicados de gosto pessoal?

Neste capítulo, nos propomos a fazer uma revisão do que a literatura já trouxe sobre os predicados de gosto pessoal. Como dito anteriormente, uma questão central estudada sobre esses predicados é a questão do *faultless disagreement*, mas há ainda outros fenômenos que precisam ser explicados por uma teoria que se propõe a estudá-los, como a questão da dependência de perspectiva que esses predicados levantam e também a questão de seu encaixamento sob verbos de atitude, como ‘*think*’ e ‘*find*’, do inglês. Na seção 1.1, então, falaremos sobre tais problemas com os quais uma teoria que trata dos PGPs deve lidar.

Uma vez explicitados os fenômenos centrais relacionados aos PGPs, nas seções de 1.2 a 1.4 revisaremos três diferentes abordagens encontradas na literatura: (i) a relativista, (ii) a contextualista e a (iii) expressivista, mostrando como cada uma dessas teorias lida com os fenômenos citados anteriormente e como elas capturam intuições diferentes sobre o que significam, afinal, os predicados de gosto pessoal.

1.1. Quais problemas as teorias sobre os predicados de gosto devem solucionar?

Nesta seção, falaremos sobre os problemas para os quais uma teoria que se propõe a trabalhar com PGPs deve olhar. Os fenômenos centrais relacionados a esses predicados na literatura, como citado anteriormente, são três: (i) o *faultless disagreement*, (ii) a dependência de perspectiva e (iii) o comportamento desses predicados quando encaixados em verbos de atitude. Começemos, então, pelo *faultless disagreement*.

1.1.1. *Faultless disagreement*

O *faultless disagreement* é certamente um fenômeno central no estudo dos predicados de gosto pessoal. O problema semântico colocado por esse tipo de desacordo é justamente o fato de que embora dois falantes estejam proferindo um a negação do proferimento do outro, temos a intuição de que as duas sentenças podem ser simultaneamente verdadeiras, ou seja, que nenhum dos falantes está cometendo um erro, como o exemplo (3), está equivocado ou mesmo dizendo algo

falso, como o exemplo (1):

- (1) Zequinha: Essa torta é gostosa.
Biba: Não, essa torta não é gostosa.

No entanto, como podem duas sentenças aparentemente formando o esquema “p e não-p” podem ser verdadeiras ao mesmo tempo?

Kölbel (2003) mostra que caminhos podemos tomar para explicar o problema imposto pelo *faultless disagreement*. De um lado, podemos dizer que esse tipo de desacordo é possível, e do outro, podemos dizer que ele não é possível. Para os que acreditam não ser possível esse fenômeno, há ainda dois caminhos: (a) pode-se negar esses diálogos sejam desacordos de verdade, ou ainda (b) pode-se negar que esses diálogos realmente são *faultless*, ou seja, afirmar que, mesmo em diálogos que falam de gosto/opinião, quando um contradiz o outro, uma pessoa deve estar certa e a outra errada.

De acordo com Kölbel (2003), entre aqueles que defendem a não existência do *faultless disagreement*, estão os realistas, que afirmam que não há desacordo em que os dois estejam corretos: alguém vai estar proferindo algo falso, ainda que não saibamos quem. Assim, tanto em (2) quanto em (3), um dos dois participantes do diálogo está errado, e o outro está correto; em suma, não haveria diferença entre o predicado ‘gostosa’ e o predicado ‘estadual’, por exemplo:

- (2) Zequinha: Essa torta é gostosa.
Biba: Não, essa torta não é gostosa.
- (3) Zequinha: Essa universidade é estadual.
Biba: Não, essa universidade não é estadual.

No entanto, como o próprio Kölbel aponta, essa postura não explica a diferença entre os predicados que levantam o fenômeno do *faultless disagreement* e os demais. Assim, se em (2) podemos dizer que, desde que Zequinha e Biba estejam proferindo as suas sentenças honestamente, os dois estão proferindo proposições verdadeiras, em (3) consideramos não ser possível que os dois estejam certos ao mesmo tempo. A proposição realista não diz por que estamos inclinados a dizer que em um dos diálogos há um desacordo em que as duas partes estão corretas, enquanto no outro apenas um dos participantes do diálogo pode estar proferindo algo verdadeiro, ou seja, não dá conta da nossa intuição linguística sobre os diálogos acima.

Se, por outro lado, assumirmos que não existe *faultless disagreement* porque esse tipo de desacordo não é, de fato, um desacordo, então temos as teorias para as quais uma sentença como “Matisse é melhor que Picasso” seriam equivalentes a sentenças como “Eu prefiro Matisse a Picasso”. Essa saída seria o que o autor chama de “relativismo indexical”, ou seja, a informação do ponto de vista tomado para o proferimento de uma sentença como “Matisse é melhor que Picasso” está no contexto, e é o agente do contexto quem será considerado para julgar a sentença verdadeira ou falsa. No entanto, Kölbel (2003) descarta essa possibilidade ao considerar que lidar com esses predicados dessa forma não explicaria qual é a diferença entre (a) acreditar que Matisse é melhor e (b) acreditar que você prefere Matisse, sendo que (a) e (b) não parecem crenças sinônimas.

Assim, parece que o *faultless disagreement*, intuitivamente, existe. Kölbel (2003) indica que há dois caminhos para se considerar isso: (i) considerar que sentenças com predicados que geram esse tipo de desacordo não estão no domínio da verdade/falsidade e apenas expressam uma atitude ou um sentimento e (ii) relativizar a sentença a uma perspectiva de modo análogo a como a semântica de mundos possíveis relativiza uma sentença a um mundo possível antes de considerá-la verdadeira ou falsa. Veremos nas próximas seções que ambas as ideias foram desenvolvidas pela literatura em linguística sobre os predicados de gosto pessoal.

A discussão proposta por Kölbel (2003) é melhor representada e resumida abaixo, na Figura 1, adaptada de um esquema do próprio autor:

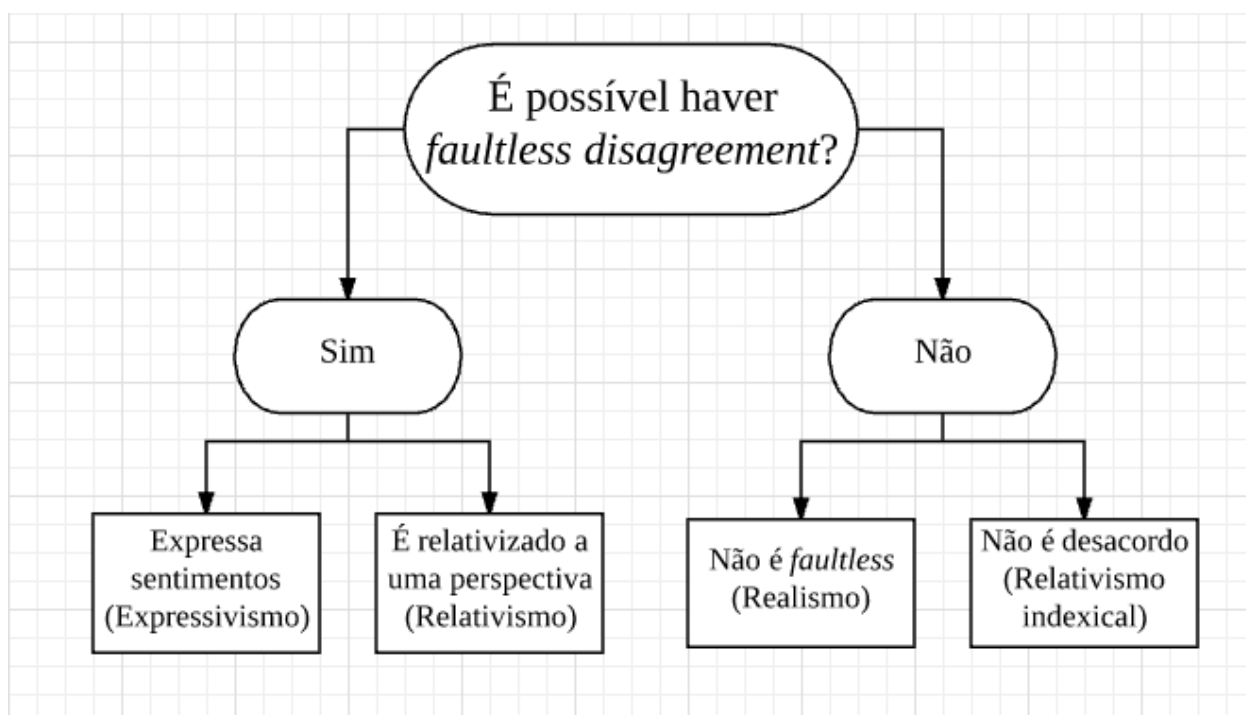


Figura 1: Caminhos possíveis para o *faultless disagreement*

O *faultless disagreement*, então, é um primeiro problema que precisa ser explicado pelas teorias que estudam os predicados de gosto pessoal. Na próxima seção, veremos outra questão que deve ser levada em consideração nos estudos desses predicados.

1.1.2. Dependência de perspectiva

Como dito na seção anterior, Kölbel (2003) afirma que um dos jeitos de se resolver o problema do *faultless disagreement* é dizer que cada sentença é avaliada em relação a uma perspectiva diferente.

Lasersohn (2005) afirma que as sentenças contendo os PGPs podem ser avaliadas a partir de dois tipos de perspectiva. Para falar sobre as diferentes perspectivas, Lasersohn (2005) define o conceito de juiz, que, em linhas gerais, é um indivíduo relevante no contexto de proferimento da sentença cuja perspectiva será levada em consideração para julgar a sentença verdadeira ou falsa. Lasersohn (2005) aponta dois tipos possíveis de perspectiva tomados para o proferimento da sentença: (i) a perspectiva *autocêntrica* e (ii) a perspectiva *exocêntrica*.

Na perspectiva autocêntrica, o próprio falante da sentença é quem serve de juiz para avaliar a sentença proferida, como é o caso em (4). Segundo Lasersohn (2005), esse é o tipo de perspectiva mais comumente encontrado em sentenças com predicados de gosto. Já a perspectiva exocêntrica, caracterizada como aquela em que o indivíduo ao qual o PGP é relativizado não é o mesmo que o indivíduo que profere a sentença, embora seja menos comum, não é rara. Esse fenômeno pode ser exemplificado por (5), no qual podemos interpretar que Biba está falando do gosto do gato, e não que ela própria experimentou a ração.

- (4) Contexto: Nino experimenta fazer uma mágica.
Nino: A magia é divertida!
- (5) Contexto: Biba compra duas rações e coloca em potes separados para seu gato comer. O gato come uma ração, mas ignora a outra. Apontando para a ração que o gato comeu e depois para a outra ração, Biba diz:
Biba: Essa ração é gostosa, mas aquela não é.

Outras classes de sentenças que tipicamente lançam mão da perspectiva exocêntrica são (i) o discurso indireto livre, (ii) contextos nos quais o PGP na sentença é atribuído a um evento particular

e (iii) perguntas (Lasersohn, 2005).

No discurso indireto livre (mais comumente usado em obras literárias), a narrativa não é apresentada da perspectiva do narrador, mas sim de uma personagem cujos pensamentos são expressados, como em (6) (Lasersohn, 2005, p. 671, tradução nossa¹):

- (6) John se perguntou o que fazer com sua tarde de sábado. Ele deveria sair de casa, ou então só ficar em casa e trabalhar? Um filme seria legal, mas ele realmente queria ficar ao ar livre. Montanhas-russas são divertidas, mas custava muito entrar no parque de diversão. Dificilmente valeria a pena se ele fosse sozinho...

Em (6), a sentença “Montanhas-russas são divertidas” não está sendo assertada pelo narrador porque o narrador considera que esse seja o caso, mas sim porque o narrador acessa os pensamentos de João, e João considera as montanhas-russas divertidas.

No caso de contextos em que o PGP da sentença é atribuído a um evento particular, o juiz seria um indivíduo participante do evento, que pode não ser o falante. Considerando, por exemplo, que a sentença “Brincar com um alienígena é divertido” é proferida para se referir ao evento em que Biba foi a um castelo e brincou com um alienígena, a sentença só pode ser julgada pela perspectiva de Biba, e não do falante.

Finalmente, perguntas parecem ser casos de sentenças que pedem que o ouvinte expresse sua perspectiva. Assim, em (7), Biba não está perguntando se ela mesma considera a magia divertida, mas sim se Nino, seu ouvinte, considera a magia divertida: é um convite para que o ouvinte asse a sentença a partir de sua perspectiva, como Nino o faz logo abaixo da pergunta:

- (7) Biba: A magia é divertida?
Nino: Sim, a magia é divertida.

Por fim, é importante notar que o diálogo em (7) pode ainda ter um outro tipo de perspectiva, que seria aquela de um indivíduo genérico, ou seja, o indivíduo que julga se a magia é divertida não para Biba ou Nino, mas sim alguém genérico, ou pessoas no geral. Podemos verificar que essa leitura é possível em (8):

- (8) Biba: A magia é divertida?

¹ No original: “John wondered what to do with his Saturday afternoon. Should he get out of the house, or just stay home and work? A movie might be nice, but he really wanted to be outdoors. Roller coasters were fun, but it cost a lot to get into the amusement park. It hardly seemed worth it if he were just going by himself...”.

Nino: Bom, a magia é divertida para pessoas no geral, mas eu pessoalmente não gosto muito.

A resposta de Nino no diálogo (8) é possível, e isso mostra que a magia, na pergunta de Biba, está sendo relativizada a indivíduos em geral, e não a Nino, como na perspectiva exocêntrica de Lasersohn (2005). A possibilidade de uma leitura genérica do PGP é descartada por Lasersohn (2005) (veremos mais detalhadamente o porquê na seção 1.2.1), mas trabalhada em outras teorias com a de Hazel Pearson (2013), como veremos nas seções seguintes.

Assim, vemos que um segundo problema que deve ser tratado pelas teorias que se propõem a trabalhar com PGPs é o fato de que essas sentenças podem ser proferidas levando em conta diferentes perspectivas, e é necessário saber como identificar qual perspectiva é considerada para o proferimento de cada sentença. Outro ambiente que muda a perspectiva levada em consideração para o predicado de gosto é o das sentenças encaixadas em um verbo de atitude, que explicitam em sua estrutura o indivíduo que julgará a sentença verdadeira ou falsa. Veremos com mais detalhes como funcionam essas sentenças na próxima seção.

1.1.3. Sentenças encaixadas em verbos de atitude

Quando alguém profere uma sentença do tipo “x é divertido”, sem maiores detalhes sobre o contexto, é comum que se atribua a perspectiva de avaliação da sentença ao falante (ele servirá, usando a terminologia de Lasersohn (2005), como o juiz da sentença). No entanto, como já visto na seção anterior, há situações em que a perspectiva muda do falante para outro indivíduo dado pelo contexto de fala.

Quando uma sentença com PGP é encaixada em um verbo de atitude, por exemplo, o indivíduo cujo gosto será levado em consideração para a avaliação da sentença não é quem a profere, mas sim o sujeito da sentença matriz. Podemos observar esse fenômeno em (9a), em que é Nino quem considera o bolo gostoso, e não a falante Biba, o que pode ser comprovado pela impossibilidade de negarmos explicitamente que Nino gostou do bolo. Além disso, como ilustrado por (9b), no caso de múltiplas sentenças encaixadas, é o sujeito do verbo de atitude mais próximo do PGP que servirá de juiz à sentença.

(9a) Biba: Nino acha que esse bolo é gostoso (#mas Nino não gostou).

(9b) Biba: Pedro acha que Nino acha que esse bolo é gostoso.

Assim como ocorre em (9a), não é possível completar (9b) com uma sentença como “mas Nino não gostou”, pois isso torna a sentença pragmaticamente estranha. No entanto, é perfeitamente possível explicitar que Pedro não gostou do bolo e completar com “mas Pedro não gostou”, pois não é Pedro o sujeito do verbo de atitude mais próximo a ‘gostoso’ e, portanto, não é Pedro que serve de juiz ao PGP.

Sentenças como as mostradas em (9) são fundamentais para o estudo dos predicados de gosto pessoal, pois trazem a importante informação de que há ambientes sintáticos em que é possível identificar sistematicamente um juiz que por sua vez é explicitado. As sentenças com PGPs encaixadas em verbos de atitude, então, mostram a relevância de entender a sintaxe desses itens, de uma definição da relação entre PGPs e verbos de atitude (que, por sua vez, contribui para o entendimento desses tipos de verbo), bem como da necessidade de se entender como identificar o juiz de uma sentença que contém um predicado de gosto.

Na seção 1.1, apresentamos os problemas relacionados aos PGPs que devem ser resolvidos por uma teoria que se propõe a lidar com esses itens. Na seção 1.2, na sequência, apresentaremos três tipos de abordagem importantes na literatura, e como cada uma delas lida com esses problemas.

1.2. Qual é a proposta da abordagem relativista?

Antes de passarmos para a proposta de formalização desses predicados segundo uma abordagem relativista, é interessante que possamos compreender quais são suas motivações linguísticas. Já para entender a formalização da abordagem relativista de Lasersohn (2005), é necessário entender também a teoria dos indexicais, tendo em vista que ela se baseia em uma leitura indexical dos PGPs. Assim, dividiremos esta parte do texto da seguinte forma: primeiramente, na seção 1.2.1, reproduzimos os argumentos de Lasersohn (2005) com base em dados linguísticos do porquê considerar que PGPs são similares aos indexicais. Em seguida, na seção 1.2.2, faremos uma breve introdução aos indexicais para depois mostrar como os PGPs se relacionam a esses itens e, finalmente, nas seções 1.2.3-1.2.5, explicamos como essa leitura consegue tratar os PGPs e resolver as questões levantadas por eles, já citadas na seção anterior.

1.2.1. Quais as motivações linguísticas para uma abordagem relativista?

Para defender sua interpretação de que PGPs são similares aos indexicais, Lasersohn (2005) descarta outras possibilidades de tratamento desses itens, mostrando, com dados linguísticos, que os predicados de gosto devem ser relativizados ao gosto de um único indivíduo.

Uma saída intuitiva que Lasersohn (2005) descarta é dizer que PGPs são predicados genéricos, ou seja, que o indivíduo cujo gosto é relevante para se julgar o predicado é, na verdade, não um único indivíduo, mas sim “pessoas no geral”. Para o autor essa saída não é satisfatória, pois não explicaria, por exemplo, a possibilidade de um falante proferir uma sentença como (10):

(10) Esse filme é divertido, mas a maioria das pessoas odiaria.

Uma sentença como (10) só poderia ser proferida caso o predicado de gosto ‘divertido’ não pudesse ser relativizado de forma genérica. Em outras palavras, para que (10) seja proferida, basta que um único indivíduo considere o filme divertido, e a sentença é verdadeira em relação a esse único indivíduo. Por outro lado, caso ‘divertido’ significasse algo como “divertido para pessoas no geral”, a sentença (10) seria contraditória, e não deveria ser pragmaticamente possível.

Outro fenômeno explicado pela proposta de Lasersohn (2005) de se relativizar o PGP a um único indivíduo é a assimetria entre (11a) e (11b):

(11a) O bolo que Nino e eu comemos é gostoso, mas Nino não gostou.

(11b) O bolo que Nino e eu comemos é gostoso, ??mas eu não gostei.

Por que o falante em (11a) pode negar que Nino gostou do bolo, mas em (11b) não pode negar que ele mesmo gostou? Novamente, caso ‘gostoso’ significasse algo como “gostoso para pessoas no geral”, seria possível que o falante se excluísse dessa generalização, e proferisse (11b) com felicidade.

Outra saída intuitiva descartada por Lasersohn (2005) é considerar que PGPs não devem ser avaliados em relação a valor de verdade, mas sim a condições de felicidade — em outras palavras, uma sentença do tipo “x é divertido” seria proferida com felicidade caso seu falante considerasse x divertido, mas ela em si não poderia ser considerada verdadeira e nem falsa.

Para Lasersohn (2005), tal saída não explica por que sentenças com PGPs se comportam como sentenças que devem ter algum valor de verdade. Podemos, por exemplo, negar uma sentença do tipo “x é divertido”, como no diálogo em (12):

(12) Victor: A magia é divertida.

Morgana: Não, a magia não é divertida.

No entanto, não podemos negar uma expressão puramente expressiva, que não apresenta valores de verdade, como uma interjeição como “êêê”.

Em suma, a abordagem que trata sentenças contendo PGPs como sentenças que têm valor de verdade, e que devem ser relativizadas a um único indivíduo, se apresenta como a melhor possibilidade, tendo como base os argumentos apresentados pelo autor. As seções seguintes apresentarão, agora, a formalização proposta para os predicados de gosto segundo Lasersohn (2005), e como ela lida com os problemas gerados por esses itens. A teoria do autor se baseia na teoria kaplaniana de indexicais e, por isso, a seção seguinte apresenta brevemente os indexicais e sua relação com os PGPs.

1.2.2. O que são indexicais e como eles se relacionam com os PGPs?

Segundo Basso *et al.* (2012), “os termos indexicais [...] trazem como informação, como instrução ou ainda como parte integrante de seu significado lexical que devem recuperar informações do contexto”, ou seja, são itens que dependem do contexto de forma bem específica. Teixeira (2012) traz os seguintes exemplos para ilustrar como se dá a dependência contextual dos indexicais:

(13a) João foi ao *banco* sentar-se.

(13b) João foi ao *banco* fazer um saque.

(14) *Eu* estou *aqui*.

Em (13a) e (13b), a palavra ‘banco’ recebe interpretações diferentes a partir de seus contextos (respectivamente, ‘banco’ como assento ou ‘banco’ como a instituição que guarda dinheiro). Mas esse tipo de interpretação dependente do contexto é diferente daquele que vemos nos itens ‘eu’ e ‘aqui’ em (14). Em (13), é necessário interpretar ‘banco’ a partir do contexto de fala por uma razão exterior ao ato de fala, que é o fato de essas palavras de significados distintos serem compostas pelos mesmos sons e formas.

No entanto, as palavras grifadas em (14) têm como parte de seu significado lexical que devem recuperar informações do contexto: ‘eu’ seria correspondente a “a pessoa que está falando”, enquanto ‘aqui’ seria correspondente a “o lugar de onde se fala”. São esses os itens indexicais. O

valor semântico do indexical, portanto, também muda de contexto para contexto: se Nino profere (14) do Castelo Rá-Tim-Bum, o significado de (14) seria equivalente a “Nino está no Castelo Rá-Tim-Bum”, mas se Biba proferir (14) de sua casa, o significado mudaria para “Biba está na casa de Biba”.

Para lidar com os indexicais, Kaplan (1989) define o contexto de proferimento como uma ênupla que contém algumas informações relativas ao contexto, que o autor chama de parâmetros ou coordenadas do contexto. Ainda que possa ter vários parâmetros, a ênupla tem, minimamente, quatro coordenadas: agente, tempo, local e mundo do contexto, ou seja, $\langle c_a, c_t, c_l, c_w \rangle$, em que c_a = agente do contexto, c_t = tempo do contexto, c_l = local do contexto e c_w = mundo do contexto (Basso *et al.*, 2012).

Além de caracterizar o contexto como uma da ênupla de informações, Kaplan (1989) também propõe duas funções que lidam com a atribuição de valores aos itens indexicais e às sentenças que os contêm: o caráter e o conteúdo.

O caráter é uma função que toma contextos como argumentos e devolve conteúdos. Assim, o caráter de ‘eu’, por exemplo, é uma função que toma o contexto do proferimento e atribui a ‘eu’ o valor de agente do proferimento c_a .

Já o conteúdo é a função que toma como argumentos o resultado da função caráter dos itens que compõem uma dada sentença e um mundo possível, e resulta em um valor semântico. O conteúdo de uma expressão como ‘eu’ seria, então, o agente do contexto c_a . O seguinte esquema, de Basso *et al.* (2012, p. 63) adaptado de Schlenker (2011), mostra como se dá a relação entre contexto, mundo possível, caráter e conteúdo:

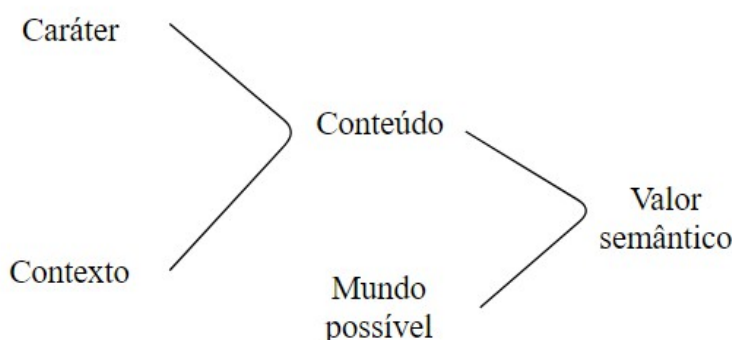


Figura 2: Esquema explicativo das funções 'caráter' e 'conteúdo'

Com objetivo de ilustrar as funções kaplanianas, consideremos a sentença (15), proferida por Pedro em 01/01/2018:

(15) *Eu estou cansado agora.*

O conteúdo de ‘eu’ é o agente do contexto (i.e. Pedro), o conteúdo de ‘agora’ é o tempo do contexto (i.e. 01/01/2018), e o conteúdo de ‘estou cansado’ é a propriedade ‘estar-cansado’. Assim, o conteúdo da sentença (15) é “Pedro está cansado em 01/01/2018”. Estabelecido o conteúdo da sentença, é possível, então, tomar um mundo possível e se estabelecer o valor de verdade da sentença no mundo considerado.

Resta-nos, então, explicar como a proposta relativista de Lasersohn (2005) para lidar com os PGPs se relaciona com a abordagem kaplaniana dos indexicais. Para Lasersohn (2005), é necessário que se adicione um parâmetro a mais na ênupla contextual proposta por Kaplan (1989) para que se possa computar predicados de gosto pessoal. Esse novo parâmetro, representado por *j*, será o *juiz do contexto*, ou seja, um indivíduo cuja perspectiva será levada em consideração para julgar se uma sentença do tipo “*x* é gostoso” é verdadeira ou falsa. Em linhas gerais, dizer que *j* serve de juiz à sentença é o mesmo que dizer que uma sentença como “*x* é gostoso” é mais ou menos equivalente à sentença “*x* é gostoso para *j*”. No entanto, veremos mais detalhadamente nas seções seguintes como funciona de fato o parâmetro *j* proposto pelo autor.

Dessa forma, é possível ver o paralelo entre os PGPs e os indexicais, afinal, um PGP seria obrigado a considerar o juiz do contexto para ter um valor semântico atribuído a si, assim como um item indexical como ‘eu’ tira seu valor semântico do parâmetro de agente do contexto, e tanto o juiz quanto o agente são retirados da ênupla contextual kaplaniana.

Apresentadas as bases da teoria, veremos nas seções seguintes como a abordagem relativista consegue lidar com os problemas levantados na seção 1.1.

1.2.3. Como a abordagem relativista lida com o *faultless disagreement*?

A abordagem relativista de Lasersohn (2005) se assemelha à saída correspondente ao “relativismo indexical” proposta por Kölbel (2003) (ver Fig. 1), pois cada sentença contaria com informações do contexto para a avaliação de quem é o juiz do predicado, e a sentença seria relativizada a perspectivas diferentes. Tomando o falante como o juiz da sentença, e retomando o que já foi dito na seção 1.1.1, por essa saída, dizer algo como “Matisse é melhor que Picasso” seria o mesmo que dizer “Eu prefiro Matisse a Picasso”.

No entanto, essa paráfrase apresenta um problema para a teoria de Lasersohn, já que, de

acordo com ela, o *faultless disagreement* não seria um desacordo, pois cada falante fala apenas do seu próprio gosto. Em outras palavras, se cada sentença toma seu falante como juiz, não é possível que estejamos diante de um desacordo de fato, pois os conteúdos das sentenças são diferentes. Não há por que negar que Matisse é melhor que Picasso se o que o falante quer dizer com isso é “Eu prefiro Matisse a Picasso”, afinal, tal sentença se trataria de uma expressão de gosto, sobre a qual quem profere tem uma autoridade de primeira pessoa para proferi-la verdadeiramente. Podemos ilustrar esse problema ao contrastar a aceitabilidade do diálogo (16a) com a inaceitabilidade do diálogo (16b):

(16a) Morgana: A magia é mais divertida que a tecnologia.

Pedro: Não, a tecnologia é mais divertida que a magia.

(16b) Morgana: Eu prefiro magia a tecnologia.

Pedro: ?? Não, eu prefiro tecnologia a magia.

Essa diferença ocorre porque em (16a), temos a intuição de que há um desacordo sobre o que é mais divertido, mas em (16b), cada um explicitamente fala sobre seu próprio gosto e, portanto, não temos a intuição de um desacordo. Se resolvemos os itens indexicais de (16b), o conteúdo da sentença ficaria como em (17):

(17) Morgana: Morgana prefere magia a tecnologia.

Pedro: #Não, Pedro prefere magia a tecnologia.

Ora, (17) claramente não é um desacordo, já que os conteúdos das sentenças são diferentes e, assim, suas condições de verdade também são. A abordagem do relativismo indexical, então, não explica por que temos a intuição de um desacordo em diálogos como (1) e (16a), nos quais os falantes discordam sobre um gosto.

Para contornar esse problema, Lasersohn (2005) afirma que o parâmetro *j* não é computado da mesma forma que os parâmetros padrão da teoria kaplaniana (i.e. agente, tempo etc.). Enquanto os demais parâmetros da ênupla são acessados para definir quais são os conteúdos dos itens indexicais da sentença, o juiz não age sobre o conteúdo da sentença, mas sobre valores de verdade. Em outras palavras, o juiz seria um parâmetro equivalente a um mundo possível, ou seja, a sentença inteira, com seu conteúdo já estabelecido, seria relativizada ao juiz, o indivíduo cujo gosto será levado em consideração para que o conteúdo seja avaliado verdadeiro ou falso.

Dessa forma, uma sentença do tipo “*x* é gostoso” tem o mesmo conteúdo não importa quem

a profira, o que explica nossa intuição de um desacordo em diálogos como em (1) e (16a), já que os falantes estão falando sobre o mesmo conteúdo. Ao mesmo tempo, a relativização do conteúdo da sentença a uma perspectiva explica por que os valores de verdade da sentença parecem mudar de pessoa para pessoa, já que a sentença é relativizada não somente a um mundo possível, mas também à perspectiva de um indivíduo. Com essa alteração, a teoria de Lasersohn (2005) se parece, agora, com a abordagem do “relativismo”, à esquerda no esquema de Kölbel (2003) representado na Fig. 1, que aceita a existência do *faultless disagreement*, mas evita os problemas para essa teoria que apresentamos no início desta subseção.

1.2.4. Como a abordagem relativista lida com a dependência de perspectiva?

Como já mencionado na seção 1.1.2, para Lasersohn (2005), uma sentença do tipo “x é gostoso” é tipicamente proferida de uma *perspectiva autocêntrica*, ou seja, é tipicamente o falante da sentença que será o juiz do contexto. No entanto, para o autor, é possível ainda que se profira uma sentença que contém um PGP de uma *perspectiva exocêntrica*, ou seja, o juiz da sentença seria não o falante que a profere, mas um outro indivíduo dado pelo contexto.

Para lidar com a questão da dependência de perspectiva, Stephenson (2007) propõe reformulações do sistema proposto por Lasersohn (2005). A mudança central que Stephenson (2007) traz para a teoria de Lasersohn (2005) é descartar a ideia de que predicados de gosto são diretamente dependentes de juiz e, no lugar dessa abordagem, fazer com que esses itens sejam simplesmente predicados de dois lugares que tomam como argumentos (i) o indivíduo caracterizado pelo PGP e (ii) o indivíduo cujo gosto será relevante para julgá-lo. As fórmulas abaixo mostram mais claramente a diferença entre a interpretação de ‘divertido’ para Lasersohn (cf. 18a) e Stephenson (cf. 18b) (Stephenson, 2007):

$$(18a) \quad [[\text{divertido}]]^{c:w,t,j} = [\lambda_{x_e} . x \text{ é divertido para } j \text{ em } w \text{ e } t]$$

$$(18b) \quad [[\text{divertido}]]^{c:w,t,j} = [\lambda_{x_e} . [\lambda_{y_e} . y \text{ é divertido para } x \text{ em } w \text{ e } t]]$$

Em (18b), podemos observar que embora o parâmetro de juiz esteja presente no índice kaplaniano, ele não se encontra na extensão da sentença. Para introduzir novamente o juiz no sistema, Stephenson (2007) propõe um pronome silencioso PRO_j que se refere ao juiz, definido abaixo:

$$(19) \quad [[PRO_j]]^{c:w,t,j} = j$$

Outra mudança bastante relevante proposta por Stephenson (2007) é que, em sua teoria, o falante necessariamente toma uma perspectiva autocêntrica para proferir uma sentença. Essa proposta organiza melhor a abordagem de Lasersohn (2005), que não deixa claro como sabermos sistematicamente quando o falante toma cada tipo de perspectiva para proferir uma sentença. Assim, sendo sempre o índice j referente ao falante, quando o falante se refere ao próprio gosto, o argumento equivalente a x em (18b) será preenchido por PRO_j , que tirará sua referência diretamente do índice kaplaniano da sentença. Em (20), damos um exemplo de formalização nesse modelo:

(20a) Nino: A magia é divertida

(20b) $[[[(20a)]]]^{w,t,Nino} = \text{divertido} ([[a\ \text{magia}]] ([[PRO_j]])$
 $= [\lambda x_e . [\lambda y_e . y \text{ é divertido para } x \text{ em } w \text{ e } t]] ([[PRO_j]]) ([[a\ \text{magia}]]$
 $= [\lambda x_e . [\lambda y_e . y \text{ é divertido para } x \text{ em } w \text{ e } t]] ([[Nino]]) ([[a\ \text{magia}]]$
 $= [\lambda y_e . y \text{ é divertido para } Nino \text{ em } w \text{ e } t] ([[a\ \text{magia}]]$
 $= a\ \text{magia é divertida para } Nino \text{ em } w \text{ e } t$

No índice de (20a), temos o falante ‘Nino’ no lugar de j , o juiz — assim, na computação de PRO_j , esse pronome fará referência a Nino, como mostrado em (20b).

Há ainda um problema. Como mostrado por Lasersohn (2005), de fato há casos em que o indivíduo que faz o papel de juiz não é o mesmo indivíduo que profere a sentença (cf. exemplos 7-9). Novamente, a ideia de Stephenson (2007) de fazer com que os PGPs não fossem mais diretamente dependentes do índice j explica essa situação: nem sempre a posição argumental do juiz nos PGPs será preenchida pelo PRO_j .

Há casos em que o juiz não será correspondente ao falante, como ocorre em (20), mas sim a um indivíduo saliente no contexto. Para estes casos, Stephenson (2007) propõe um pronome silencioso *pro*, que retomará tal indivíduo. Seguindo os casos citados por Lasersohn (2005) como tipicamente exocêntricos, *pro* será um argumento possível para perguntas contendo PGPs, discurso indireto livre, sentenças em que o contexto provê um juiz para a sentença que não seja o falante e sentenças encaixadas em verbos de atitudes (ver seção 1.1.2). Damos um exemplo do uso desse pronome em (21):

(21a) Biba: (vendo o gato comer a ração) Essa ração é gostosa.

(21b) $[[[(21a)]]]^{w,t,j} = \text{gostoso} ([[essa\ \text{ração}]] ([[pro_{gato}]]$
 $= [\lambda x_e . [\lambda y_e . y \text{ é gostoso para } x \text{ em } w \text{ e } t]] ([[pro_{gato}]] ([[essa\ \text{ração}]]$

$$\begin{aligned}
&= [\lambda_{x_e} . [\lambda_{y_e} . y \text{ é gostoso para } x \text{ em } w \text{ e } t]] ([[gato]]) ([[essa ração]]) \\
&= [\lambda_{y_e} . y \text{ é gostoso para } gato \text{ em } w \text{ e } t] ([[essa ração]]) \\
&= \textit{essa ração} \text{ é gostosa para } gato \text{ em } w \text{ e } t
\end{aligned}$$

Por fim, há ainda uma última forma de preencher a posição argumental do juiz nos PGPs: explicitá-la com um PP ‘para x’, em que x é o juiz. Stephenson (2007, p. 93) define a preposição ‘para’ nesses PPs como uma função identidade que toma um indivíduo x e devolve o mesmo indivíduo, como definido em (22):

$$(22) \quad [[para]]^{w,t,j} = [\lambda_{x_e} . x]$$

Assim, o PP ‘para Nino’, por exemplo, tem a mesma extensão que o DP ‘Nino’. Com essa definição, é possível mostrar como seria a formalização de (23a), sentença na qual o juiz está explicitado:

(23a) Biba: A magia é divertida para Nino.

$$\begin{aligned}
(23b) \quad &[[(23a)]]^{w,t,j} = \text{divertido} ([[a magia]]) ([[para Nino]]) \\
&= [\lambda_{x_e} . [\lambda_{y_e} . y \text{ é divertido para } x \text{ em } w \text{ e } t]] ([[para Nino]]) ([[a magia]]) \\
&= [\lambda_{x_e} . [\lambda_{y_e} . y \text{ é divertido para } x \text{ em } w \text{ e } t]] ([[Nino]]) ([[a magia]]) \\
&= [\lambda_{y_e} . y \text{ é divertido para } Nino \text{ em } w \text{ e } t] ([[a magia]]) \\
&= \textit{a magia} \text{ é divertida para } Nino \text{ em } w \text{ e } t
\end{aligned}$$

Em casos como este em (23), ou seja, quando o juiz é explicitado, o PP “para x” (em que x é o juiz) fica na posição sintática onde ficariam PRO_j ou pro, ou seja, como o segundo argumento do predicado de gosto.

Em suma, quando propõe que os predicados de gosto pessoal deixem de ser diretamente dependentes do juiz e se tornem apenas predicados de dois lugares, Stephenson também propõe a adição de dois pronomes silenciosos que poderão ser tomados como juiz da sentença: PRO_j e pro, a depender de seu contexto de proferimento. Consequentemente, a dependência de perspectiva será dada em função do tipo de argumento tomado pelo PGP, que fará referência ao juiz da sentença, sendo ele o juiz do índice j (cf. 20), um indivíduo saliente no contexto (cf. 21), ou ainda um indivíduo explicitado na sentença (cf. 23).

Um problema com essa proposta é que a distribuição dos pronomes silenciosos PRO_j e pro não parece muito sistemática, e não fica claro em que situações se deve usar um ou outro pronome.

Como apontado por Pearson (2013), uma consequência disso é a geração de interpretações que não existem para certas sentenças.

Observemos os exemplos em (24):

(24a) [Biba acha que [Nino acha que [a magia é divertida *pro*_{Biba}]]].

(24b) [Biba acha que [Nino acha que [a magia é divertida *pro*_{Nino}]]].

Segundo Stephenson (2007), *pro* retoma um indivíduo saliente no contexto para servir de juiz à sentença. Claramente, Biba é um indivíduo saliente no contexto, já que está explicitada na sentença. Dessa forma, (24a) deveria ser possível. No entanto, sabemos que a única interpretação possível para a sentença “Biba acha que Nino acha que a magia é divertida” é aquela em (24b), na qual Nino é o juiz da sentença, e *pro* retoma Nino, e não Biba. Dessa forma, uma melhor sistematização do uso dos pronomes silenciosos PRO_j e *pro* seria necessária para que a teoria relativista pudesse dar conta de lidar com as diferentes perspectivas que uma sentença com PGP pode tomar.

1.2.5. Como a abordagem relativista lida com as sentenças encaixadas?

Lasersohn (2005) fala brevemente em seu trabalho sobre verbos de atitude, dando como único exemplo o funcionamento do verbo ‘*believe*’ em seu sistema. Para o autor, dizer algo como (25a) é similar a dizer algo como (25b) porque quando acreditamos em p, acreditamos que p é verdadeiro em relação a nós mesmos, e quando proferimos uma sentença com um PGP, tipicamente adotamos uma visão autocêntrica.

(25a) John believes the roller coaster is fun.

John acredita que a montanha-russa é divertida.

(25b) The roller coaster is fun for John.

A montanha-russa é divertida para John.

No entanto, é possível também proferir (25a) sem tomar uma visão autocêntrica e, nesse caso, John não seria o juiz da sentença, mas sim outro indivíduo para quem John acredita que a montanha-russa é divertida.

O autor também propõe que se avalie sentenças como (25a) em relação ao que ele chama de conjunto de crenças de um indivíduo, que ele nota como $B_{u,t,w}$, ou seja, o conjunto de crenças de u

em t e w . Para u , os pares t, w em seu conjunto de crenças são aqueles que são compatíveis com o mundo atual. Assim, (25a) seria verdadeira se a proposição (25b) pertencesse ao conjunto de crenças de John, caso ele assumisse uma perspectiva autocêntrica.

Intuitivamente, como exemplificado por (25a), temos a impressão que o sujeito de um verbo de atitude que encaixa um PGP é o juiz de tal PGP. Vemos que em Lasersohn (2005) há uma tentativa de formalizar no sistema que, de fato, esse sujeito é quem servirá de juiz ao PGP. Já o trabalho de Stephenson (2007) traz um aprofundamento sobre a questão e uma proposta mais detalhada para lidar com encaixamento sob verbos de atitude.

Uma diferença crucial entre a proposta de Stephenson (2007) e Lasersohn (2005) é que a primeira propõe que verbos de atitude como ‘*think*’ obrigatoriamente mudam o juiz para seu sujeito, algo que foi descartado pelo autor em seu texto. Stephenson (2007) implementa essa obrigatoriedade com base nas alternativas doxásticas de Lewis (1979) e Chierchia (1989). A autora traz a seguinte definição de alternativas doxásticas:

$$(26) \quad \text{Dox}_{w,t,x} = \{ \langle w', t', y \rangle : \text{é compatível com o que } x \text{ acredita em } w \text{ e } t \text{ que ele/ela é } y \text{ em } w' \text{ e } t' \}$$

Seguindo, agora, essa definição, a formalização de ‘*think*’ para a autora fica da seguinte forma:

$$(27) \quad [[\text{think}]]^{w,t,j} = [\lambda p_{\langle s, \langle i, e \rangle \rangle} . [\lambda z_e . \forall \langle w', t', x \rangle \in \text{Dox}_{w,t,z} : p(w')(t')(x) = 1]]$$

Parafraseando a fórmula (27), quando um indivíduo z diz “I think p ”, ele quer dizer que para todas as triplas mundo-tempo-indivíduo $\langle w', t', x \rangle$ que pertencem às suas alternativas doxásticas $\text{Dox}_{w,t,z}$ (ou seja, que pertencem ao conjunto de coisas que ele acredita), é o caso que p é verdadeiro.

Em outras palavras, o verbo ‘*think*’ para Stephenson (2007) opera sobre os parâmetros de mundo, tempo e juiz, ao contrário do que ocorria em Lasersohn (2005) e, portanto, uma sentença do tipo “I think p ” que, para Lasersohn, seria equivalente a “o falante acha que p ”, para Stephenson (2007) poderia ser parafraseada como “o falante acha que p é verdadeiro julgado por x ”. Dessa forma, a autora insere na semântica do verbo de atitude seu poder de mudar o juiz da sentença para o sujeito da sentença matriz.

Finalmente, outro importante elemento introduzido por Stephenson (2007) em relação aos PGPs encaixados é a observação de que o juiz do PGP será sempre o sujeito do verbo de atitude que encaixa imediatamente o PGP, algo que ela chama de “*immediateness requirement*”. Em outras

palavras, em todas as sentenças em (28), é sempre Zequinha que acha as perguntas divertidas, e não os outros sujeitos de ‘achar’ presentes nas sentenças:

(28a) Zequinha acha as perguntas divertidas.

(28b) Biba acha que Zequinha acha as perguntas divertidas.

(28c) Pedro acha que Biba acha que Zequinha acha as perguntas divertidas.

De fato, a única interpretação que podemos ter para (28c) é que é Zequinha quem acha as perguntas divertidas, e não Pedro ou Biba. No entanto, vale lembrar o problema da teoria de Stephenson (2007) com a formalização dessa ideia, já citado na seção anterior quando falamos sobre a falta de sistematização do uso do *pro*. Assim, embora (28c) tenha que ser interpretado como em (29), nenhuma regra na abordagem de Stephenson (2007) garante que esse seja o caso, embora a própria autora, ao introduzir a ideia do *immediateness requirement*, exponha a ideia de que essa é a única interpretação possível para (28c):

(29) Pedro acha que Biba acha que Zequinha acha as perguntas divertidas *pro*_{Zequinha}.

1.3. Qual é a proposta da abordagem contextualista?

Na seção 1.2, esboçamos como as teorias relativistas de Lasersohn (2005) e Stephenson (2007) lidam com os problemas trazidos pelos predicados de gosto pessoal que foram indicados na seção 1.1. No entanto, a abordagem relativista não é a única possível quando se trata desses itens, e em seu trabalho “*A judge-free semantics for predicates of personal taste*” (2013), Hazel Pearson irá criticar tais abordagens e propor uma nova teoria que lida com os PGPs, que chamaremos aqui de *abordagem contextualista*. Embora a abordagem de Pearson (2013) se assemelhe em alguns aspectos com o que propuseram Lasersohn (2005) e Stephenson (2007), ela apresenta cruciais diferenças que, segundo a autora, resolvem problemas não resolvidos pelas teorias desses autores.

Assim, na seção 1.3.1, apresentamos os argumentos de Pearson (2013) que mostram que PGPs não devem ser tratados como itens relativizados a um juiz, conforme Lasersohn (2005) e Stephenson (2007) haviam afirmado, mas sim como itens genéricos, que vão considerar como avaliador de uma sentença um grupo de pessoas, e não apenas um único indivíduo. A seguir, na seção 1.3.2, começamos a apresentação da teoria de Pearson (2013) propriamente dita através de uma introdução do que são os predicados de *individual level* (ILPs), centrais para a argumentação

da autora de que há outra maneira de lidar com os predicados de gosto pessoal que não envolve o parâmetro do juiz, e como esses itens se relacionam com os PGPs. Por fim, nas seções 1.3.3 a 1.3.5, seguimos o modelo da seção anterior e mostramos como a abordagem de Pearson (2013) lida com as questões postas pelos predicados de gosto.

1.3.1. Quais as motivações linguísticas para uma abordagem contextualista?

O seguinte diálogo é apresentado por Pearson (2013, p. 14, tradução nossa²) para questionar se, de fato, não é possível relativizar a sentença contendo um PGP a um indivíduo genérico, como Lasersohn (2005) afirma:

- (30) John: O chili está gostoso.
Mary: Não, o chili não está gostoso.
John: Como assim? O feijão está uma delícia e a carne está cozida com perfeição!
Mary: Bom, está muito apimentado, para começar.
John: Vamos perguntar para mais alguém...

O fato de John sugerir que ele e Mary peçam a opinião de uma terceira pessoa é perfeitamente racional nesse diálogo, e não soa estranho. Ora, isso não seria possível se essas sentenças não pudessem ser relativizadas a pessoas no geral em vez de serem relativizadas a um indivíduo específico, pois bastaria que uma única pessoa achasse o chili gostoso para essa sentença ser considerada verdadeira.

Além do diálogo em (30), Pearson (2013) também contrasta as sentenças em (31) para mostrar que a interpretação genérica do predicado de gosto não é algo que é apenas uma possibilidade, mas sim uma opção mais interessante do que aquela que interpreta o PGP como relativo ao gosto de apenas de um indivíduo.

- (31a) Água ensaboada é gostosa/saborosa.
(31b) Água ensaboada é gostosa/saborosa para mim.

2 No original: John: The chili is tasty. / Mary: No, the chili is not tasty. / John: Wait, how can you say that? The beans are bursting with flavor and the meat is cooked to perfection! / Mary: Well, it's too spicy, for one thing. / John: Let's ask someone else...

Segundo a autora, intuitivamente, (31b) parece mais aceitável que (31a). Note, no entanto, que não haveria explicação para esse contraste no modelo de Lasersohn (2005): bastaria que o falante proferisse (31a) honestamente para que a sentença fosse considerada boa. No entanto, ela soa estranha, e melhora significativamente caso a complementemos com o PP ‘para mim’, conforme (31b).

Tal contraste é explicado pela abordagem de Pearson (2013), que considera que ‘gostoso’ significa algo como “gostoso para pessoas no geral”. A sentença em (31a) é estranha porque, de acordo com nosso conhecimento de mundo, água ensaboadá não é algo consumível, e parece estranho generalizar que água ensaboadá tem um gosto bom para as pessoas sendo que sequer se trata de algo normalmente consumível. No entanto, (31b) é bem mais aceitável por explicitar que se está falando de um gosto bem específico, o gosto do falante, que pode ser considerado estranho, mas que ainda assim tem autoridade de primeira pessoa sobre seus próprios gostos e pode afirmar a sentença honestamente.

Finalmente, resta saber como a autora explica os exemplos em (10) e (11) (repetidos abaixo), que Lasersohn (2005) usa como argumento contra uma leitura genérica dos PGPs.

(10) Esse filme é divertido, mas a maioria das pessoas odiaria.

(11a) O bolo que Nino e eu comemos é gostoso, mas Nino não gostou.

(11b) O bolo que Nino e eu comemos é gostoso, ??mas eu não gostei.

A autora resolve essa questão com a proposta de que PGPs como ‘gostoso’ e ‘divertido’ só podem ser generalizados pelo falante a partir de experiência própria. Em outras palavras, um predicado como ‘gostoso’ não significa apenas “gostoso para pessoas no geral”, mas é mais próximo de algo como “gostoso para pessoas no geral com quem eu (o falante) me identifico”. Dessa forma, Pearson (2013) dá conta de explicar nossa intuição sobre por que o falante não pode ser excluído do coletivo de pessoas para quem o predicado é relativizado.

Dados os argumentos para que consideremos que PGPs são predicados genéricos, resta saber como se dá a formalização desses itens segundo essa leitura. Antes de apresentarmos a proposta de Pearson (2013) propriamente dita, na seção seguinte apresentamos os predicados de *individual level*, essenciais para a formalização que a autora propõe para os predicados de gosto.

1.3.2. Predicados de *individual level* como genéricos e sua relação com os PGPs

Kratzer (1995) contrasta dois tipos de propriedade que podem ser atribuídas aos indivíduos: aquelas que são transitórias, como ‘estar sentada em uma cadeira’, e aquelas que não o são, como ‘ter cabelo castanho’. As propriedades transitórias são aquelas que a autora chama de propriedades de *stage level*, e as não-transitórias seriam as chamadas propriedades de *individual level*. A autora traz ainda alguns exemplos de fenômenos gramaticais do inglês que são sensíveis à distinção entre predicados de *stage level* (SLPs) e predicados de *individual level* (ILPs), tais como (i) *there-insertion* (cf. 32), (ii) plurais nus (cf. 33) e (iii) construções absolutas (cf. 34) (Kratzer, 1995, p. 125):

- (32) a. There are firemen available.
Há bombeiros disponíveis.
b. *There are firemen altruistic.
Há bombeiros altruístas.
- (33) a. Firemen are available.
Bombeiros estão disponíveis.
b. Firemen are altruistic.
Bombeiros são altruístas.
- (34) a. Standing on a chair, John can touch the ceiling.
De pé em uma cadeira, John consegue encostar no teto.
b. Having unusually long arms, John can touch the ceiling.
Tendo braços anormalmente longos, John consegue encostar no teto.

Nos exemplos (32-34), considerando o inglês e os julgamentos sugeridos por Kratzer (1995), os predicados grifados em (a) são *stage level*, e os grifados em (b) são *individual level*. O contraste entre (32a) e (32b) é gramatical: em construções com *there*, apenas SLPs são gramaticais. O contraste entre (a) e (b) dos exemplos (33) e (34), por outro lado, é em relação à interpretação das sentenças. Em (33a), temos uma leitura existencial, ou seja, uma leitura de que existem bombeiros que estão disponíveis, enquanto em (33b), a leitura é universal, ou seja, interpretamos (33b) como dizendo que todos os bombeiros são altruístas. Por fim, (34a) tem uma leitura condicional, ou seja, ela pode ser lida como “Se subir numa cadeira, John pode tocar no teto”, mas (34b) não pode ter a mesma leitura.

A proposta de Kratzer (1995) para lidar com os contrastes entre predicados de *individual level* e predicados de *stage level* é que esses itens apresentam diferenças em sua estrutura

argumental. Para a autora, SLPs têm uma posição argumental extra para eventos ou localizações espaço-temporais, como propõe Davidson (1967). ILPs, por outro lado, não têm essa posição. Um argumento que a autora usa para corroborar sua teoria é a de que apenas SLPs podem ser modificados por expressões de tempo ou espaço, já que essas expressões teriam escopo sobre o argumento de evento davidsoniano e, portanto, não seria possível que modificassem ILPs, que não têm esse argumento. As sentenças em (35a) e (35b) são exemplos de sentenças com SLPs que podem ser modificadas por expressões de espaço (cf. 35a) e tempo (cf. 35b), enquanto (35c) é um exemplo de sentença que contém um ILP e, portanto, não pode ser modificado por tais expressões (Kratzer, 1995, p. 128):

(35a) Manon is dancing on the lawn.

Manon está dançando no gramado.

(35b) Manon is dancing this morning.

Manon está dançando nesta manhã.

(35c) Manon is a dancer.

Manon é um dançarino.

Caso adicionemos uma expressão espacial ou temporal em (35c), como “on the lawn” ou “this morning”, a sentença fica estranha, mas é perfeitamente natural complementar (35a) e (35b) com essas expressões.

Kratzer (1995, p. 128) explica essa diferença com a seguinte formalização:

(35a') [dancing(Manon, l) & on-the-lawn(l)]

(35b') [dancing(Manon, l) & this-morning(l)]

(35c') dancer(Manon)

l é uma variável davidsoniana que atua sobre localizações espaço-temporais. Como “dancer” não é um SLP, e sim um ILP, não há espaço argumental para o l e, portanto, não há espaço para uma expressão espaço-temporal na sentença.

Chierchia (1995) também propõe uma maneira de se formalizar a diferença entre os SLPs e os ILPs, mas que difere em certa medida do que propôs Kratzer (1995). Para ele, todos os predicados são davidsonianos, ou seja, todos têm uma posição argumental para uma variável davidsoniana de evento. Para o autor, então, a diferença entre os ILPs e os SLPs é que os ILPs têm sua variável davidsoniana amarrada por um operador genérico GEN, que funciona como um

advérbio de quantificação (advérbio-Q) como ‘sempre’, ‘geralmente’ etc. Um exemplo de advérbio-Q e sua formalização segundo Chierchia (1995) é trazido abaixo:

(36a) Um italiano é geralmente baixo.

(36b) **A-maioria-de**_x [italiano(x)] [baixo(x)]

GEN funciona de forma bastante similar ao advérbio-Q ‘geralmente’, como podemos observar em (37), em que (37b) é uma representação de como fica a sintaxe da sentença (37a), e (37c) é a interpretação da mesma sentença (Chierchia, 1995, p. 195):

(37a) Fred fuma.

(37b) [_{IP} Fred_i [GEN [_{VP} t_i fuma]]]

(37c) GEN s[C(f,s)] [fuma(f,s)]

Parafraseando (37c), “Fred fuma” é verdadeiro se em todos os mundos similares ao nosso nos quais C(f,s), ou seja, nos quais as condições de felicidade para Fred fumar são cumpridas, é o caso que Fred fuma nesses mundos (representado por s).

Para Chierchia (1995), então, embora o GEN possa ocorrer tanto em sentenças com SLPs quanto naquelas com ILPs, sua ocorrência é obrigatória apenas com ILPs. Em outras palavras, a diferença entre esses dois tipos de predicado é que os *individual level* são inerentemente genéricos, o que não é o caso dos predicados de *stage level*. A forma de um predicado de *individual level* para o autor, então, é como representada em (38):

(38) John é um fumante. => GEN s[C(j,f)] [fumante(j,f)]

As condições de felicidade de “Fred fuma”, por exemplo, podem ser que Fred esteja acordado, que ele esteja com vontade de fumar, que ele tenha um cigarro etc. No entanto, essas condições não se aplicam ao caso da sentença (38): ainda que John esteja dormindo, sem vontade de fumar e sem um cigarro, ele continua sendo um fumante.

Assim, o que Chierchia (1995) propõe é que, no caso das sentenças com ILPs, o que o operador GEN faz é dizer que o indivíduo caracterizado pelo predicado carrega essa propriedade em qualquer lugar e tempo em que ele esteja localizado. Ou seja, dizer que “John é fumante” seria o mesmo que dizer que John é genericamente um fumante, ou seja, não importa se ele está no lugar x ou no lugar y, no tempo a ou no tempo b, dormindo ou acordado: ele continua sendo um fumante

em todas as situações, que são generalizadas pelo GEN.

Qual é a relação do que propõe Chierchia (1995) para os predicados de *individual level* com os predicados de gosto pessoal? Como parte de sua argumentação a favor de uma abordagem sem juiz para os PGPs, Pearson (2013) irá afirmar que esses predicados levantam leituras genéricas, possibilidade que foi descartada por Lasersohn (2005) e que, embora seja mencionada por Stephenson (2007), também não é uma manobra muito desenvolvida pela autora.

Grosso modo, o que Pearson (2013) propõe é que quando alguém profere uma sentença do tipo “x é divertido”, essa pessoa quer dizer algo nas linhas de “x é divertido para pessoas no geral”. Ou seja, pela abordagem da autora, não é um juiz que julga a sentença que contém o PGP como verdadeira ou falsa, mas a sentença é julgada em relação a um conjunto de pessoas cujo gosto deve ser o mesmo.

Dessa forma, é claro o porquê da defesa de que predicados de gosto sejam classificados como predicados de *individual level* para Pearson (2013). Comprovando que esse é o caso, a autora automaticamente pode formalizar os PGPs conforme a proposta de formalização dos ILPs de Chierchia (1995), e mostrar de onde vem a leitura genérica desses predicados. Assim, a autora usa boa parte do seu trabalho para mostrar os paralelos entre os PGPs e os ILPs, mostrando, com base nos testes propostos por Chierchia (1995), que os predicados de gosto se comportam como predicados de *individual level* em diversas construções sintáticas. Para ilustrar o tratamento que a autora dispensa aos PGPs, trazemos dois de seus exemplos. No exemplo (39), vemos, respectivamente, a forma sintática e a interpretação das sentenças “John is tall” e sua correspondente em PB “João é alto”, e no exemplo (40), a forma sintática e a interpretação de “This cake is tasty” e sua correspondente em PB “Esse bolo é gostoso”:

(39a) [John_i [GEN [t_i is tall]]]

(39b) $\forall w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C(\text{John}, w')] [\text{tall}(\text{John}, w')]$

(39c) [João_i [GEN [t_i é alto]]]

(39d) $\forall w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C(\text{João}, w')] [\text{alto}(\text{João}, w')]$

(40a) [This cake_i [GEN [t_i is tasty $\lambda x . I(\text{speaker}, x)$]]]

(40b) $\forall x, w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{this cake}, x, w') \wedge I(\text{speaker}, x)] [\text{tasty}(\text{this cake}, x, w')]$

(40c) [Esse bolo_i [GEN [t_i é gostoso $\lambda x . I(\text{falante}, x)$]]]

(40d) $\forall x, w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{esse bolo}, x, w') \wedge I(\text{falante}, x)] [\text{gostoso}(\text{esse bolo}, x, w')]$

Em (39), a generalização do GEN vem na medida em que opera sobre a propriedade ser-alto de João para todos os mundos w' relevantes no contexto. A fórmula em (39b) pode ser parafraseada

da seguinte forma: para todo mundo possível w' , tal que (i) w' é acessível de w e (ii) João e w' são relevantes no contexto (função C), João é alto em w' .

Em (40), a generalização do GEN generaliza não apenas mundos possíveis, mas também indivíduos cujo gosto é relevante para julgar o PGP. A fórmula em (40b) pode ser parafraseada como: para todo indivíduo x e todo mundo possível w' , tal que (i) w' é acessível de w , (ii) esse bolo, x e w' são relevantes no contexto (função ' C_3 ')³ e (iii) o falante se identifica com x (função de identificação I), então esse bolo é gostoso para x em w' . Dessa forma, Pearson (2013) consegue introduzir uma leitura genérica dos PGPs a partir de uma teoria já estabelecida para outros itens, sem precisar complicar a semântica para lidar com os predicados de gosto. Generalizar o indivíduo x aqui para quem o bolo é gostoso significa dizer que a sentença “esse bolo é gostoso” quer dizer, *grosso modo*, “esse bolo é gostoso para pessoas no geral com quem o falante se identifica”.

A formalização dos PGPs como ILPs é interessante porque é uma forma econômica de se formalizar a genericidade que esses predicados, segundo Pearson (2013), trazem em seu conteúdo semântico. Nas seções seguintes, mostramos como essa teoria explica os fenômenos trazidos pelos PGPs citados na seção 1.1.

1.3.3. Como a abordagem contextualista lida com o *faultless disagreement*?

Como citado na seção anterior, quando um falante profere uma sentença do tipo “ x é divertido”, ele o faz partindo de sua própria experiência, e assume que todos aqueles com quem ele se identifica também vão considerar x divertido.

Segundo Pearson (2013), em um diálogo como (12) (repetido abaixo), supondo que Victor se identifique com Morgana e vice-versa, o desacordo de fato existe, já que a proposição seria a mesma.

- (12) Victor: A magia é divertida.
Morgana: Não, a magia não é divertida.

O diálogo em (12) apresentaria, basicamente, as formas de (41):

3 A função C_3 proposta por Pearson (2013) é uma variante da função C de Chierchia (1995). Ambas as funções tomam como argumentos os elementos relevantes no contexto, a diferença é que a função de Chierchia toma apenas dois argumentos, enquanto a de Pearson (2013) toma três argumentos, o que explica o índice 3.

- (41) a. Victor: $\forall x, w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{a magia}, x, w') \wedge I(\text{Victor}, x)]$
 $[\text{divertida}(\text{a magia}, x, w')]$
- b. Morgana: $\forall x, w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{a magia}, x, w') \wedge I(\text{Morgana}, x)]$
 $[\neg \text{divertida}(\text{a magia}, x, w')]$

Como podemos observar pelas fórmulas de (41), caso Victor se identifique com Morgana, e Morgana também se identifique com Victor, o indivíduo x abrange tanto Victor quanto Morgana e, portanto, (3) não é um caso de relativismo indexical. Excluindo a negação de Morgana, a proposição seria basicamente a mesma, algo nas linhas de “a magia é divertida para Victor e Morgana”. O desacordo, como dito anteriormente, é genuíno.

No entanto, caso o diálogo continue, Victor e Morgana serão obrigados a assumir que, de fato, eles não têm o mesmo gosto, ou seja, não pertencem ao mesmo conjunto de indivíduos em relação àquela proposição.

Assim, quando Morgana nega que a magia é divertida, o que ela faz, *grosso modo*, é se excluir do conjunto de indivíduos com quem Victor se identifica em relação a esse gosto específico. Dessa forma, temos um desacordo “*faultless*”, ou seja, um desacordo em que nenhuma das partes envolvidas está proferindo algo falso, e os falantes apenas devem atualizar seu contexto de fala para um em que eles não pertencem ao mesmo conjunto de indivíduos relevantes, ou seja, um contexto em que o x de (41) não possa significar Victor e Morgana ao mesmo tempo. Uma paráfrase possível para o *faultless disagreement* de acordo com a teoria de Pearson (2013) seria, portanto, algo nas linhas de (42):

- (42) Victor: A magia é divertida (para as pessoas no geral com quem eu me identifico).
- Morgana: Não, a magia não é divertida (para as pessoas no geral com quem eu me identifico).

1.3.4. Como a abordagem contextualista lida com a dependência de contexto?

A função C_3 do modelo proposto por Pearson (2013) é central na explicação de como surgem interpretações exocêntricas de PGPs, pois é a função que diz que elementos são relevantes no contexto da sentença. Consideremos o seguinte contexto:

- (43) Contexto: O gato de Biba come metade da tigela de uma ração nova.
 Nino: Essa ração é gostosa.
 Biba: Essa ração não é gostosa, porque normalmente ele come a tigela toda!

Em (43), os gostos de Nino e Biba não são relevantes no contexto, apenas os gostos do gato de Biba, já que é de se esperar que seres humanos não vão comer a ração do gato. Assim, a fórmula das sentenças de Nino e Biba em (43) ficariam como em (44):

- (44) a. Nino: $\forall x, w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{essa ração}, x, w') \wedge I(\text{gato}, x)]$
 $[\text{gostosa}(\text{essa ração}, x, w')]$
 b. Biba: $\forall x, w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{essa ração}, x, w') \wedge I(\text{gato}, x)]$
 $[\neg \text{gostosa}(\text{essa ração}, x, w')]$

Observemos que o primeiro argumento da função C_3 , “essa ração”, restringe o primeiro argumento da função I , “gato”. Isso ocorre porque, como já dito, de acordo com nosso conhecimento de mundo, é de se esperar que apenas um gato coma ração para gatos, e que seres humanos não o façam. Em outras palavras, ainda que Biba e Nino se identifiquem um com o outro, tal fato é irrelevante no contexto, pois eles não são considerados indivíduos adequados para julgar a sentença e, portanto, são excluídos pela função C_3 . Por fim, nesse caso, o gosto é generalizado para aqueles indivíduos que se identificam com o indivíduo relevante nesse contexto, i.e., o gato de Biba.

Segundo Pearson (2013), outra situação em que o falante é considerado irrelevante no contexto de proferimento do PGP é aquela em que ele não teve experiência direta com aquilo que ele caracteriza com o PGP. Ou seja, quando alguém profere algo como “x é gostoso”, para a autora, é necessário que esse falante tenha de fato consumido x para que a sentença tenha suas condições de felicidade cumpridas; caso contrário, ou a sentença se torna infeliz ou o falante está proferindo a sentença de uma perspectiva exocêntrica (i.e., o indivíduo cujo gosto é relevante para se julgar a sentença verdadeira ou falsa não é o falante). Como apontado por Lasersohn (2005), as perguntas são exemplos de contextos naturalmente exocêntricos:

- (45) Biba: A magia é divertida?
 Nino: Sim, a magia é divertida.

Considerando um contexto em que Biba nunca praticou magia, mas Nino sim, faz sentido que o gosto de Nino seja aquele levado em consideração para o julgamento da sentença “a magia é

divertida”. Biba, para Pearson (2013), não seria relevante no contexto, já que ela nunca teve a experiência necessária para julgar a magia divertida ou não, e, portanto, o indivíduo que estará na primeira posição da função de identificação I não é Biba, embora ela seja a falante, mas sim Nino, que já praticou magia e para quem ela dirige a questão:

$$(46) \quad \text{Biba: } \forall x, w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{a magia}, x, w') \wedge I(\text{Nino}, x)] \\ [\text{divertida}(\text{a magia}, x, w')]$$

Nesse caso, o argumento de C_3 “a magia” impossibilita que o primeiro argumento de I seja Biba justamente porque ela não teve a experiência necessária com a magia para considerá-la divertida ou não.

Uma última questão que é necessário tratar aqui é a problemática de se dizer que para que uma sentença com PGP seja pronunciada com felicidade, o falante deve ter tido a “experiência relevante” para o contexto. Qual seria a experiência relevante que o falante deve ter tido, por exemplo, para proferir “esse bolo é gostoso”? Intuitivamente, poderíamos dizer que o falante deve ter consumido o bolo para fazer essa afirmação. No entanto, se o falante olhar para o bolo e, sem comê-lo, achar o bolo bonito, ele poderia fazer essa asserção com felicidade? Ou então caso o falante soubesse que um dos ingredientes do bolo é chocolate, por exemplo, ele poderia dizer que o bolo é gostoso sem prová-lo antes? Retomaremos essa discussão no segundo capítulo do trabalho, quando falarmos das pressuposições e condições de proferimento relacionadas aos predicados de gosto pessoal.

1.3.5. Como a abordagem contextualista lida com as sentenças encaixadas?

Pearson (2013) está de acordo com o *immediateness requirement* proposto por Stephenson (2007). Ou seja, a autora também considera que o indivíduo que julga a sentença contendo o PGP é o sujeito da sentença matriz que imediatamente encaixa o PGP. Para garantir isso, em sua abordagem, Pearson (2013) faz com que o sujeito da função de identificação (ou seja, seu primeiro argumento) seja uma variável que é amarrada pelo operador de abstração mais local, como mostrado em (47b), forma lógica de (47a) (Pearson, 2013, p. 24):

(47a) John thinks this cake is tasty.

(47b) $[\text{Op}_2 [\text{John thinks } [\text{CP Op}_1 [\text{this cake}_i [\text{GEN } [t_i \text{ is tasty } \lambda x . I(y_1, x)]]]]]]$

Como podemos ver, o operador de abstração Op_1 amarra a variável y da função I . Isso significa que o valor recebido pela variável y será referente a esse operador, que é o mais local sintaticamente, e não a outros possíveis operadores que podem estar na sentença como é o caso de Op_2 . A interpretação de (47b) é representada abaixo:

$$(48) \quad \forall \langle w, u \rangle: \text{é compatível com o que John acha em } w \text{ que ele mesmo é } u \text{ em } w, \\ \forall x, w'' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{this cake}, x, w') \wedge I(u, x)] [\text{tasty}(\text{this cake}, x, w')]$$

Na primeira linha de (48), vemos a interpretação relativa à sentença matriz “John thinks x ”, ou seja, para todo mundo w e indivíduo u , é compatível com o que John acha em w que ele mesmo é u em outro mundo possível w' .

Na segunda linha, vemos a interpretação relativa à sentença encaixada “this cake is tasty”, ou seja, para todo indivíduo x e todo mundo w' , sendo que (i) w'' é acessível de w , (ii) esse bolo, x e w'' são relevantes no contexto e (iii) y se identifica com x , então esse bolo é gostoso para x em w'' .

Finalmente, na quarta e quinta linhas, vemos a interpretação relativa à sentença como um todo. Os operadores λw e λz da sentença encaixada são preenchidos por w' e u , que são provenientes da sentença matriz, e a sentença tem a seguinte interpretação: para todo mundo w' e todo indivíduo u , é compatível com o que John acha em w que John é u em w' , e para todo indivíduo x e todo mundo w'' , sendo que (i) w'' é acessível de w' , (ii) esse bolo, x e w'' são relevantes no contexto e (iii) u se identifica com x , então esse bolo é gostoso para x em w'' . Em outras palavras, sendo u o indivíduo que corresponde a John de acordo com o que John acha, esse argumento é quem vai preencher λz da sentença encaixada. Assim, é esse argumento o sujeito da sentença matriz que será o primeiro argumento da função de identificação I , ou seja, o indivíduo que julga se o bolo é gostoso ou não.

Vale notar que Pearson (2013) segue uma abordagem nas linhas de Lewis (1979) e propõe que os complementos predicados de atitude como ‘achar’ são do tipo $\langle s, \langle e, t \rangle \rangle$, ou seja, propriedades, e é por isso que há um operador de abstração na periferia esquerda da sentença encaixada que deve ser preenchido.

A autora propõe ainda que não são apenas sentenças encaixadas que são do tipo $\langle s, \langle e, t \rangle \rangle$, mas que qualquer CP, não importando sua posição sintática, é do tipo $\langle s, \langle e, t \rangle \rangle$. Isso quer dizer que sentenças, pela sua abordagem, não seriam proposições, mas sim propriedades. Em outras palavras, e seguindo proposta de Heim (1991), Pearson (2013) afirma que dizer algo verdadeiro é expressar

uma propriedade que algo tem. Dessa forma, da mesma forma que a sentença encaixada em (46b) tem um operador de abstração Op na sua periferia esquerda, a sentença matriz também tem. Como podemos ver na interpretação em (48), λw e λz continuam na sentença mesmo após ela ser interpretada. Isso ocorre porque λw e λz vão ser preenchidos pelo mundo e pelo falante do contexto, no momento de fala.

Assim, é apenas no momento da fala que a sentença deixa de ser uma propriedade e se torna uma proposição. Com essa manobra, Pearson (2013) não só explica como se dá a interpretação de PGPs em sentenças encaixadas em verbos de atitude, como também garante que todos os tipos de sentença tenham a mesma formalização, o que é mais econômico do que propor que há dois tipos de formalização diferentes a depender da posição sintática do CP.

Com esta seção, encerramos a exposição sobre a proposta contextualista de Pearson (2013) e as soluções que ela propõe para as questões levantadas pelos predicados de gosto pessoal. Na seção seguinte, falaremos de uma terceira abordagem que se contrapõe às teorias vistas até aqui (relativista e contextualista), que é mais próxima de teorias expressivistas.

1.4. Qual é a proposta da abordagem expressivista?

Nas seções 1.1 e 1.2, apresentamos dois tipos distintos de teorias que lidam com os predicados de gosto pessoal e os problemas trazidos por eles na interpretação das sentenças em língua natural: primeiramente, na seção 1.1, as teorias relativistas de Lasersohn (2005) e Stephenson (2007) e, em seguida, na seção 1.2, a teoria contextualista de Pearson (2013), que vai contra as propostas das teorias relativistas, mais notadamente, contra a adição do parâmetro de juiz ao índice kaplaniano das sentenças.

Além das abordagens apresentadas até aqui, no entanto, há uma terceira abordagem possível para tratar os PGPs, que vai contra o tratamento dado aos PGPs por Lasersohn (2005), Stephenson (2007) e Pearson (2013), e é mais próxima das teorias expressivistas. Essa terceira abordagem, que vamos chamar *abordagem expressivista* neste trabalho, será apresentada nesta seção com base em Gutzmann (2016). Lasersohn (2005), na realidade, antevê e descarta tal possibilidade de abordagem em seu trabalho, levantando dados linguísticos que mostrariam que PGPs não se comportam como itens expressivos e, portanto, não podem ser tratados como tal.

Organizaremos, então, a seção da seguinte maneira. Em 1.4.1, apresentamos os argumentos de Gutzmann (2016) que mostram que, ao contrário do que foi afirmado anteriormente por Lasersohn (2005), um tratamento expressivista dos predicados de gosto não apenas é possível,

como, na verdade, é uma saída melhor do que a relativista proposta pelo autor. A seguir, na seção 1.4.2, fazemos uma introdução sobre o que são itens expressivos, para depois, na seção 1.4.3, verificarmos, usando os testes propostos por Potts (2007), se predicados de gosto pessoal de fato se comportam como esses itens - i.e. se há motivos linguísticos para uma proposta que trate PGP e expressivos sob uma mesma teoria. Por fim, nas seções 1.4.4 a 1.4.6, seguimos novamente o modelo das seções anteriores e mostramos como a abordagem de Gutzmann (2016) lida com cada um daqueles problemas apresentados na primeira seção deste capítulo.

1.4.1. A abordagem expressivista é viável?

Como vimos, em seu trabalho “*Context dependence, disagreement, and predicates of personal taste*”, Lasersohn (2005) discorre sobre variadas opções de caminhos teóricos que poderiam ser seguidos para o tratamento semântico dos predicados de gosto pessoal, argumentando contra todas elas e, por fim, propondo a sua abordagem relativista que apresentamos na seção 1.2.

Uma das possibilidades descartadas por Lasersohn (2005) em seu trabalho é a de que, na realidade, sentenças que trazem os predicados de gosto não podem ser avaliadas como verdadeiras ou falsas e, assim, considerá-las não como sentenças assertivas, mas sim como “atos de expressão de afetividade”. Em outras palavras, Lasersohn (2005) exclui em seu trabalho a possibilidade de que predicados de gosto pessoal sejam classificados como itens expressivos. Os argumentos de Lasersohn (2005) para a exclusão do tratamento expressivista dos PGPs são de três ordens: (i) possibilidade de negação (*deniability*), (ii) possibilidade de encaixamento (*embeddability*) e (iii) contradição (*contradiction*).

O primeiro argumento que Lasersohn (2005) apresenta contra o expressivismo tem relação com a possibilidade de negação, e se resume ao fato de que dois falantes podem discordar em relação a julgamentos levantados pelo uso dos PGPs (cf. 49), enquanto atos de fala afetivos como “Hmmm” não podem ser diretamente negados da mesma maneira, com um “não”, ou um “isso não é verdade” (cf. 50):

(49) Nino: Essa pizza é gostosa.

Biba: Isso não é verdade, essa pizza não é gostosa!

(50) Nino: Hmmm!

Biba: ?? Isso não é verdade, essa pizza não é gostosa!

O segundo argumento de Lasersohn (2005) mostra que sentenças que contêm PGPs podem aparecer encaixadas em operadores vericondicionais e participar de provas lógicas como o *modus ponens*, como podemos ver no exemplo (51) (Gutzmann, 2016, p. 26):

- (51) Se ela tem um *loop*, então a montanha-russa é divertida.
Ela tem um *loop*.

Então a montanha-russa é divertida.

Esse tipo de prova lógica só seria possível caso as sentenças expressassem valor de verdade, assim, se PGPs fossem itens expressivos e não analisáveis no nível vericondicional, então raciocínios como aquele mostrado em (50) não seriam possíveis.

Por fim, o último argumento de Lasersohn (2005) contra uma abordagem expressiva para os PGPs tem relação com o *faultless disagreement*. Para o autor, o desacordo só pode ocorrer se as sentenças com PGPs puderem ser avaliadas numa dimensão vericondicional, pois não é possível haver desacordo se não há valor de verdade envolvido nas sentenças — como negar algo que não pode ser avaliado como verdadeiro ou falso? Assim, o diálogo em (49) só é possível porque é possível também classificar as sentenças de Nino e Biba como verdadeiras ou falsas, ainda que de acordo com as perspectivas de seus falantes. Além disso, a sentença em (52) seria possível se se considerasse PGPs não-vericondicionais, já que não haveria contradição:

- (52) Pedro: ?? Essa pizza é gostosa, mas essa pizza não é gostosa.

O diálogo em (49) é possível porque as sentenças são proferidas por agentes diferentes. (52), sendo proferida pelo mesmo falante, é contraditória, pois afirma ao mesmo tempo que p e $\neg p$, e é julgada a partir da mesma perspectiva.

Pelos exemplos dados por Lasersohn (2005), vemos que o ponto central de sua argumentação é que sentenças com predicados de gosto pessoal podem aparecer em construções e contextos que requerem que a sentença tenha um valor de verdade: negações, contradições, e deduções lógicas como o *modus ponens*.

Para Gutzmann (2016), no entanto, os argumentos de Lasersohn (2005) não são conclusivos quanto a uma impossibilidade de tratar PGPs como itens expressivos. Contra o ponto principal da argumentação de Lasersohn (2005), Gutzmann (2016) afirma que não é possível afirmar categoricamente que sentenças contendo PGPs necessariamente expressam valores de verdade.

Sobre a possibilidade de negação dos PGPs, Gutzmann (2016) afirma que o teste de negar uma sentença com “isso não é verdade” proposto por Lasersohn (2005) não é suficiente para dizer que um item tem valor de verdade, já que parece possível usar tal manobra com sentenças não-vericondicionais como, por exemplo, atos de fala que expressam congratulações ou promessas (Gutzmann, 2016, p. 27):

- (53) A: Eu prometo que venho na sua festa.
B: Isso não é verdade! Eu sei que você não está planejando vir, porque você nem vai estar na cidade.
- (54) A: Eu te parablenizo!
B: Isso não é verdade! Eu sei que na verdade você tem inveja de mim.

É discutível se, de fato, B está negando a sentença de A nos exemplos (53) e (54). No entanto, como apontado por Gutzmann (2016), o próprio Lasersohn (2005) diz que a natureza do desacordo não é bem definida e “um pouco misteriosa”. Como, por fim, Lasersohn (2005) propõe apenas que negar uma sentença é dizer algo como “não” ou “isso não é verdade”, é possível dizer que há negação em (53) e (54).

Em segundo lugar, Gutzmann (2016) afirma que mesmo atos de fala podem ser colocados em estruturas que se parecem com o *modus ponens*:

- (55) Se a montanha-russa tem um *loop*, vai fundo.
A montanha-russa tem um *loop*.

Então, vai fundo.

Essa possibilidade, para Gutzmann (2016), mostra que há outros tipos de sistema dedutivos que estão disponíveis em língua natural e que não estão diretamente ligados à lógica tradicional, que exigiria que as sentenças que participassem dessas estruturas tivessem valor de verdade. Dessa forma, mesmo que sentenças com predicados de gosto possam ser colocadas em estruturas semelhantes ao *modus ponens* (cf. 51), isso não quer dizer que sentenças com predicados de gosto sejam vericondicionais de fato: o processo dedutivo envolvido no exemplo (51) poderia estar mais próximo do que ocorre em (55) do que da lógica tradicional.

Por fim, o último argumento que Lasersohn (2005) dá contra os PGPs como expressivos é que não parece haver como contradizer uma sentença com esse tipo de item. Gutzmann (2016) nota,

no entanto, que Lasersohn (2005) não define muito precisamente o que ele chama de “contradição”, dizendo que duas sentenças se contradizem se elas não podem ser acomodadas numa mesma perspectiva. Com isso em vista, o autor argumenta que é possível que haja contradição mesmo entre atos de fala:

- (56) Nino para Biba: Vai andar na montanha-russa!
Pedro para Biba: Não vai andar na montanha-russa!

Segundo o autor, (56) traz uma situação de contradição entre duas sentenças porque as duas estão em conflito: Biba não pode cumprir as duas solicitações ao mesmo tempo.

Dessa forma, Gutzmann (2016) mostra que os argumentos de Lasersohn (2005) para mostrar que predicados de gosto não podem ser considerados expressivos não são conclusivos o suficiente para excluir essa abordagem. O autor também observa que um motivo central para a argumentação de Lasersohn (2005) contra uma abordagem de PGPs como expressivos foi o fato de que ele abarcou na categoria dos expressivos apenas itens expressivos puros, como interjeições, e, portanto, de fato não encontrou correspondência no comportamento entre os predicados de gosto pessoal e esses itens. Antes de entender, no entanto, como as interjeições se diferenciam dos PGPs, é necessário que se faça uma introdução do que seriam os itens expressivos para Gutzmann (2016).

1.4.2. O que são itens expressivos?

Gutzmann (2016) utiliza uma semântica bidimensional, que analisa as sentenças em dois diferentes níveis ou dimensões: uma vericondicional e uma expressiva ou uso-condicional. Os itens expressivos seriam aqueles itens que são analisados na dimensão uso-condicional. Em (57) e (58), vemos exemplos dos dois tipos de sentenças (Gutzmann, 2016, p. 33):

- (57) “A neve é branca” é **verdadeiro** sse a neve é branca.
(58) “Ops!” é **usado com felicidade** sse o falante observou um pequeno erro.

Na dimensão vericondicional, como tradicionalmente se faz, julgamos a sentença verdadeira ou falsa de acordo com suas condições de verdade no mundo (cf. 57). Na dimensão uso-condicional, por outro lado, não analisamos a sentença em termos de verdade ou falsidade, mas sim em termos de felicidade no seu uso, ou seja, em que contextos ela pode ser proferida com felicidade

(cf. 58).

Além dos itens analisados em uma ou outra dimensão, para Gutzmann (2016) há ainda um terceiro tipo de item: aqueles que contribuem tanto na dimensão vericondicional quanto na dimensão uso-condicional, como é o caso de termos derogatórios raciais no inglês. Consideremos a sentença (59), que contém o termo ‘*kraut*’, usado em inglês para denotar alemães de um jeito pejorativo:

- (59) Hitler was a kraut.
Hitler era um “kraut”.

Segundo Gutzmann (2013), a sentença (59) traz duas informações: (i) no nível vericondicional, afirma Hitler é alemão, e (ii) no nível uso-condicional (ou expressivo), veicula que o falante não gosta de alemães.

Nessa semântica híbrida, então, o significado da sentença se dá em duas dimensões, conforme demonstrado pelo autor no seguinte esquema (Gutzmann, 2016, p. 35):

- (60) $[[S]] = \langle [[S]]^t, [[S]]^u \rangle$
a. S é verdadeiro em $w@$ if $w@ \in [[S]]^t$
b. S é feliz em $c@$ se $c@ \in [[S]]^u$

Como podemos ver pelo esquema, a sentença é formada por duas dimensões de significado, uma vericondicional $[[S]]^t$ e uma uso-condicional $[[S]]^u$. Além disso, uma é avaliada em relação a um mundo possível w quanto a seu valor de verdade, e a outra é avaliada em relação a um contexto c quanto a suas condições de felicidade de uso. Utilizando esse esquema para dar o significado de (59), temos o seguinte:

- (61a) $[[\text{Hitler was a kraut}]] = \langle [[\text{Hitler was a kraut}]]^t, [[\text{Hitler was a kraut}]]^u \rangle$
(61b) $[[[(61a)]]]$ é verdadeiro se $w@ \in \{ w: \text{Hitler era alemão em } w \}$
(61c) $[[[(61a)]]]$ é feliz se $c \in \{ c: c_a \text{ não gosta de alemães em } c \}$

Retomando, então, o que se disse na seção anterior, vemos por que a comparação entre as interjeições e os PGPs de Lasersohn (2005) não gerou bons resultados. Mesmo que os dois itens

fossem expressivos, são de tipos diferentes: interjeições são avaliadas apenas em relação a suas condições de uso, enquanto os PGPs, para Gutzmann (2016), seriam do tipo de ‘*kraut*’, ou seja, híbridos, que trazem contribuições tanto no nível vericondicional quanto no nível uso-condicional.

Dado o exposto, na próxima seção, usaremos os testes linguísticos propostos por Gutzmann (2013), baseados em Potts (2007), para verificar se os predicados de gosto pessoal se comportam, de fato, como itens expressivos.

1.4.3. Quais as motivações linguísticas para a abordagem expressivista?

Baseando-se em Potts (2007), Gutzmann (2013) traz testes para capturar as implicaturas trazidas pelos expressivos, sendo que esses testes estão relacionados a propriedades que, para o autor, se aplicam aos expressivos. Essas propriedades são seis:

- (i) independência (*independence*);
- (ii) não-destacabilidade (*nondisplaceability*);
- (iii) dependência de perspectiva (*perspective dependence*);
- (iv) inefabilidade descritiva (*descriptive ineffability*);
- (v) imediatidade (*immediacy*); e
- (vi) repetibilidade (*repeatability*).

Nesta seção, vamos tratar de cada uma dessas propriedades, mostrando como elas funcionam para expressivos híbridos como ‘*kraut*’ e comparando o comportamento destes nesses contextos com o comportamento dos predicados de gosto pessoal, a fim de averiguar se se comportam da mesma maneira e, portanto, se são itens que podem ser tratados debaixo de uma mesma teoria.

(I) Em primeiro lugar, falaremos da *independência*. Essa propriedade dita que os expressivos contribuem numa dimensão de significado diferente do conteúdo vericondicional. Isso significa que se o item expressivo é retirado da sentença, suas condições de verdade permanecem as mesmas, como ocorre em (62). (62b) é verdadeira nas mesmas condições que (62a) é, apenas exclui a condição de que o falante não goste de petistas:

- (62a) Nino é um petralha.
- (62b) Nino é um petista.

O mesmo processo poderia ser aplicado a um PGP como “divertido”? Tentamos esse processo em (63):

(63a) Biba: Esse filme é divertido.

(63b) Biba gosta desse filme.

(63b) de fato exclui a subjetividade da sentença em (63a): a sentença em (63b) pode ser avaliada como verdadeira ou falsa sem se levar em conta quem é o indivíduo que servirá de juiz à sentença, o que não ocorre em (63a), cuja sentença deve ser avaliada em relação ao gosto pessoal de Ana, que é a falante. No entanto, o conteúdo uso-condicional da sentença não é claro como em (62) — quais seriam as condições de felicidade da sentença em (63a) no plano expressivo? Deixamos para discutir essa possibilidade no final da seção, ao apresentarmos a proposta de Gutzmann (2016) para esses predicados.

(II) A segunda propriedade destacada por Gutzmann (2013) é a *não-destacabilidade*, i.e. o fato de que expressivos predicam algo da situação do proferimento. Ou seja, numa situação de discurso reportado, o expressivo seria relacionado à situação de fala, e não à situação do conteúdo do discurso reportado, como ocorre em (64):

(64a) Celeste: Aquele petralha ganhou uma Palma de Ouro.

(64b) Nino: Celeste disse que aquele petralha ganhou uma Palma de Ouro.

Em (64a), Celeste demonstra uma atitude negativa em relação aos petistas. Em (64b), no entanto, essa atitude negativa está ligada a Nino, que é falante da situação, e não necessariamente a Celeste.

Vejamos, agora, se isso ocorre com predicados de gosto:

(65a) Celeste: O bolo gostoso acabou.

(65b) Nino: Celeste disse que o bolo gostoso acabou.

De fato, em (65a) é Celeste quem julga o bolo gostoso e, em (65b), embora se fale de Celeste, é Nino, o falante, quem julga o bolo gostoso. No entanto, consideremos agora os seguintes exemplos:

(66a) Celeste: Esse bolo está gostoso.

(66b) Nino: Celeste disse que esse bolo está gostoso.

Em (66a), é Celeste quem julga o bolo gostoso. No entanto, em (66b), o juiz da sentença continua sendo Celeste, algo que não ocorre nas sentenças em (64) pelo princípio da não-destacabilidade. Assim, parece que apenas em determinadas situações o predicado de gosto apresenta a propriedade da não-destacabilidade.

(III) Como terceira propriedade para os itens expressivos, Gutzmann (2013) aponta para a *dependência de perspectiva*, ou seja, o conteúdo expressivo é avaliado de determinada perspectiva. Como já mostrado nos exemplos em (64), a perspectiva levada em consideração geralmente é a do falante, mas também pode ser outro indivíduo a julgar o conteúdo expressivo, como ocorre em (67), no qual quem julga o item expressivo não é o falante, mas sim Celeste:

(67) A Celeste disse que o Lula é um petralha, mas eu não tenho nada contra petistas.

Isso parece ser possível também com PGP, como mostram os exemplos em (68), nos quais quem julga o bolo gostoso é Celeste, e não o falante:

(68a) A Celeste disse que o bolo estava gostoso, mas eu não achei.

(68b) A Celeste disse que ficou triste porque o bolo gostoso acabou, mas eu não achei o bolo gostoso.

(IV) Em quarto lugar, vemos a propriedade da *inefabilidade descritiva* como importante para a classificação dos expressivos. De acordo com essa propriedade, é impossível parafrasear o conteúdo uso-condicional usando apenas expressões vericondicionais sem mudar o modo de expressão. Isso quer dizer que é muito difícil parafrasear uma frase que contém um expressivo usando apenas expressões que contribuem na dimensão vericondicional.

Qual seria uma paráfrase boa, por exemplo, para “Nino é um petralha”? “Nino é um petista” perde a atitude negativa em relação aos petistas do falante. “Nino é um petista e eu odeio petistas” parece uma paráfrase melhor, mas é difícil dizer com certeza se o falante quis dizer isso com ‘petralha’, já que há outras possibilidades de interpretação dessa palavra. “Nino é um petista e eu considero petistas seres inferiores”, por exemplo, poderia ser outra paráfrase que tem um sentido bem diferente da primeira.

Assim como é difícil parafrasear ‘petralha’, também é difícil parafrasear sentenças com

predicados de gosto. Como parafrasear, por exemplo, a sentença em (69)?

(69) Esse bolo é gostoso.

Não é fácil pensar numa boa paráfrase para essa proposição, pois o que torna o bolo gostoso pode variar muito: seria dizer (69) o mesmo que dizer que o bolo é leve, ou não muito doce, ou muito doce, ou que contém chocolate? São muitos os fatores que podem fazer com que o falante julgue o bolo gostoso. Seriam, então, as paráfrases em (70) opções melhores?

(70a) Esse bolo tem um gosto bom.

(70b) O falante de (69) gosta desse bolo.

(70a) não parece uma boa opção de paráfrase para (69), já que apenas estaríamos colocando em jogo outro predicado subjetivo ('bom') e, assim, o problema não seria resolvido. (70b) é uma paráfrase melhor para (69), porém ainda não pode ser considerada uma boa paráfrase. Isso porque o falante de (69) não fala sobre uma propriedade sua, ou seja, que ele gosta desse bolo, mas sim sobre uma propriedade desse bolo. Dizer que (70b) é uma boa paráfrase de (69) seria o mesmo que dizer que as sentenças em (71) e (72) são equivalentes, e isso não parece ser uma boa saída. (71) pode ser mais facilmente usado para convencer o ouvinte a comer o bolo, mas (72), como um convite para que o interlocutor o experimente, é menos efetivo:

(71) (Em uma festa)

Nino para Biba: Esse bolo é gostoso.

(72) (Em uma festa)

Nino para Biba: Eu gosto desse bolo.

Assim, as paráfrases estritamente vericondicionais pensadas para (69) não são totalmente aceitáveis, e isso é um indício de que predicados de gosto contribuem também em outra dimensão que não a dos valores de verdade.

(V) A quinta propriedade apontada por Gutzmann (2013) para classificação dos expressivos é a *imediatez*. Essa propriedade dita que expressivos conseguem alcançar seu ato proposto somente com seu proferimento, assim como os performativos. Assim, não é possível cancelar a impressão negativa do falante trazida pelo item 'petralha', como mostra (73). Da mesma forma, não

é possível cancelar a impressão positiva do falante trazida pelo PGP ‘gostoso’ em (74):

(73) Aquele petralha do Lula ganhou as eleições, #mas eu não tenho nada contra petistas.

(74) Esse bolo é gostoso, #mas eu não gostei dele.

(VI) Finalmente, a última propriedade relacionada aos itens expressivos proposta por Potts (2007) e apresentada por Gutzmann (2013) é a *repetibilidade*, ou seja, se o falante usa um item expressivo repetidamente, o efeito conseguido é o fortalecimento do conteúdo expressivo expressado, e não o de redundância. Embora essa propriedade seja apresentada por Gutzmann (2013), o autor não concorda com sua necessidade para a classificação dos expressivos, já que ela funciona também para itens não expressivos (cf. 74), além de não funcionar para certos tipos de expressivos, como as interjeições (cf. 75):

(75) Nino é alto alto alto.

(76) #Ai! Bati meu dedinho! Ai! Na quina do pé da cama! Ai!

Assim, embora os predicados de gosto, de fato, apresentem a propriedade da repetibilidade (cf. 76), pelos motivos dados por Gutzmann (2013) não vamos nos alongar na exposição dessa propriedade, que não parece essencial para a classificação dos expressivos.

(77) Esse bolo é gostoso gostoso gostoso.

Em conclusão, com base nos testes propostos por Potts (2007) e desenvolvidos por Gutzmann (2013), apenas uma das propriedades que se aplicam aos expressivos não se aplica aos predicados de gosto pessoal, o que indica que esses itens são bem próximos do que o autor considera como itens expressivos — i.e. que contribuem (não necessariamente exclusivamente) numa dimensão uso-condicional de significado. Uma questão, no entanto, ainda fica em aberto em relação à propriedade (I), a independência. Não identificamos ainda o conteúdo uso-condicional trazido por PGPs como ‘gostoso’ ou ‘divertido’, assim como o conteúdo uso-condicional trazido por um termo derogatório étnico como ‘*kraut*’ é um desgosto em relação aos alemães, e o conteúdo uso-condicional de uma expressão como ‘petralha’ é um desgosto em relação a petistas.

Gutzmann (2016), seguindo Kaplan, irá afirmar que há um parâmetro de juiz presente na computação das sentenças com expressivos e, portanto, que esse parâmetro está presente na

computação das sentenças com PGPs também. Vejamos agora os exemplos em (78) (cf. Gutzmann, 2016):

(78a) Nino: Tofu é gostoso.

(78b) Biba: Tofu não é gostoso.

Para Gutzmann (2016), essas duas sentenças contribuem tanto num nível vericondicional quanto num nível expressivo. As sentenças em (78a) e (78b), para o autor, veiculariam as seguintes informações, respectivamente:

(79) (no nível vericondicional) Tofu é gostoso para Nino.

(no nível uso-condicional) Tofu conta como gostoso.

(80) (no nível vericondicional) Tofu não é gostoso para Biba.

(no nível uso-condicional) Tofu não conta como gostoso.

Assim, para Gutzmann (2016): “Tofu é gostoso” é verdadeiro se em c , w , se o juiz de c gosta de tofu em c_w ; e é feliz se tofu conta como gostoso em c (onde c é o contexto da sentença e w o mundo possível no qual a sentença é avaliada). Ou seja, ao dizer algo como “Tofu é gostoso”, o falante não só diz algo sobre seu próprio gosto no conteúdo vericondicional, mas também propõe um contexto em que tofu conta como gostoso, e isso vale para todas as pessoas envolvidas naquele contexto.

Nesta seção, vimos as motivações para se considerar os PGPs como itens expressivos e a proposta de tratamento de Gutzmann (2016) para esses itens. Nas próximas seções, a seguir, entramos em maiores detalhes sobre a abordagem de Gutzmann (2016), mostrando como ela lida com o *faultless disagreement*, a dependência de perspectiva, e as sentenças encaixadas.

1.4.4. Como a abordagem expressivista lida com o *faultless disagreement*?

Como vimos na seção anterior, Gutzmann (2016) propõe que se trate os predicados de gosto pessoal como expressivos híbridos, ou seja, que contribuem tanto numa dimensão vericondicional quanto numa dimensão uso-condicional da sentença. Com essa manobra, o autor propõe que o *faultless disagreement* seja tratado, então, também em duas dimensões: temos a intuição do desacordo na dimensão vericondicional, e a intuição de que ninguém está errado (i.e. do *faultless*)

na dimensão uso-condicional.

Em outras palavras, pela abordagem de Gutzmann (2016), um PGP como ‘gostoso’ seria interpretado de duas formas distintas em cada dimensão. Na dimensão vericondicional, PGPs se comportariam de maneira similar aos indexicais, conforme vemos em (81) (Gutzmann, 2016, p. 36):

$$(81) \quad [[\text{gostoso}]]^{t,w,c} = \lambda x . x \text{ é gostoso para o juiz de } c \text{ em } w$$

Esse tratamento para ‘gostoso’ dado pelo autor se diferencia daquele dado por Lasersohn (2005), já que Lasersohn propõe um tratamento para PGPs que se dava em apenas uma dimensão: a vericondicional. Dessa forma, para lidar com o *faultless disagreement*, o autor propôs que j fosse um parâmetro kaplaniano não computado no nível do caráter, mas do conteúdo, conforme explicado na seção 1.2.3. Para Gutzmann (2016), no entanto, tal manobra não é necessária, já que a nossa intuição de *faultless* (i.e. que nenhum dos participantes do diálogo está proferindo algo falso) vem da dimensão uso-condicional, e não da vericondicional, o que possibilita que se dê um tratamento de indexical simples para o parâmetro j . Em outras palavras, para Gutzmann (2016), o parâmetro j é um parâmetro como qualquer outro do contexto kaplaniano (i.e. agente, lugar, tempo etc.) e, portanto, é computado no nível do caráter, como mostrado em (81).

Por outro lado, na dimensão uso-condicional é que se lida com a noção do *faultless* que percebemos em desacordos contendo PGPs. Para Gutzmann (2016), proferimentos com PGP carregam um componente normativo sobre o que será considerado gostoso. Isso é, o componente expressivo de uma sentença com PGP contém uma expressão afetiva de uma atitude deôntica:

$$(82) \quad [[\text{gostoso}]]^{u,w,c} = \lambda x . x \text{ contará como gostoso em } c$$

Assim, a diferença entre um desacordo objetivo como (83) e um desacordo subjetivo como (84) é que em (83), o desacordo é avaliado em relação ao mundo possível e seus fatos objetivos, enquanto em (84), o desacordo introduzido por PGPs é relacionado ao contexto de proferimento e ao que contará como gostoso nele.

(83) Nino: Tofu é feito de soja.

Biba: Não, tofu não é feito de soja.

(84) Nino: Tofu é gostoso.

Biba: Não, tofu não é gostoso.

Apenas o desacordo em (84), que é avaliado em relação à dimensão uso-condicional, não pode ser resolvido: não parece haver uma maneira de determinar o que contará como gostoso no contexto de proferimento objetivamente.

Por fim, Gutzmann (2016) diz ainda que o significado expressivo dos PGPs também tem a tendência de produzir uma resposta afetiva nas pessoas, seguindo uma proposta de Stevenson (1937). Isso explicaria por que as pessoas negam sentenças com PGP nos diálogos, ainda que saibam que os falantes enunciam essas sentenças de seus próprios pontos de vista.

1.4.5. Como a abordagem expressivista lida com a dependência de perspectiva?

Como mostrado na seção anterior, Gutzmann (2016) assume uma formalização dos predicados de gosto similar àquela dada por Kaplan (1989) para indexicais. Esse tratamento para PGPs dado pelo autor se diferencia daquele dado por Lasersohn (2005), já que este propôs um tratamento para PGPs que se dava em apenas uma dimensão: a vericondicional. Dessa forma, para lidar com o *faultless disagreement*, Lasersohn (2005) propôs que j fosse um parâmetro kaplaniano não computado no nível do caráter, mas do conteúdo, conforme explicado na seção 1.2.3. Para Gutzmann (2016), no entanto, tal manobra não é necessária, já que a nossa intuição de *faultless* (i.e. que nenhum dos participantes do diálogo está proferindo algo falso) vem da dimensão uso-condicional, e não da vericondicional, o que possibilita que se dê um tratamento de indexical simples para o parâmetro j . Em outras palavras, para Gutzmann (2016), o parâmetro j é um parâmetro como qualquer outro do contexto kaplaniano (i.e. agente, lugar, tempo etc.) e, portanto, é computado no nível do caráter, como mostrado em (81), repetido abaixo em (85):

$$(85) \quad [[\text{gostoso}]]^{t,w,c} = \lambda x . x \text{ é gostoso para o juiz de } c \text{ em } w$$

Assim, vemos que a dependência de perspectiva na abordagem de Gutzmann (2016) se dá no nível vericondicional da sentença, através da adição de um parâmetro de juiz j no índice kaplaniano da sentença.

O parâmetro j seria preenchido, assim, pelo indivíduo cuja perspectiva é relevante no contexto, e a sentença seria avaliada em relação a essa perspectiva, da mesma forma que o parâmetro c_a (agente do contexto), por exemplo, é preenchido pelo falante da sentença.

No entanto, notamos uma diferença entre o juiz e os demais parâmetros kaplanianos. Enquanto o agente do contexto, o lugar do contexto e o ouvinte do contexto, por exemplo, podem

ser retomados por itens indexicais pronunciados, como ‘eu’, ‘aqui’ e ‘você’, qual seria o item que retomaria o juiz do contexto (c_j)? É verdade que temos algumas estruturas que remetem diretamente ao juiz de forma explícita, como o PP ‘para Nino’ em (86a), porém esse não é sempre o caso de sentenças que contêm PGPs, como (86b), que não explicita na sentença quem a está julgando:

(86a) A magia é divertida para Nino.

(86b) A magia é divertida.

Ainda olhando para (86a), vemos que, mesmo que o PP ‘para Nino’ de fato deixe explícito quem é o juiz da sentença, ele não funciona como um item indexical como ‘eu’, que tem como parte integrante de seu significado a necessidade de se retomar da ênupla contextual seu conteúdo. Consideremos, por exemplo, a seguinte sentença proferida por Morgana:

(87) Morgana: Eu sou uma bruxa.

O conteúdo de (87) será “Morgana é uma bruxa”, por exemplo, já que o agente do contexto será preenchido pela falante da sentença, no caso, Morgana. No entanto, quando alguém diz (86a), ‘para Nino’ não retoma do contexto seu conteúdo. Além disso, diferentemente do que ocorre com ‘eu’ na sentença (87), em (86a) é o PP ‘para Nino’ que parece estabelecer quem é o juiz do contexto, e não o contrário.

Deixamos por resolver como implementar a noção de um parâmetro de juiz como um indexical nas sentenças segundo a abordagem de Gutzmann (2016), problema que não foi resolvido pelo próprio autor.

1.4.6. Como a abordagem expressivista lida com as sentenças encaixadas?

Embora Gutzmann (2016) não se detenha muito no assunto das sentenças encaixadas, o autor menciona que, de fato, PGPs encaixados sob verbos de atitude como ‘*think*’ (‘achar’) têm como juiz o sujeito do verbo de atitude, concordando, assim, com os autores citados até aqui (Lasersohn, 2005; Stephenson, 2007; Pearson, 2013) nesse ponto. Como chegar a essa conclusão por sua abordagem, no entanto, não fica tão explícito. Segundo Gutzmann (2016, p. 40, tradução nossa⁴):

4 No original: “Due to the subjective character of PPTs and that speakers in most cases have privileged epistemic

Devido ao caráter subjetivo dos PGPs e que falantes na maioria dos casos têm acesso epistêmico privilegiado aos seus gostos, assertar que alguém acha tofu gostoso é muito próximo de assertar que ele [tofu] é gostoso para esse mesmo alguém.

Em outras palavras, devido à natureza de verbos de atitude como *'find'* e *'think'* ('achar', em PB), que expressam estados mentais do falante, podemos concluir que o sujeito desses verbos deve ser o juiz de sua sentença porque fala de seus próprios estados mentais (que incluem a consciência de quais são os seus gostos), e cada indivíduo tem a melhor condição de falar de seu próprio estado mental, já que é o único que o experiencia diretamente.

Embora concordemos com a intuição de Gutzmann (2016) aqui, o autor em aberto a questão sobre como deve se dar o processo formal que envolve considerar o sujeito da sentença matriz como o juiz da sentença.

1.5. Considerações finais do capítulo

Neste capítulo, nos focamos em apresentar o que são os predicados de gosto pessoal - objeto de estudo deste trabalho - e também quais são os principais problemas que são relacionados a esses itens, sendo eles três problemas principais: (i) o *faultless disagreement*, (ii) a dependência de perspectiva e (iii) como lidar com PGPs encaixados em verbos de atitude.

Além disso, apresentamos também três teorias importantes na literatura que lidam de formas diferentes com os PGPs e as questões relativas a eles que devem ser explicadas por uma abordagem que se proponha a lidar com esses itens, que chamamos aqui de: (i) a abordagem relativista, (ii) a abordagem contextualista e (iii) a abordagem expressivista.

Para falar sobre a abordagem relativista, tomamos como base os trabalhos de Lasersohn (2005) e Stephenson (2007) que, em linhas gerais, propõem que sentenças contendo predicados de gosto pessoal devem ser relativizados à perspectiva de um indivíduo (que pode ser o falante ou algum outro indivíduo saliente no contexto) para que sejam julgadas verdadeiras ou falsas. Esse indivíduo seria o juiz da sentença. Nesse caso, o valor de verdade das sentenças iria depender de um único indivíduo cujo gosto é relevante para a computação da sentença. Além disso, quando um falante expressa uma sentença do tipo "x é divertido", ele está proferindo algo sobre ele mesmo (sobre seus gostos), já que basta que ele considere x divertido para que a sentença seja considerada

access to their taste, asserting that one finds tofu tasty comes very close to asserting that it is tasty for oneself".

verdadeira.

De outro lado, temos o que chamamos de abordagem contextualista, que apresentamos com base no trabalho de Pearson (2013), que argumenta contra a adição do juiz à computação semântica e, portanto, contra a proposta de Lasersohn (2005) e Stephenson (2007). Para Pearson (2013), predicados de gosto pessoal não deveriam ser relativizados a um único indivíduo específico, mas sim a um indivíduo genérico. Em outras palavras, dizer algo como “Esse bolo é gostoso” seria o mesmo que dizer “Esse bolo é gostoso para pessoas no geral”. Nesse caso, quando o falante profere uma sentença com PGP não é apenas de si mesmo (e seu próprio gosto) que ele está falando, mas sim sobre o contexto da sentença, pois uma proposição do tipo “x é divertido” propõe que os falantes daquele contexto também vão considerar x divertido. O valor de verdade de sentenças com PGPs, nesse caso, dependeria não apenas do falante (ou indivíduo cuja perspectiva é relevante), mas também de outras pessoas para quem a proposição é generalizada.

Por fim, a última teoria que apresentamos neste capítulo, tendo como base Gutzmann (2016), se aproxima de teorias expressivistas. Segundo essa abordagem, as sentenças devem com PGPs ser analisadas em duas dimensões distintas: (i) a dimensão vericondicional, na qual são avaliadas as condições de verdade da sentença dado determinado mundo possível, e (ii) a dimensão uso-condicional, na qual são avaliadas as condições de felicidade de uso da sentença dado determinado contexto. Nessa abordagem, novamente, há o uso do parâmetro do juiz como forma de relativizar a sentença a uma perspectiva de um indivíduo na dimensão vericondicional. No entanto, na dimensão uso-condicional a sentença fala sobre o contexto: uma sentença do tipo “x é divertido” fala sobre o que conta como divertido no contexto relevante para a sentença. Assim, vemos que, por essa abordagem, uma sentença que contém um PGP fala tanto sobre o indivíduo cuja perspectiva será relevante para julgar a sentença como também sobre o contexto de proferimento daquela sentença.

Por fim, vale notar que ficam ainda alguns problemas que não são resolvidos por essas abordagens. Além disso, todas as abordagens apresentadas aqui foram pensadas para o inglês, e apresentam dados linguísticos dessa língua que corroboram suas argumentações. Assim, no próximo capítulo, usamos dados linguísticos do português brasileiro para testar essas teorias em outra língua que não o inglês. A partir disso, vamos identificar e tratar de algumas questões não abordadas pelas teorias expostas neste trabalho.

Para finalizar esta seção, trazemos, abaixo, uma tabela que resume as três abordagens tratadas no primeiro capítulo.

Abordagem	Interpretação de “Esse bolo é gostoso”	Paráfrase (<i>grosso modo</i>) para “Esse bolo é gostoso”
Abordagem relativista (Stephenson, 2007)	$[\lambda x_e . [\lambda y_e . y \text{ é gostoso para } x \text{ em } w \text{ e } t]]$ ([[PRO _j]]) ([[esse bolo]])	“Esse bolo é gostoso para o juiz da sentença.”
Abordagem contextualista (Pearson, 2013)	$\lambda w \lambda z . \forall x, w' [\text{Acc}(w, w') \wedge$ $C_3(\text{esse bolo}, x, w') \wedge I(y, x)]$ [gostoso(esse bolo, x, w')]	“Esse bolo é gostoso para as pessoas no geral com quem eu me identifico.”
Abordagem expressivista (Gutzmann, 2016)	$[[\text{Esse bolo é gostoso}]]^{t, w, c} =$ $\lambda x . x \text{ é gostoso para o juiz de } c \text{ em } w$ ([[esse bolo]]); $[[\text{Esse bolo é gostoso}]]^{u, w, c} =$ $\lambda x . x \text{ contará como gostoso em } c$ ([[esse bolo]])	No nível vericondicional: “Esse bolo é gostoso para o juiz do contexto.” No nível uso-condicional: “Esse bolo conta como gostoso no contexto.”

Tabela 1: Resumo das teorias sobre PGPs

Capítulo 2. Quais os problemas com as teorias apresentadas no capítulo 1?

No primeiro capítulo da dissertação, apresentamos três questões centrais para as teorias que se propõem a tratar dos predicados de gosto pessoal, sendo elas (i) o *faultless disagreement*, (ii) a dependência de perspectiva das sentenças que contêm PGPs e (iii) o comportamento desses predicados em sentenças encaixadas em verbos de atitude. Também apresentamos três diferentes teorias que sugerem diferentes caminhos para o tratamento dos predicados de gosto e seus problemas: (i) o relativismo de Lasersohn (2005) e Stephenson (2007), (ii) o contextualismo de Pearson (2013) e (iii) o expressivismo de Gutzmann (2016).

No entanto, vale lembrar que as abordagens apresentadas são pensadas para o inglês. Com a passagem dos dados linguísticos apresentados para o PB, surgem algumas questões que as teorias citadas ainda deixam por resolver. Neste capítulo, apresentamos essas questões e possíveis caminhos para solucioná-las.

Para isso, organizaremos o capítulo da seguinte maneira: na seção 2.1, falamos sobre as inferências relacionadas ao uso dos PGPs, um tópico em que a interpretação dos dados do inglês e do português brasileiro não parece se alinhar. Em seguida, na seção 2.2, falamos sobre a classificação dos PGPs em predicados de *individual level*, como proposto por Pearson (2013) (cf. seção 1.3), e se realmente ela se sustenta.

2.1. Quais são as inferências relacionadas aos predicados de gosto?

Nesta seção, falaremos sobre as inferências que são levantadas pelos predicados de gosto pessoal. Em outras palavras, vamos investigar se uma sentença com um PGP traz pressuposições, implicaturas ou condições de felicidade atreladas a ela e, em caso positivo, quais são essas inferências, e quais são as estruturas que estão relacionadas a elas.

2.1.1. Há a necessidade de “experiência direta” para proferir um PGP?

Retomando o que já falamos na seção 1.3.4, Pearson (2013) propõe que leituras exocêntricas de sentenças com predicados de gosto surgem quando o falante, por algum motivo, não é

considerado adequado para julgar a sentença. Um dos contextos em que a autora diz que isso ocorre é justamente quando o falante não teve a experiência relevante para julgar o contexto. Segundo Pearson (2013, p. 30, grifos nossos, tradução livre⁵),

(...) uma sentença de forma *x é gostoso* vai carregar acarretamentos sobre os gostos da agente, a não ser que (i) **a agente não tenha experimentado x** ou (ii) há algo sobre a agente que faz com que ela seja uma candidata inadequada para ser um indivíduo para quem *x é gostoso*.

Na parte destacada do trecho, vemos que a autora considera relevante para a felicidade da sentença “*x é gostoso*” que o falante tenha experimentado *x*. A autora volta a afirmar isso mostrando que não é possível negar que o falante comeu *x* depois de uma sentença do tipo “*x é gostoso*”, como podemos ver nos exemplos abaixo (Pearson, 2013, p. 16):

- (1a) This cake is tasty to John. #But he hasn't tried it.
- (1b) This cake is tasty to me. #But I haven't tried it.
- (1c) This cake is tasty to you. #But you haven't tried it.

No entanto, se passamos as sentenças em (1) para o português brasileiro, as sentenças parecem bastante aceitáveis. Para observar isso, pensemos, primeiramente, em um contexto. Esse contexto pode ser, por exemplo, uma situação em que um grupo de amigos está numa padaria escolhendo que bolo levar para o café da tarde na casa de um deles. Eles apenas olham os bolos pela vitrine, e julgam se o bolo é gostoso dessa forma. Nesse contexto, um dos amigos profere as sentenças em (2):

- (2a) Esse bolo é gostoso para o João, mas ele não experimentou.
- (2b) Esse bolo é gostoso para mim⁶, mas eu não experimentei.
- (2c) Esse bolo é gostoso para vocês, mas você não experimentou.

5 No original: “(...) a sentence of form *x is tasty* will carry entailments about the agent's tastes unless (i) the agent has not tasted *x* or (ii) there is something about the agent that makes her an unsuitable candidate for being an individual to whom *x* is tasty”.

6 O PP “para *x*” funciona nessas sentenças para dizer de quem é a perspectiva levada em consideração. Caso o PP seja colocado no começo da sentença, temos a intuição ainda mais forte de que se trata de uma afirmação subjetiva ao ponto de vista do indivíduo que está no PP: “Para mim, esse bolo é gostoso, mas eu não experimentei” soa mais aceitável do que (2b). Essa estrutura também pode ser usada para predicados usados em asserções objetivas, como vemos em “Para mim, o Palmeiras ganhou o jogo ontem, mas eu ainda não vi o resultado”, o que mostra que o PP tem o poder de deixar mais subjetivas as proposições sobre as quais ele atua. Esse efeito, no entanto, não é conseguido caso o PP venha ao final da sentença, como nos exemplos em (2): ??“O Palmeiras ganhou o jogo ontem para mim, mas eu ainda não vi o resultado”. A aceitação dos PPs em (2) ao final das sentenças pode significar, portanto, que o predicado usado é, de fato, subjetivo, e sua sentença necessita de uma perspectiva para ser avaliada.

As sentenças não são infelizes como ocorre em (1), nos exemplos em inglês. Assim, a experiência de ter provado o bolo não parece relevante para se proferir a sentença “Esse bolo é gostoso” em PB. A partir disso, poderíamos especular que a experiência necessária para o falante no caso de “esse bolo é gostoso” não é diretamente relacionada ao paladar, como ocorre em (1), mas pode ser uma experiência que tenha a ver com outros sentidos. Testamos essa hipótese em (3):

- (3a) Esse bolo é gostoso para mim, mas eu não experimentei (só vi).
- (3b) Esse bolo é gostoso para mim, mas eu não experimentei e nem vi (só cheirei).
- (3c) Esse bolo é gostoso para mim, mas eu não experimentei, e nem vi, e nem cheirei (só peguei ele).

Como podemos observar, de fato, as sentenças em (3) são aceitáveis mesmo que o contato do falante com o bolo seja através de outros sentidos (visão, olfato e tato). Isso pode acontecer porque a propriedade ‘gostoso’ pode estar associada a outros fatores que não o gosto do bolo em si, como um cheiro bom, ou a aparência do bolo ser bonita, ou o bolo ser fofinho em vez de duro, ou mesmo por conta dos ingredientes que o bolo leva.⁷

Se trocamos ‘gostoso’ por ‘saboroso’, no entanto, a continuação das sentenças que nega que o falante experienciou o *sabor* do bolo é menos aceitável:

- (4) Esse bolo é saboroso para mim, ?mas eu não experimentei, só vi.

Assim, parece que a questão da experiência requerida do falante para que ele profira uma sentença com um PGP não é tão simples quanto poderia parecer em um primeiro momento, pois não é claro exatamente qual é a experiência requisitada. O mesmo ocorre com ‘divertido’. O que é um filme divertido, por exemplo? Isso pode ser medido pela qualidade técnica do filme, pelo que ele causa nas pessoas (felicidade, comoção etc.), ou até mesmo pelas pessoas com quem um indivíduo

⁷ Na realidade, ‘gostoso’ não é uma tradução adequada para ‘*tasty*’, que parece dizer muito mais a respeito do sabor dos indivíduos caracterizados (*taste*, em inglês) do que de suas outras propriedades. De fato, o adjetivo ‘gostoso’ parece muito mais amplo do que seria o ‘*tasty*’, podendo ser utilizado para caracterizar muitos outros elementos, até mesmo aqueles que não comemos, como podemos observar em “Esse cobertor é gostoso”, ou “A voz de Biba é gostosa”. ‘Saboroso’ seria uma tradução que corresponde mais de perto a essa interpretação de ‘*tasty*’. No entanto, considerando que não se trata de um termo que usamos corriqueiramente em PB, é difícil ter intuições sobre seu uso. Além disso, embora ‘gostoso’ não seja a melhor tradução para ‘*tasty*’, trata-se de um predicado que se comporta como um predicado de gosto, já que fala do *gosto* pessoal do falante. Optamos, por esse motivo, utilizar ‘gostoso’ como o PGP correspondente a ‘*tasty*’ na maior parte dos exemplos encontrados neste trabalho. Agradecemos aos professores Cleber Conde e Marcelo Ferreira por apontarem e discutirem esses pontos durante a qualificação.

assiste o filme.

Outro fator que devemos levar em conta é se a experiência do falante com o objeto caracterizado pelo PGP deve ser direta, ou se ella pode ser indireta, no sentido em que ele pode reportar a experiência de outros indivíduos. Nesses casos, mesmo com PGPs que são avaliados em relação a um único critério (como ‘saboroso’ e ‘cheiroso’, por exemplo, que são avaliados apenas em relação ao sabor e cheiro), parece que não há necessidade de o falante ter tido experiência com o indivíduo caracterizado pelo predicado. Ilustramos uma situação como essa no exemplo em (5):

(5) Pedro: Esse perfume é cheiroso.

Zeca: Você já cheirou?

Pedro: Não, mas a Biba e o Nino me disseram que é cheiroso.

Parece perfeitamente possível que Pedro enuncie a sua primeira sentença do diálogo, ainda que depois negue ter cheirado o perfume. Nesse caso, seu proferimento não é feito com base em sua própria experiência direta, mas sim na experiência de outras pessoas

Assim, em PB parece ser possível que o falante profira uma sentença com predicado de gosto sem ter tido experiência com o objeto caracterizado, mesmo em casos como ‘saboroso’ e ‘cheiroso’, em que a “experiência relevante” necessária para o proferimento da sentença é bem definida, e não vaga como com ‘gostoso’. Embora Pearson (2013) não considere possível proferir a sentença “This cake is tasty” sem que se tenha comido o bolo, vale a pena notar que Wolf (2016) considera que um indivíduo pode julgar uma sentença do tipo “x é gostoso” verdadeira ou falsa com base em vários tipos de fonte de evidência, como conhecimento direto, processos dedutivos, ou informação reportada, como é o caso do diálogo em (5).

O próximo passo, agora, é responder à pergunta: há alguma estrutura em PB que funcione de modo similar ao que Pearson (2013) mostra para o inglês, isso é, que torne obrigatório que o falante tenha tido experiência direta com o elemento caracterizado para que as condições de felicidade de proferimento da sentença sejam cumpridas? Para responder a essa pergunta, vamos nos concentrar em duas estruturas do PB que, de fato, parecem levantar a inferência de que o falante teve a experiência relevante com o objeto caracterizado pelo PGP.

A chave para chegar a uma dessas estruturas pode estar no verbo de ligação ‘*to be*’, que tem dois correspondentes em PB: ‘ser’ e ‘estar’. Assim, a primeira estrutura sobre a qual falaremos é o verbo ‘estar’ que, combinado com os PGPs, parece trazer resultados diferentes do que os que vimos até então. A segunda dessas estruturas é de ordem sintática, e tem relação com o encaixamento do PGP sob o verbo de atitude ‘achar’ em diferentes configurações estruturais. Falaremos mais sobre

esses pontos nas subseções a seguir.

2.1.2. ‘Ser’ vs. ‘estar’ em sentenças com PGPs

Como já dito na seção anterior, o verbo ‘*to be*’ do inglês encontra dois correspondentes em português brasileiro. Assim, “This cake is tasty” tem, na verdade, duas possíveis traduções:

- (6a) Esse bolo é saboroso.
- (6b) Esse bolo está saboroso.

Quando o falante explicita que não comeu o bolo, vemos que (6a) é consideravelmente melhor que (6b):

- (7a) Esse bolo é saboroso, mas eu não experimentei ainda.
- (7b) Esse bolo está saboroso, #mas eu não experimentei ainda.

Como observado na impossibilidade da continuação “mas eu não comi ainda” em (7b), parece que a combinação do verbo ‘estar’ + PGP traz a inferência de que o falante experimentou o bolo. Explicitar que ele não o fez faz com que a sentença fique pragmaticamente infeliz.

Em suma, Pearson (2013) está correta em propor que o uso de PGPs traz certas inferências. No entanto, essas inferências vão depender da estrutura em que o PGP se encontra, e não apenas de sua presença na sentença, como pudemos observar nos dados do PB com o contraste entre a combinação ‘ser’ + PGP e a combinação ‘estar’ + PGP. Na seção a seguir, veremos outra estrutura do PB que parece levantar determinadas inferências quando combinada com os PGPs.

2.1.3. Sintaxe e implicações de experiência em primeira pessoa

Como vimos na seção anterior, em inglês, encontramos na literatura que o verbo ‘*to be*’ combinado com o PGP é o suficiente para concluirmos que o falante teve a experiência requerida pelo PGP. Já em PB, apenas a combinação ‘estar’ + PGP (e não ‘ser’ + PGP) é uma estrutura que levanta a inferência de que o falante teve experiência direta com o predicado de gosto utilizado e o indivíduo caracterizado por ele.

Outra estrutura que os autores evidenciam para o inglês como estruturas que levantam inferências relacionadas à experiência do falante com o PGP utilizado é o encaixamento dos PGPs em verbos de atitude diferentes. Segundo Stephenson (2007), quando encaixamos uma sentença com PGP no verbo ‘*find*’, não há como ter uma leitura exocêntrica da sentença, como podemos ver no contraste entre as sentenças em (8) abaixo (Stephenson, 2007, p. 60):

- (8a) Sam thinks the cat food is tasty.
 (8b) Sam finds the cat food tasty.

Para a autora, só é possível interpretar o gato de Sam como o juiz da sentença (8a). Em (8b), por outro lado, a única interpretação possível é que Sam comeu a ração do gato e achou gostoso. Além disso, Stephenson (2007) também afirma que a sentença com PGP encaixada sob ‘*find*’ deve ser proferida com base em experiência direta do juiz. Ou seja, em (8b) a sentença seria proferida com felicidade apenas num contexto em que Sam tenha comido (i.e., tido a experiência direta com) a ração de gato.

Stephenson (2007) atribui esse fenômeno à semântica lexical do verbo ‘*find*’, que ela define como em (9) (Stephenson, 2007, p. 61):

- (9) $[[\textit{find}]]^{w,t,j} = [\lambda p_{\langle s, \langle i, et \rangle \rangle} . \lambda z_e . \forall \langle w', t', y \rangle \in \text{Dox}_{w,t,z} : p(w')(t')(y) = 1,$
 e isso é causado por z ter experiência relativa a p em w]

A fórmula em (9) para ‘*find*’ é muito similar à formula de ‘*think*’, que apresentamos no capítulo anterior, com a única diferença de que esse verbo é usado apenas quando o indivíduo teve experiência direta. Podemos parafrasear (9) da seguinte forma: quando um indivíduo z profere “I find p”, ele quer dizer que para todas as triplas mundo-tempo-indivíduo $\langle w', t', j \rangle$ que pertencem às suas alternativas doxásticas $\text{Dox}_{w,t,z}$ (ou seja, que pertencem ao conjunto de coisas que ele acredita), e ele acredita nisso devido a experiência direta, é o caso que p aplicado a y em w’ e t’ é verdadeiro.

Em PB, não parece haver um verbo que funcione como ‘*find*’, isso é, que, numa estrutura verbo + sentença encaixada com PGP, faça com que seja obrigatório que o sujeito que julga a sentença o faça a partir de experiência direta. De fato, para manter o sentido de que em (8a) o falante não necessariamente comeu a ração do gato e de que em (8b) o falante necessariamente a comeu, as traduções das sentenças em (8) para o PB, segundo a nossa proposta, utilizariam o mesmo verbo de atitude:

(10a) Sam acha que a ração da gata é gostosa.

(10b) Sam acha a ração da gata gostosa.

Em (10), embora o verbo de atitude nas traduções de (8) seja o mesmo ('achar'), as sentenças têm leituras possíveis diferentes, como explicitamos com as continuações em (11):

(11a) Sam acha que a ração da gata é gostosa, mas ele não comeu.

(11b) Sam acha a ração da gata gostosa, #mas ele não comeu.

A continuação que evidencia que Sam não comeu a ração da gata (i.e., não teve a experiência necessária para proferir o predicado) é possível apenas em (11a), e não em (11b).

Assim, vemos que, em PB, não pode ser o verbo de atitude que encaixa os predicados de gosto que carrega a inferência de experiência direta do indivíduo que julga o predicado. Em lugar disso, propomos que é a diferença sintática entre (10a) e (10b) (representada em (12)) que faz com que as sentenças tenham interpretações diferentes.

(12a) [_{IP} Sam acha [_{CP} que [_{IP} a ração da gata é gostosa]]].

(12b) [_{IP} Sam acha [_{SC} [_{DP} a ração da gata] [_{AP} gostosa]]].

Pelo exemplo em (12a), então, vemos que a estrutura [achar + CP] não traz necessariamente a inferência de que o falante teve experiência com o objeto caracterizado pelo PGP. Por outro lado, na sentença em (12b), cuja estrutura é [achar + *small clause*], é obrigatório que Sam tenha experimentado a ração da gata diretamente para que a sentença seja proferida com felicidade.

Essa relação entre tais estruturas e suas diferentes leituras se assemelha muito a uma proposta de Higginbotham (1983) que fala sobre os verbos de percepção e as diferentes interpretações que surgem quando eles tomam uma *small clause* ou um CP como argumento. O autor analisa o verbo do inglês 'to see', observando que, dependendo do tipo de complemento que ele toma, uma interpretação diferente da sentença é gerada.

Embora sua teoria seja pensada para o inglês, o mesmo tipo de fenômeno pode ser observado em PB. Consideremos, então, as sentenças em (13):

(13a) Eu vi que a Biba chegou.

(13b) Eu vi a Biba chegar.

Em ambos os casos o falante sabe que Biba chegou. No entanto, a fonte desse conhecimento difere um pouco de uma sentença para a outra. Em (13a), por exemplo, o falante pode saber que Biba chegou por uma evidência direta (i.e., ele presenciou a chegada de Biba) ou por uma evidência indireta (por exemplo, ele viu sua mochila na sala). Essas leituras são melhores evidenciadas com as continuações em (14):

(14a) Eu vi que a Biba chegou, porque a mochila dela está na sala.

(14b) Eu vi que a Biba chegou, porque eu estava na sala e vi ela chegar.

(14b) Eu vi a Biba chegar, #porque a mochila dela está na sala.

No entanto, não é possível completar a sentença em (13b) explicitando que você sabe da chegada de Biba por uma evidência indireta, como podemos ver em (15):

(15) Eu vi a Biba chegar, #porque a mochila dela está na sala.

Assim, a única interpretação possível para (13b) seria a de que o falante presenciou e observou o momento da chegada de Biba.

As estruturas sintáticas das sentenças em (13) são as mesmas das sentenças em (12):

(16a) [_{IP} Eu vi [_{CP} que [_{IP} a Biba chegou]]]

(16b) [_{IP} Eu vi [_{SC} [_{DP} a Biba]] [_{VP} chegar]]

Assim, parece que as estruturas sintáticas apresentadas — [verbo + CP] e [verbo + *small clause*] — são as estruturas responsáveis por carregar as inferências⁸ de experiência em primeira pessoa, tanto no caso dos verbos de percepção (Higginbotham, 1983) quanto no caso dos predicados de gosto pessoal.

Vale a pena notar que, embora Stephenson (2007) e Pearson (2013) atribuam à semântica de ‘*find*’ a necessidade de uma leitura na qual o falante (ou indivíduo que julga a sentença) teve experiência direta com o PGP proferido, o contraste entre as sentenças em (8) também se dá no

8 Essa inferência de experiência direta, como podemos ver pelo exemplo (15), não pode ser cancelada e, portanto, não se trata de uma implicatura griceana. Há, no entanto, uma implicatura que pode servir para explicar o contraste entre (16a) e (16b). A sentença em (16a) é menos informativa que a sentença em (16b), porque ela funciona para duas situações distintas: ela é verdadeira tanto em uma situação em que há experiência direta quanto em uma situação em que há evidência indireta. A sentença (16b), por outro lado, é verdadeira apenas em uma situação em que há experiência direta do ocorrido. Assim, se o falante fala (16a), supõe-se que, se ele está sendo cooperativo, (16b) não é o caso, já que ela é mais informativa. Ou seja, ao ouvir (16a), o ouvinte pode supor não há evidência direta e assumir que o falante profere a sentença porque teve experiência indireta do reportado.

nível da sintaxe, mesmo para o inglês, como mostramos em (17):

(17a) [_{IP} Sam thinks [_{CP} [_{IP} the cat food is tasty]]].

(17b) [_{IP} Sam finds [_{SC} [_{DP} the cat food] [_{AP} tasty]]].

Esse seria outro dado que apontaria para considerar que é a sintaxe da sentença que levanta a obrigatoriedade da experiência do falante com o PGP, e não a semântica lexical do verbo de atitude.

A questão que se põe agora é saber por que as diferentes estruturas sintáticas geram essas diferentes interpretações. De acordo com Higginbotham (1983), a diferença entre (16a) e (16b) seria a de que a primeira expressa que o falante percebeu um *evento*, enquanto a segunda expressa que ele percebeu um *fato*. Assim, a diferença entre as estruturas [verbo + *small clause*] e [verbo + CP] seria que, quando o verbo de percepção toma um CP como complemento, ele expressa a percepção de um fato (no caso do exemplo, o fato de que Biba chegou), e quando ele toma como complemento uma *small clause*, a percepção expressada é a de um evento (no caso, o evento de Biba chegar). Uma diferença, portanto, ontológica porque também se relaciona com a natureza ou tipo dos indivíduos envolvidos: fatos *versus* eventos.

À primeira vista, tal explicação dada pelo autor não pode ser estendida para dar conta das estruturas com os predicados de gosto pessoal. Não parece ser o caso que haja uma diferença ontológica (eventos ou fatos) entre os complementos de ‘achar’ em (12a) e (12b), como ocorre com os complementos de ‘ver’ em (16a) e (16b). No entanto, consideremos as seguintes versões das sentenças (12a) e (12b):

(18a) Sam achou que a ração da gata era gostosa.

(18b) Sam achou a ração da gata gostosa.

Nessas sentenças, com o verbo ‘achar’ no pretérito perfeito, o contraste proposto por Higginbotham parece fazer mais sentido do que nas sentenças em (12). De fato, com a estrutura sintática [achar + *small clause*], (18b) parece tratar do evento no qual Sam comeu a ração da gata e a julgou gostosa, enquanto (18a) expressa a atitude de Sam em relação a um fato (a ração da gata ter a característica de ser gostosa).

Os exemplos em (18) mostram que não é impossível utilizar a proposta de Higginbotham (1983) para o estudo das estruturas sintáticas que levantam determinadas inferências dos PGPs, ainda que ela pareça estranha para tratar sentenças nas quais o ‘achar’ se encontra no presente. No entanto, por questões de tempo, deixamos em aberto a questão da possibilidade de se estender a

teoria de Higginbotham (1983) para os PGPs ou se (apesar da estruturas de (12) e aquelas apresentadas por Higginbotham (1983) sejam as mesmas) é necessária outra saída para explicar qual é a diferença real entre (12a) e (12b) que faz com que suas interpretações sejam distintas⁹.

2.1.4. Qual é a natureza das inferências relacionadas aos PGPs?

Uma questão que ainda fica por resolver, no entanto, é saber qual é a natureza dessa inferência. Não pode se tratar de uma pressuposição, já que ela não passa no teste da p-família:

- (19a) Esse bolo está saboroso, #mas eu não experimentei ainda.
- (19b) Esse bolo não está saboroso, #mas eu não experimentei ainda.
- (19c) Eu não experimentei ele ainda, mas esse bolo está saboroso?
- (19d) Se esse bolo está saboroso, vou comer ele inteiro.

Como podemos observar nos exemplos em (19), ainda que a inferência de que o falante comeu o bolo se mantenha na sentença afirmativa (cf. 19a) e negativa (cf. 19b), ela não se mantém nas sentenças interrogativa (cf. 19c) e condicional (cf. 19d).

Esse padrão foi observado por Ninan (2014), que propõe que as inferências levantadas pelos predicados de gosto não se tratam de pressuposições, mas de algo que ele chama de “*acquaintance inferences*”. As *acquaintance inferences* (ou, numa tradução livre, inferências de familiaridade) seriam espécies de pressuposições mais fracas, que se mantêm apenas na versão negativa da sentença, mas não passam no teste inteiro da p-família como pressuposições ordinárias.

O autor propõe cinco propriedades que vão definir as inferências de familiaridade (IFs), que iremos expor a seguir nesta seção.

(I) Em primeiro lugar, proferimentos do tipo “x está gostoso” sugerem que o falante experimentou x e, caso o falante não tenha experimentado, tais sentenças se tornam estranhas. Essa propriedade é bem ilustrada pelo exemplo (19a), no qual, quando o falante nega que experimentou o bolo, a sentença se torna pragmaticamente infeliz.

(II) A segunda propriedade das IFs é que ela se projeta também na negação. Como aponta Ninan (2014), é absurdo dizer, por exemplo, algo como (20):

⁹ Agradecemos ao prof. Marcelo Ferreira, que nos fez refletir mais profundamente sobre esse ponto durante a qualificação.

(20) ?? Esse bolo não está saboroso, porque eu nem experimentei ele ainda.

Como vimos em (19b), a inferência que o falante experimentou o bolo também aparece na versão negativa “Esse bolo não é gostoso”. Ninan (2014) afirma que a inferência de familiaridade, nesse ponto, se aproxima das pressuposições, que também se mantêm na versão negativa da sentença que a apresenta, como ocorre nos exemplos em (21), nos quais a pressuposição seria a de que Morgana fumava:

(21a) Morgana parou de fumar. (#Mas ela nunca fumou.)

(21b) Morgana não parou de fumar. (#Mas ela nunca fumou.)

Além disso o autor também aponta que as sentenças só podem ter um valor de verdade atribuído caso a pressuposição atrelada a ela seja verdadeira. Assim, se Morgana nunca fumou e o falante profere alguma das sentenças em (21), a sentença não terá valor de verdade, pois sua pressuposição é falsa. Da mesma forma, o falante só pode proferir uma sentença do tipo “x é saboroso” se ele experimentou x, ou então a proposição não poderá ter valor de verdade, i.e. não será definida. A fórmula para “Esse bolo é saboroso” ficaria, então, da seguinte forma (Ninan, 2014, p. 295):

(22a) $[[\text{Esse bolo é saboroso}]]^{c,(w,t,j)}$ é definido apenas se j experimentou o bolo antes de t em w

(22b) Quando é definido, $[[\text{Esse bolo é saboroso}]]^{c,(w,t,j)} = 1$ sse o bolo é saboroso em relação a j em t e w

Para a definição das versões negativas dessas sentenças, Ninan (2014, p. 295) propõe o seguinte:

(23a) $[[\text{não } \Phi]]^{c,(w,t,j)}$ é definido apenas se $[[\Phi]]^{c,(w,t,j)}$ é definido

(23b) Quando é definido, $[[\text{não } \Phi]]^{c,(w,t,j)} = 1$ sse $[[\Phi]]^{c,(w,t,j)} = 0$

Se $\neg\Phi$ é definido apenas quando Φ é definido, como posto em (23a), $\neg\Phi$, assim como Φ , só poderá ser definido se a inferência de familiaridade é verdadeira, como posto em (23a).

(III) Em terceiro lugar, se um PGP ocorre num ambiente positivo, sua IF tipicamente resiste

a cancelamentos. Novamente, já ilustramos a impossibilidade do cancelamento da IF relacionada ao PGP em (19a). Tal cancelamento leva a um estranhamento da sentença, que tem suas condições de felicidade ameaçadas.

A terceira propriedade levantada por Ninan (2014) sobre as IFs é uma evidência de que esse tipo de inferência não se trata de uma implicatura conversacional (cf. Grice, 1989), já que estas podem ser canceladas.

(IV) A quarta propriedade que Ninan (2014) cita sobre as IFs é que uma negação que cancela uma pressuposição não pode cancelar uma IF. Para o autor, no contexto certo e com a entonação certa, uma negação pode ser usada para cancelar uma pressuposição, como ocorre em (24) (Ninan, 2014, p. 297):

(24a) John não *parou* de fumar — ele nunca fumou um cigarro na vida!

(24b) O primeiro ministro do Egito não te deu esse anel, porque o Egito *não tem primeiro ministro*.

No entanto, esse tipo de cancelamento, segundo Ninan (2014, p. 298), não consegue cancelar IFs:

(25) Os sanduíches de lagosta do Neptune Oyster não são *saborosos* — eu nunca nem comi eles!

(V) Por fim, a última propriedade das inferências de familiaridade exposta por Ninan (2014) é que, embora ela se mantenha na versão negativa das sentenças com PGPs, ela falha em se projetar para outros ambientes nos quais uma pressuposição propriamente dita se manteria. Isso também já foi observado no começo desta seção, quando falamos que as inferências relacionadas a experiência direta com o PGP não passam no teste da p-família (cf. 19).

Ninan (2014) afirma que se Φ pressupõe p, então todas as seguintes sentenças também vão pressupor p:

(26a) Se Φ , χ .

(26b) Pode ser que Φ .

(26c) Provavelmente é o caso que Φ .

(26d) Deve Φ .

(26e) É o caso que Φ ?

Como exemplo para ilustrar as sentenças em (26), Ninan (2014) toma de base a sentença “John parou de fumar”, que pressupõe que John fumava. O autor mostra que quando colocamos essa sentença nas estruturas mostradas em (26), a pressuposição se mantém em todos os casos (Ninan, 2014, p. 299):

- (27a) Se John parou de fumar, o médico dele vai ficar feliz.
- (27b) John pode ter parado de fumar.
- (27c) John provavelmente parou de fumar.
- (27d) John deve ter parado de fumar.
- (27e) O John parou de fumar?

No entanto, a inferência de familiaridade não se mantém em nenhum desses contextos, sendo, portanto, um tipo de inferência mais fraco que a pressuposição (Ninan, 2014, p. 299):

- (28a) Se os sanduíches de lagosta estão gostosos, vou levar dois.
- (28b) Os sanduíches de lagosta podem estar gostosos.
- (28c) Os sanduíches de lagosta provavelmente estão gostosos.
- (28d) Os sanduíches de lagosta devem estar gostosos.
- (28e) Os sanduíches de lagosta estão gostosos?

Tendo em vista as propriedades I a V da inferência de familiaridade proposta por Ninan (2014), podemos chegar à conclusão que não se trata de uma pressuposição (conforme explicitado pelas propriedades III a V), e também não se trata de uma implicatura conversacional, como mostrado pela impossibilidade de cancelamento da inferência (cf. propriedade III).

Assim, o autor irá propor uma terceira saída para explicar a natureza desse tipo de inferência, uma saída que ele chama de “tratamento epistêmico” da inferência de familiaridade. Para entender como esse tratamento epistêmico dá conta de explicar os padrões da IF e suas propriedades, precisamos, primeiramente, entender as duas assunções que formam esse tratamento: (i) o princípio de familiaridade (*acquaintance principle*) e (ii) a norma de conhecimento (*knowledge norm*). Além dessas duas assunções, é necessário compreender também a noção de “implicação epistêmica” (*epistemic implication*), que será essencial para entender como o tratamento epistêmico das IFs dá conta de explicar as propriedades III a V.

Começemos com as duas assunções da proposta de Ninan (2014). O princípio de

familiaridade (PF) afirma que “normalmente, num contexto autocêntrico c , a_c ¹⁰ sabe (em t_c e w_c) se $[[o \text{ é gostoso}]]_c$ é verdadeiro somente se a_c já experimentou o anteriormente a t_c em w_c ” (Ninan, 2014, p. 302, tradução nossa¹¹).

Já a norma de conhecimento (NC) afirma que “para todos os contextos c , a_c deve assertar p somente se a_c sabe p em t_c e w_c ” (Ninan, 2014, p. 302, tradução nossa¹²).

Esses dois postulados dão conta de explicar as propriedades I e II, já que, seguindo eles, o falante não pode proferir uma sentença do tipo “ x (não) é gostoso” sem que ele tenha experimentado x (conforme postula o princípio de familiaridade) e também não pode proferir a mesma sentença sem saber se x (não) é gostoso de fato (conforme postula a norma de conhecimento).

Para entender como uma abordagem epistêmica da IF dá conta de explicar as propriedades III a V, precisamos, ainda entender a noção de implicação epistêmica, definida da seguinte forma por Ninan (2014, p. 303, tradução nossa¹³):

Suponha que a norma de conhecimento é o caso e que ouvintes competentes estão conscientes disso no geral. Agora, suponha que, para algum p e q , ouvintes competentes no geral sabem que: se uma falante particular sabe p , então q também é verdadeiro. Nesse caso, uma asserção de p por aquela falante tipicamente vai transmitir q . Isso porque o ouvinte vai assumir que a falante está com a intenção de se conformar à norma de asserção, e se a falante se conforma, então ela vai saber p , e nesse caso q também será verdadeiro. Nesses casos, dizemos que uma asserção de p *implica epistemicamente* em q .

Um exemplo de uma situação que envolve a implicação epistêmica é o falante proferir p e o ouvinte assumir, a partir disso, que o falante sabe p . Nesse caso, p implica epistemicamente em “o falante sabe p ”.

Esse tipo de implicação não pode ser cancelado, como podemos ver no exemplo (29) (Ninan, 2014, p. 303):

10 Agente do contexto ou falante.

11 No original: “Normally, in an autocentric context c , s_c knows (at t_c in w_c) whether $[[o \text{ is tasty}]]_c$ is true only if s_c has tasted o prior to t_c in w_c ”.

12 No original: “For all contexts c , s_c must assert p only if s_c knows p at t_c in w_c ”.

13 No original: “Suppose that Knowledge Norm holds and that competent hearers are generally aware of this. Now suppose that, for some p and q , competent hearers generally know that: if a particular speaker knows p , then q is also true. In that case, an assertion of p by that speaker will typically convey q . This is because the hearer will assume that the speaker is intending to conform to the norm of assertion, and if the speaker *is* so conforming, then she *will* know p , in which case q will also be true. In such cases, we say that an assertion of p *epistemically implies* q ”.

(29) ?? Está chovendo, mas eu não sei que está chovendo.

Isso ocorre porque quando o falante profere uma sentença como “está chovendo”, o ouvinte irá assumir que o falante sabe que está chovendo para poder proferir isso, ou seja, “está chovendo” implica epistemicamente em “o falante sabe que está chovendo”. Assim, é estranho que o falante negue que ele tem conhecimento sobre sua proposição depois de fazê-la.

Assim como não é possível o cancelamento proposto em (29), IFs também não podem ser canceladas. Dessa forma, a classificação da IF levantada pelo uso dos PGPs como uma implicação epistêmica explicaria a propriedade III desse tipo de inferência, que fala justamente sobre a impossibilidade de cancelamento das IFs, ilustrada nos exemplo abaixo:

(30) Esse pastel está saboroso, #mas eu não comi ele ainda.

A propriedade IV das IFs, que fala sobre a projeção da inferência na negação da sentença com PGP, também poderia ser explicada por um tratamento epistêmico, como podemos observar na comparação dos exemplos abaixo (Ninan, 2014, p. 304):

(31a) ?? Não está chovendo, porque eu não sei que está chovendo.

(31b) ?? Os sanduíches de lagosta do Neptune Oyster não são saborosos,
eu nem experimentei eles!

Assim, não é possível para um falante negar uma inferência de familiaridade dos PGPs por meio da afirmação de que ele não teve a experiência relevante para proferir a sentença, assim como não é possível proferir não-p com base no fato de que não se tem conhecimento sobre p.

Por fim, também não há conflito entre o tratamento epistêmico das IFs e a propriedade V, que diz que esse tipo de inferência não ocorre em ambientes nos quais uma pressuposição ocorreria. Isso porque o PF diz apenas as condições para que o falante possa saber p ou não-p, e não as condições para que ele saiba pode p, deve p, provavelmente p etc.

Em suma, os argumentos de Ninan (2014) apontam para um tratamento epistêmico das inferências levantadas pelo uso dos predicados de gosto pessoal. Segundo a proposta do autor, então, dizer “Esse bolo está saboroso” implica epistemicamente em “O falante comeu esse bolo”. A natureza do tipo de inferência associado com a necessidade da experiência relevante para o PGP utilizado por parte do falante, então, não é a de uma pressuposição comum, e nem a de uma implicatura convencional, mas sim a natureza de uma implicação epistêmica.

2.2. Predicados de gosto pessoal são predicados de *individual level*?

Como vimos no capítulo 1 deste trabalho, uma das principais abordagens na literatura que lida com os predicados de gosto pessoal é a abordagem contextualista de Pearson (2013), que propõe que PGP são interpretados não em relação à perspectiva de um único indivíduo específico, mas sim em relação à perspectiva de um indivíduo genérico ou um grupo de indivíduos no geral.

Para formalizar os predicados de gosto como predicados genéricos, vimos ainda que Pearson (2013) propõe que esses itens pertencem à categoria dos chamados predicados de *individual level* (ILPs), que são, em linhas gerais, predicados que denotam propriedades intrínsecas dos indivíduos que eles caracterizam, como ‘inteligente’ ou ‘alto’ (em vez de ‘doente’ ou ‘pelado’, por exemplo, que são propriedades passageiras/transitórias).

No entanto, como apontado por Marques e Basso (2017), os testes linguísticos que Pearson (2013) usa para argumentar que PGP são ILPs não parecem funcionar para o português brasileiro.

Isso ocorre por dois motivos principais. O primeiro é que muitos dos testes pensados pela autora são voltados para o inglês, que é uma língua de estruturas bem diferentes do PB. Dessa forma, grande parte dos exemplos de Pearson (2013) não encontra correspondentes adequados em PB que possam mostrar o paralelo entre predicados de gosto e de *individual level*.

O segundo motivo tem a ver com a possibilidade de tradução do verbo ‘*to be*’ para duas opções distintas em português brasileiro: ‘ser’ ou ‘estar’. Segundo Camacho (2012), muitas propostas assumem explicitamente que os verbos ‘ser’ e ‘estar’ do espanhol seriam itens lexicais que se relacionariam intimamente com a distinção entre predicados de *individual level* (ILPs) e predicados de *stage level* (SLPs). O exemplo dado pelo autor também em espanhol funciona também para o português brasileiro (Camacho, 2012, p. 453):

(32a) Alexandre é agradável.

(32b) Alexandre está agradável.

Em (32a), entendemos que é uma característica intrínseca de Alexandre ser agradável; aqui, ‘agradável’ seria um ILP. Em (32b), não é necessário que Alexandre seja caracterizado como um indivíduo agradável, apenas que seja verdade que ele está agindo de forma agradável no momento do proferimento; nesse caso, ‘agradável’ seria um SLP.

A diferenciação entre ILPs e SLPs com base no verbo de ligação usado, no entanto, coloca

em dúvida a assunção de que predicados de gosto pessoal são ILPs, como Pearson (2013) afirma, já que esses predicados podem se combinar com o verbo ‘estar’ em PB, como já observamos na seção anterior e também conforme apontado por Marques e Basso (2017).

Nesta seção, então, voltamos à proposta de Pearson (2013) para analisar se, de fato, PGPs podem ser considerados predicados de *individual level*, usando os testes linguísticos propostos pela autora e também os dados do português brasileiro.

2.2.1. Predicados de gosto pessoal: *individual* ou *stage level*?

Pearson (2013) traz uma série de testes linguísticos que, ao comparar o comportamento de predicados de *individual level* e predicados de *stage level* em determinadas construções do inglês, mostram que PGPs se comportam mais como ILPs do que como SLPs e, portanto, podem ser considerados um subgrupo da categoria dos ILPs.

No entanto, segundo Marques e Basso (2017), tais testes não funcionam para o português brasileiro, já que utilizam estruturas que não encontram correspondentes adequados em PB que façam o paralelo entre o comportamento dos PGPs e dos ILPs.

Em seu trabalho, Pearson (2013) propõe seis testes linguísticos que mostrariam o paralelo entre o comportamento dos ILPs e dos PGPs. Nesta seção, vamos expor os testes usados pela autora, traduzi-los e verificar se eles dão conta de captar o comportamento paralelo entre esses dois tipos de estrutura também em português brasileiro e, com isso, verificar se, de fato, sua assunção de que predicados de gosto são de *individual level* é sólida. Antes de passarmos aos testes, cabe ainda uma última nota: os predicados utilizados por Pearson (2013) como prototípicos de cada categoria são ‘*sick*’ (doente) para SLPs e ‘*tall*’ (alto) para ILPs.

(I) O primeiro teste proposto por Pearson (2013) tem a ver com construções com ‘*there*’: apenas SLPs podem aparecer numa posição pós-nominal nesse tipo de construção. ILPs colocados nessa posição tornariam a sentença agramatical:

- (33a) There were people sick.
- (33b) *There were people tall.
- (33c) *There were cakes tasty.

A construção com ‘*there*’ e o PGP ‘*tasty*’ em (33c) é agramatical e, portanto, ‘*tasty*’ se comporta como um ILP nesse tipo de estrutura.

No entanto, em português brasileiro, esse teste não é efetivo: como podemos observar, todas as sentenças em (34) são gramaticais:

(34a) Havia pessoas doentes.

(34b) Havia pessoas altas.

(34c) Havia bolos gostosos.

Segundo Marques e Basso (2017), o teste é eficiente em inglês porque no inglês os adjetivos são no geral pré-nominais, ou seja, estão posicionados antes dos substantivos, o que faz com que fique claro que nas sentenças em (33) os adjetivos ‘*sick*’, ‘*tall*’ e ‘*tasty*’ não estão funcionando como adjetivos. Em PB, no entanto, como os adjetivos são pós-nominais, não há como saber se nas sentenças em (34) os adjetivos ‘doente’, ‘altas’ e ‘gostosos’ funcionam como adjetivos ou como *small clauses* que só é possível com SLPs, como no inglês.

(II) Em segundo lugar, Pearson (2013) propõe um teste que envolve plurais nus e sujeitos com formas do tipo “A NP”. Para a autora, sujeitos desse tipo levantam interpretações existenciais quando combinados com SLPs (cf. 35), mas se combinados com ILPs, levantam leituras universais (cf. 36) (Pearson, 2013, p. 18):

(35a) A man is sick.

(35b) People are sick.

(36a) A man is tall.

(36b) People are tall.

Em outras palavras, as sentenças em (35) falam sobre mundos nos quais existe pelo menos um homem doente, ou pelo menos uma pessoa doente. Por outro lado, as sentenças em (36) falam sobre mundos nos quais todos os homens são altos (cf. 36a) ou nos quais todas as pessoas são altas (cf. 36b), ou seja, uma leitura universal. Predicados de gosto que caracterizam sujeitos do tipo “A NP” e plurais nus, segundo Pearson (2013), levantam leituras universais, assim como as sentenças com ILPs em (36) (Pearson, 2013, p. 18):

(37a) A cake is tasty.

(37b) Cakes are tasty.

Em PB, as sentenças correspondentes àquelas em (35) a (37) seriam, respectivamente,

aquelas em (38) a (40):

- (38a) Um homem está doente.
- (38b) Pessoas estão doentes.
- (39a) Um homem é alto.
- (39b) Pessoas são altas.
- (40a) Um bolo é gostoso.
- (40b) Bolos são gostosos.
- (40c) Um bolo está gostoso.
- (40d) ? Bolos estão gostosos.

Olhando para as sentenças em (39a) e (40^a), já temos um problema inicial: se as sentenças em (36a) e (37a), segundo Pearson (2013), levantam leituras universais em inglês, suas correspondentes em PB (39a) e (40a) não parecem levantar esse tipo de leitura, mas sim uma leitura existencial, i.e. pelo menos um homem é alto (cf. 39a) e pelo menos um bolo *é/está* gostoso (cf. 40a e 40c). Ou seja, o teste com predicados combinados com estruturas do tipo [artigo indefinido + NP] não funcionam para o PB da mesma forma que o inglês.

Olhemos, então, para as sentenças com plurais nus como sujeitos (39b) e (40b). Essas, sim, levantam leituras universais, assim como suas correspondentes em inglês. No entanto, essa estrutura parece funcionar apenas com o verbo de cópula ‘ser’ em PB, já que com o ‘estar’ (cf. 40d), a sentença fica estranha.

Tanto a impossibilidade de traduzir a sentença “*Cakes are tasty*” com o verbo ‘estar’ quanto a leitura existencial levantada por (39c) parecem ser argumentos a favor de se tratar PGP’s como ILPs.

(III) Em terceiro lugar, Pearson (2013, p. 18) aponta que apenas SLPs podem aparecer em *small clauses* que são complementos de verbos de percepção como ‘*see*’:

- (41a) John has seen Mary sick.
- (41b) *John has seen Mary tall.
- (41c) *John has seen the cake tasty.

De fato, o padrão de aceitabilidade de (41a) e (41b) se mantém em PB, no entanto, observamos que (41c), quando traduzido, não fica agramatical:

- (42a) John viu a Mary doente.
- (42b) *John viu a Mary alta.
- (42c) John viu o bolo gostoso.

Segundo Marques e Basso (2017), isso ocorre porque, novamente, temos o problema apontado no teste das construções com ‘*there*’: em inglês, o predicado da *small clause* é pós-nominal, enquanto o adjetivo é pré-nominal. Em PB, tanto o predicado da *small clause* quanto os adjetivos são colocados após o substantivo, o que torna difícil saber se a estrutura em (42c) é aquela equivalente a (43a) ou (43b):

- (43a) [_{IP} John viu [_{DP} o bolo gostoso]].
- (43b) [_{IP} John viu [_{SC} [_{DP} o bolo] [_{AP} gostoso]]].

No entanto, esse teste pode ser melhorado se trocamos o sujeito ‘o bolo’ em (42c) por um nome próprio, como ocorre em (42b):

- (44) ? Nino viu o Danone gostoso.

Ainda assim, (45) não é agramatical como (41c), o que torna difícil de avaliar se, de fato, esse teste funciona para o PB.

(IV) O quarto teste que Pearson (2013) apresenta como argumento para tratar PGPs como ILPs é o fato de que adjuntos com ‘*when*’ e um nome próprio como sujeito permitem que se predique um SLP ao sujeito (cf. 45a), mas não um ILP (cf. 45b) e nem um PGP (cf. 45c):

- (45a) When Mary is sick, everyone is unhappy.
- (45b) *When Mary is tall, everyone is unhappy.
- (45c) *When Nutella is tasty, Mary is happy.

Observemos como as sentenças em (45) poderiam ser traduzidas para o PB:

- (46a) Quando Mary está doente, todo mundo fica triste.
- (46b) *Quando Mary é alta, todo mundo fica triste.
- (46c) *Quando Mary está alta, todo mundo fica triste.
- (46d) *Quando Nutella é gostosa, Mary fica feliz.

(46e) ? Quando Nutella está gostosa, Mary fica feliz.

Se traduzimos o verbo de cópula das sentenças com ‘*tall*’ e ‘*tasty*’ para ‘ser’, observamos que há uma correspondência entre o comportamento das sentenças em inglês (45b) e (45c) e o das sentenças (46b) e (46d): de fato, não é possível colocar um adjunto com ‘quando’ e um nome próprio em PB cujo predicado é um ILP ou um PGP. Isso parece ser um argumento a favor do tratamento dos PGPs como ILPs.

No entanto, se comparamos as traduções em (46c) e (46e), que usam o verbo ‘estar’ no lugar do ‘*to be*’, vemos que não há mais uma correspondência de comportamentos: ‘alta’ não pode ser usado com ‘quando’ e ‘estar’ (a não ser por coerção¹⁴). (cf. 46c), enquanto ‘gostosa’, embora seja um pouco estranha, não parece tão inaceitável quanto (45c) (cf. 46e).

A leitura que temos de (46e), de fato, parece dizer que a Nutella pode ou não estar gostosa dependendo da situação. Tal sentença poderia ser proferida, por exemplo, num contexto em que os falantes sabem que dependendo do lote da Nutella, ella pode estar gostosa ou não. Nesse caso, ‘gostosa’ se comportaria mais como um SLP do que como um ILP. Isso parece ser um argumento contra o tratamento dos PGPs como ILPs de Pearson (2013).

(V) O quinto teste trazido por Pearson (2013) tem a ver com advérbios quantitativos como ‘*always*’ (‘sempre’), e o fato de eles não poderem modificar sentenças com PGPs cujo sujeito é um nome próprio, conforme mostramos abaixo (Pearson, 2013, p. 19):

(47a) Mary is always sick.

(47b) *Mary is always tall.

Assim como não é possível modificar “Mary is tall” com ‘*always*’, não é possível fazê-lo com um PGP como ‘*tasty*’, conforme apontado por Pearson (2013, p. 18):

(48) *Nutella is always tasty.

Em PB, o padrão notado por Pearson (2013) para o inglês parece se manter, e o PGP se comporta como um ILP quando não aparece modificado por ‘sempre’ (cf. 49b e 49d):

(49a) Nino está sempre doente.

14 A sentença (47c), na verdade, tem uma leitura possível, mas apenas por coerção. Podemos reinterpretar Mary “estar alta”, como uma característica passageira, como algo nas linhas de “Mary está usando saltos altos”, ou alguma outra situação que deixe Mary numa altura maior do que ela tem naturalmente.

- (49b) *Nino é sempre alto.
- (49c) ? Nino está sempre alto.
- (49d) *Nutella é sempre gostosa.
- (49e) ? Nutella está sempre gostosa.

Embora (49b) e (49d) mostrem comportamento ssimilares a (47b) e (48), o que seria uma rgumento a favor da proposta de Pearson (2013), é interessante notar que (49e), embora estranha, não é totalmente inaceitável, o que pode indicar que pode haver uma leitura efêmera para ‘gostosa’ que vai contra a teoria de que este seria um predicado de *individual level*.

É importante notar que, embora ‘alto’, que é um exemplo prototípico de ILP, possa também ser combinado com ‘sempre’ e ‘estar’, a leitura de (49c) é levantada por meio da coerção: ‘alto’ nessa sentença é interpretado não como a propriedade de Nino ser alto, mas sim como uma característica passageira deste que pode ser alcançada por meio de um salto alto, de uma perna de pau etc. A leitura de (49e), no entanto, não parece ser do mesmo tipo que aquela em (49c), ou seja, por coerção. O sentido de ‘gostosa’ em (49d) e (49e) é, essencialmente, o mesmo.

(VI) Por fim, o último teste que Pearson (2013) traz para mostrar que PGP’s são paralelos a ILP’s tem relação com modificadores temporais. Conforme observado também por Kratzer (1995), apenas SLP’s podem ser modificados por esses modificadores, como mostramos nos exemplos abaixo (Pearson, 2013, p. 19):

- (50a) Mary is sick this morning.
- (50b) *Mary is tall this morning.
- (50c) *Nutella is tasty this morning.

Em PB, o padrão de aceitabilidade do inglês se mantém nas traduções das sentenças:

- (51a) Maria está doente nessa manhã.
- (51b) *Maria é alta nessa manhã.
- (51c) ? Maria está alta nessa manhã.
- (51d) *Nutella é gostosa nessa manhã.
- (51e) ?? Nutella está gostosa nessa manhã.

Vemos que, ao traduzir o verbo ‘*to be*’ ligado aos ILP’s como ‘ser’, também geramos sentenças agramaticais em português brasileiro. Ao usar o verbo ‘estar’, no entanto, temos em (51c) uma

interpretação por coerção que poderia significar algo como “Maria está usando saltos altos nessa manhã”, i.e. ‘alta’ nesse contexto não se trata de uma característica intrínseca de Maria. Já a interpretação (51e) não é por coerção, e, de fato, ela parece menos aceitável que (51c), ainda que mais aceitável que sua versão com ‘ser’ (cf. 51d).

Esse teste parece ser tanto um argumento a favor quanto contra a proposta de Pearson (2013). Dado que as traduções (51b) e (51d) com o verbo ‘ser’ são agramaticais como suas versões em inglês (50b) e (50c), e as traduções (51c) e (51e), com o verbo ‘estar’, geram sentenças apenas marginalmente aceitas, o padrão de aceitabilidade do inglês se mantém, ou seja, modificadores temporais são melhor aceitos em sentenças com SLPs em português brasileiro também.

No entanto, não podemos nos esquecer de que (51c) é interpretada por coerção e (51e) não. Tal fato faz com que o comportamento do predicado de gosto ‘gostosa’ não seja paralelo ao comportamento do ILP ‘alta’, o que seria um argumento contra o tratamento de PGPs como ILPs.

Uma última nota que podemos fazer aqui é em relação a uma variação da sentença (51e). Se substituirmos ‘Nutella’ por uma expressão como ‘Esse bolo’, temos uma sentença que é aceitável: “Esse bolo está gostoso nessa manhã”. De fato, é possível dizer algo como “Esse bolo está gostoso nessa manhã, ontem à noite estava muito quente”, por exemplo. Argumentamos, porém, que isso ainda não mostra que ‘gostoso’ pode ser um predicado de *stage level*. Embora possamos afirmar que um bolo ainda não está gostoso, mas estará amanhã quando esfriar, ou que um bolo estava gostoso ontem, mas hoje não está mais porque ele estragou, podemos dizer também que um bolo estragado não é mais um bolo, ou que um bolo que ainda não está gostoso porque está esfriando ainda não está pronto de verdade, e o esfriamento é um processo que levará o bolo a ser o bolo. Quando o bolo está verdadeiramente pronto, se ele é caracterizado como ‘gostoso’, essa é uma propriedade inerente dele, até que ele deixe de existir como um bolo (seja porque ele foi comido, seja porque ele estragou e, portanto, não é mais o mesmo)¹⁵.

Para concluir esta parte do texto, trazemos uma tabela que ilustra a eficácia de cada teste de Pearson (2013) para dizer se PGPs pertencem à categoria dos ILPs com base nos dados do PB:

15 Essa argumentação deve ser mais ampliada em trabalhos futuros, e aqui deve ser tomada apenas como uma possibilidade de lidar com a questão. Agradecemos à banca de qualificação por chamar nossa atenção para esse tópico.

Teste	Argumento a favor de tratar PGPs como ILPs	Argumento contra tratar PGPs como ILPs	Não se aplica ao PB
Construções existenciais com <i>'there'</i>			
Estrutura [artigo indefinido singular + NP] como sujeito			
Plurais nus como sujeitos			
Verbos de percepção combinados com <i>small clauses</i>			
Adjuntos com <i>'when'</i> e um nome próprio como sujeito			
Advérbios quantificacionais			
Modificadores temporais			

Tabela 2: Eficácia dos testes de Pearson (2013) para os dados do PB

Na tabela, ilustramos os seis testes de Pearson (2013), com o teste II dividido em duas partes (linhas 2 e 3). Das sete estruturas linguísticas que a autora usa para mostrar que PGPs se comportam como ILPs, três não se aplicam ao PB: (i) construções existenciais com *'there'*, (ii) estrutura [artigo indefinido singular + NP] como sujeito e (iii) verbos de percepção combinados com *small clause*. Dois dos testes parecem confirmar para os dados do PB que PGPs devem ser classificados como ILPs: (i) o teste dos plurais nus como sujeitos e (ii) o teste dos modificadores temporais. Por fim, os dois testes restantes ((i) adjuntos com *'when'* e (ii) advérbios quantificacionais) mostram tanto argumentos para tratar predicados de gosto como ILPs quanto argumentos que vão contra essa ideia.

Dado o exposto, percebemos que apenas dois dos testes de Pearson (2013) são realmente conclusivos para o PB. Se queremos colocar à prova a assunção da autora e, com base nos dados do PB, verificar mais profundamente se predicados de gosto são predicados de *individual level* de ato, como nosso próximo passo teríamos que olhar para os testes que podem ou não ser argumentos a favor de tal assunção.

O que faz com que esses testes sejam ao mesmo tempo argumentos a favor e contra um tratamento dos PGPs como ILPs? Se olharmos novamente para os exemplos trazidos por Pearson (2013) para mostrar o comportamento de ILPs combinados com os adjuntos com ‘*when*’ e com os modificadores temporais (cf. 45 e 47-48) e para suas traduções que demos em (46) e (49), vemos que a questão é que as sentenças que parecem dar problemas para os testes são aquelas em que o verbo ‘*to be*’ da sentença original é traduzido como ‘estar’ em lugar de ‘ser’.

Considerando que, na literatura, geralmente se associa o verbo ‘ser’ com ILPs, e o verbo ‘estar’ com SLPs (Marín, 2010; Camacho, 2012), a possibilidade de combinação dos PGPs com o verbo ‘estar’ pode ser um argumento para ir contra a assunção de Pearson (2013) de que PGPs são ILPs. É interessante notar que, de fato, o exemplo (51c), que combina o ILP prototípico ‘alta’ com o verbo ‘estar’, é interpretado por coerção, enquanto (51e), que combina o PGP ‘gostosa’ com o verbo ‘estar’, não o é. Na próxima seção, exploramos o problema do verbo ‘estar’ nas sentenças com PGPs.

2.2.2. Por que PGPs conseguem se combinar tanto com ‘ser’ como com ‘estar’?

Marques e Basso (2017) analisam duas diferentes possibilidades de classificação dos predicados de gosto: (i) PGPs são predicados de *individual level* ou (ii) PGPs funcionam tanto como ILPs quanto como SLPs, algo que Marín (2010) chama de “predicados ambivalentes”. Dentro das possibilidades de se considerar PGPs como ILPs, temos ainda duas opções: (i) considerar que PGPs se combinam com ‘estar’ e levantam interpretações de propriedades efêmeras por coerção, assim como ocorre quando um ILP se combina com ‘estar’, ou (ii) considerar que PGPs são sempre ILPs, não importando com que verbo de ligação estejam combinados, e o uso do ‘ser’ ou do ‘estar’ nas sentenças com PGPs indica alguma outra propriedade da sentença não identificada até este ponto do trabalho. Nesta seção, trataremos dessas possibilidades antes de decidir qual delas é a mais adequada tendo em vista os dados do português brasileiro.

Segundo Marín (2010), em espanhol, ILPs podem se combinar com o verbo de cópula ‘estar’ se interpretados por coerção. Em PB, observamos que ILPs também podem se combinar com ‘estar’ e serem interpretados por coerção, como no exemplo (52) (Marques e Basso, 2017, p. 140):

(52) Você está muito britânico (ultimamente).

Em (52), o adjetivo de *individual level* ‘britânico’ é interpretado não como um ILP, mas como um

SLP. A adição do advérbio de tempo ‘ultimamente’ melhora a sentença e, portanto, reforça a leitura do predicado em questão como um SLP. A sentença funciona porque o adjetivo ‘britânico’ é associado com estereótipos relacionados a essa nacionalidade, como gostar de tomar chá, agir de forma educada, assistir Monty Python etc., e são essas características efêmeras, na realidade, o que estão caracterizando o sujeito ‘você’.

Marques e Basso (2017) apontam, ainda, que não é possível interpretar (53) por coerção, justamente porque não temos em nosso imaginário nenhum estereótipo ou característica passageira associados com aqueles nascidos no Suriname:

(53) #Você está muito surinamês (ultimamente).

Poderiam PGPs também serem interpretados por coerção quando combinados com o verbo de cópula ‘estar’, assim como ocorre com ‘britânico’? Na seção anterior, tendo como base os exemplos em (51), já vimos que esse não parece ser o caso. Em um contexto, por exemplo, em que um indivíduo A está numa festa com várias comidas e outro indivíduo B pede uma indicação do que comer, A poderia dizer as seguintes possibilidades de sentença:

(54a) A: Esse bolo é gostoso.

(54b) A: Esse bolo está gostoso.

Se ambas as sentenças em (54) são aceitáveis no mesmo contexto, como poderia (54b) ser interpretada por coerção? Os exemplos em (55), com um ILP como ‘britânico’, mostram que os contextos aceitáveis para o predicado ‘ser-britânico’ e o predicado ‘estar-britânico’ são diferentes:

(55a) (Vendo a certidão de nascimento de Nino) Nino é britânico.

(55b) (Vendo a certidão de nascimento de Nino) #Nino está britânico.

(55c) (Vendo Nino tomar chá) #Nino é britânico (ultimamente).

(55d) (Vendo Nino tomar chá) Nino está britânico (ultimamente).

Além disso, os sentidos da palavra ‘britânico’ em (55a) e (55d), por exemplo, são bem diferentes. Em (55a), ‘britânico’ é usado como um gentílico, ou seja, ser britânico é uma característica inerente de Nino, enquanto em (55d), o adjetivo é usado como uma característica passageira, relacionada ao modo que Nino está agindo no momento da fala. Ora, não parece haver uma diferença de sentido tão grande entre o PGP ‘gostoso’ utilizado na sentença (54a) e aquele

utilizado na sentença (54b).

Em suma, tudo que falamos até aqui aponta para dizer que a combinação de ‘estar’ com PGP não se dá da mesma forma que a combinação de ‘estar’ com ILPs, o que seria um argumento contra a inclusão dos predicados de gosto na categoria dos predicados de *individual level*.

Outra possibilidade de classificação dos predicados de gosto é como predicados ambivalentes (Marín, 2010), i.e., predicados que funcionam tanto como SLPs quanto como ILPs. Segundo Marín (2010), em espanhol, tais predicados também têm a característica de se combinarem tanto com o verbo ‘ser’ quanto com o verbo ‘estar’.

Essa possibilidade é considerada e avaliada em Marques e Basso (2017). Segundo os autores, Marín (2010) classifica adjetivos do espanhol como ‘*bonito*’ e ‘*feo*’ (‘bonito’ e ‘feio’, respectivamente) como predicados ambivalentes. Sendo ‘bonito’ e ‘feio’ adjetivos que denotam características subjetivas, avaliadas a partir do ponto de vista de um indivíduo, são predicados que, intuitivamente, se aproximam de predicados de gosto como ‘gostoso’ e ‘divertido’, levados em consideração neste trabalho até aqui. Isso seria um indício de que PGP não ILPs, mas sim predicados ambivalentes.

Marín (2010) diferencia, ainda, predicados ambivalentes do tipo ‘*viejo*’, que se combinam apenas com ‘*ser*’ e ‘*estar*’, mas não com outras estruturas que aceitam apenas SLPs, e predicados ambivalentes do tipo ‘*nervioso*’, que não apenas aparecem acompanhados de ambos os verbos de cópula do espanhol mas também aparecem em outras estruturas que aceitam apenas SLPs. Para o autor, ‘*bonito*’ e ‘*feo*’ pertenceriam à primeira categoria, ou seja, são adjetivos que podem aparecer tanto com ‘*ser*’ quanto com ‘*estar*’, mas não se comportam como um SLP verdadeiro, isso é, não são aceitos nas construções em que apenas predicados de *stage level* são aceitos.

Nesse ponto, os dados do PB apontam para outro caminho. Em português brasileiro, ‘bonito’ e ‘feio’ podem aparecer nesses contextos específicos para SLPs que Marín (2010) afirma não funcionarem para ‘*bonito*’ e ‘*feo*’. A partir disso, podemos concluir que não é possível chegarmos às mesmas conclusões de classificação de adjetivos de Marín (2010) usando os testes do espanhol para os dados do PB. Além disso, outra conclusão à qual podemos chegar é que os testes do autor aplicados ao PB podem indicar que predicados de gosto pessoal são, de fato, predicados ambivalentes verdadeiros, i.e. que verdadeiramente se comportam tanto como ILPs quanto como SLPs, já que podem aparecer em contextos específicos para SLPs, conforme veremos a seguir.

Marín (2010) propõe cinco estruturas linguísticas, além da combinação com ‘*estar*’, que são possíveis apenas com SLPs (ou predicados ambivalentes do tipo ‘*nervioso*’): (i) verbos pseudo-copulares, (ii) adjuntos predicativos, (iii) predicados da *small clause* dos verbos ‘*tener*’ e ‘*dejar*’, (iv) construções predicativas absolutas e (v) construções com ‘*con*’. A seguir, vamos testar os

predicados de gosto ‘gostoso’ e ‘divertido’ nessas construções, a fim de verificar se eles podem ser considerados predicados ambivalentes do tipo ‘*nervioso*’, i.e. que se comportam verdadeiramente tanto como SLPs quanto como ILPs.

(I) Marín (2010) descreve os verbos pseudo-copulares como verbos que

perderam todo ou pelo menos grande parte de seu significado lexical, e que foram gramaticalizados de tal forma que eles são, no presente, mais próximos a verbos auxiliares do que a verbos lexicais reais, e particularmente a verbos de cópula. (Marín, 2010, p. 310-311, tradução nossa¹⁶).

Dos exemplos dados pelo autor, escolhemos dois que parecem se encaixar melhor com os exemplos em PB: ‘*andar*’ e ‘*seguir*’. Em (56), mostramos como os PGPs ‘gostoso’ e ‘divertido’ podem aparecer com os correspondentes em PB desses verbos ‘*andar*’ e ‘*continuar*’:

(56a) ?? Danone anda gostoso.

(56b) ?? Mulan anda divertido.

(56c) Danone continua gostoso.

(56d) Mulan continua divertido.

As sentenças (56a) e (56b), que combinam ‘*andar*’ com os PGPs, são estranhas, mas podem ser interpretadas dentro de determinados contextos. Consideremos, por exemplo, o seguinte contexto: um indivíduo A não gostava de Danone, mas desde que a marca mudou sua fórmula, A passou a gostar. Ao conhecer um outro indivíduo B que diz que também não gosta de Danone, A pode proferir (56a) para convencer seu interlocutor que Danone, embora fosse ruim, agora é gostoso. Um contexto similar poderia ser usado para dar conta de (56b). Imaginemos que o falante, nesse caso, não entendia o filme ‘Mulan’ quando era criança e por isso não gostava, mas por um acaso assistiu ao filme novamente depois de certa idade e passou a gostar. Desde então, ele volta a assistir Mulan todos os anos, e cada dia ele gosta mais. Quando alguém o questiona por assistir a um filme que até pouco tempo o falante dizia odiar, ele pode responder com (56b).

(56c) e (56d) parecem mais aceitáveis do que as sentenças com ‘*andar*’, e poderiam ser proferidas em contextos nos quais os seus falantes não mudaram de gosto, ou seja, o oposto do que ocorre com as sentenças (56a) e (56b). Se o falante sempre gostou de Danone, e a fórmula do

16 No original: “(...) have lost all or at least a large part of their lexical meaning, which has been grammaticalized such that they are at present closer to auxiliary verbs than real lexical verbs, and in particular to copular verbs”.

iogurte mudou, mas o falante ainda gosta de Danone, ele pode proferir (56c), e se a falante sempre gostou de Mulan e volta a ver algum dia esse filme, ela pode proferir (56d).

Dessa forma, a combinação de verbos pseudo-copulares com PGPs não é agramatical, embora alguns de seus exemplos (cf. 56a e 56b) sejam apenas marginalmente aceitos.

(II) De acordo com Marín (2010), adjuntos predicativos do sujeito devem denotar situações *stage level*, ou seja, essa posição poderia ser preenchida apenas por SLPs, e não por ILPs, conforme ilustrado abaixo (Marín, 2010, p. 313):

(57a) Ernesto chegou à sua casa farto.

(57b) *Ernesto chegou à sua casa alto.

Da mesma forma que ocorre com o ILP ‘alto’, esse tipo de construção não parece funcionar muito bem para os predicados de gosto quando o sujeito caracterizado se trata de um nome próprio. No entanto, a estrutura parece funcionar bem para sujeitos do tipo [determinante + NP], com nomes comuns em vez de nomes próprios:

(58a) *Danone chegou ao mercado gostoso.

(58b) *Mulan chegou ao cinema divertido.

(58c) O bolo chegou ao mercado gostoso.

(58d) O filme chegou ao cinema divertido.

A partir desse teste, portanto, temos uma conclusão ambígua. A depender do sujeito da sentença, PGPs podem se combinar com os adjuntos predicativos que, segundo Marín (2010), só aceitariam SLPs ou predicados ambivalentes verdadeiros (i.e. do tipo ‘*nervioso*’). Vamos considerar, portanto, que esse teste é um argumento a favor de se considerar que predicados de gosto são predicados do tipo ‘*nervioso*’ (ou seja, que conseguem aparecer em contextos específicos para SLPs).

(III) Quando o verbo ‘*dejar*’ (deixar) toma como complemento uma *small clause*, Marín (2010) afirma que não é possível que o segundo elemento da SC seja um ILP:

(59a) Ela deixou perplexos os ouvintes.

(59b) *Ela deixou imprudentes os ouvintes.

Os predicados de gosto, nesse caso, não se comportam como o ILP ‘imprudentes’, como podemos observar nos exemplos em (60):

- (60a) Nino deixou o Danone gostoso (colocando mel em cima).
- (60b) Nino deixou Mulan divertido (fazendo comentários engraçados durante o filme).

Esse teste, portanto, é um argumento a favor de se considerar PGP's como SLP's.

(IV) Outra estrutura mencionada por Marín (2010) que só permite SLP's são as construções predicativas absolutas. As construções absolutas ocorrem na posição inicial da sentença, funcionando como modificadores temporais (Dini, 1994), muitas vezes envolvendo o participio dos verbos que a compõem (cf. 61). As construções predicativas absolutas, propostas por Marín (2010), estão entre as construções absolutas de Dini (1994), mas funcionam como adjetivos do sujeito (cf. 62), e o predicado que as compõem só pode ser do tipo *stage level*.

- (61) Uma vez limpa a casa, todos foram embora.
- (62) Juan, machucado pelo ocorrido, não conseguia se concentrar.

Marín (2010) aponta ainda que quando essas construções vêm acompanhadas da expressão “uma vez”, deixam ainda mais claro que aceitam apenas SLP's. A inaceitabilidade das sentenças em (63), que trazem ILP's, ilustra o argumento do autor (Marín, 2010, p. 314-315):

- (63a) ?? Pierre francés se adaptó bien a nuestras costumbres.
Pierre francês se adaptou bem aos nossos costumes.
- (63b) *Julia, una vez inteligente y precavida, resolvió el problema.
Júlia, uma vez inteligente e precavida, resolveu o problema.

(V) Finalmente, a última estrutura linguística que Marín (2010) usa para diferenciar ILP's de SLP's são as construções absolutas introduzidas por ‘con’, exemplificada em (64) (Marín, 2010, p. 316):

- (64) Com os participantes totalmente exaustos, o concurso não podia continuar.

Nos exemplos em (65), no entanto, vemos que os PGP's podem aparecer nessas estruturas:

- (65a) Com o bolo gostoso, é difícil fazer dieta.

(65b) Com o filme divertido, é difícil estudar.

Essa estrutura, portanto, é um argumento a favor de se tratar PGPs como predicados ambivalentes verdadeiros.

Para resumir os dados até aqui, novamente trazemos uma tabela que mostra a eficácia dos testes de Marín (2010) para classificar os predicados de gosto ‘gostoso’ e ‘divertido’ como ambivalentes do tipo ‘*viejo*’ (i.e. que se combinam apenas com ‘ser’ e ‘estar’) ou como predicados ambivalentes do tipo ‘*nervioso*’ (i.e. que são aceitos em todos os contextos nos quais um SLP é aceito).

Teste	Argumento a favor de PGPs serem predicados do tipo ‘ <i>viejo</i> ’	Argumento a favor de PGPs serem predicados do tipo ‘ <i>nervioso</i> ’	Não se aplica ao PB
Verbos pseudo-copulares			
Adjuntos predicativos			
Predicados de <i>small clause</i> complemento dos verbos ‘ <i>tener</i> ’ e ‘ <i>dejar</i> ’			
Construções predicativas absolutas			
Construções absolutas introduzidas por ‘ <i>con</i> ’			

Tabela 3: Eficácia dos testes de Marín (2010) para classificação dos PGPs em PB

Pela tabela, fica fácil notar que todos os testes de Marín (2010) que se aplicam ao português brasileiro atestam para que os predicados de gosto ‘gostoso’ e ‘divertido’ sejam classificados como predicados ambivalentes do tipo ‘*nervioso*’. Caso tomássemos os adjetivos ‘bonito’ e ‘feio’ como predicados de gosto pessoal, isso significaria que os PGPs do espanhol não se comportam como os PGPs do PB, já que o autor classifica ‘*bonito*’ e ‘*feo*’ como predicados ambivalentes do tipo ‘*viejo*’.

Assim, se na seção anterior não fica tão claro que PGPs em PB são predicados de *individual level*, nesta seção os testes de Marín (2010) parecem mais conclusivos que os de Pearson (2013) em

afirmar que predicados de gosto pessoal não são *apenas* predicados de *individual level* e, na realidade, podem se comportar tanto como ILPs quanto como SLPs.

Assumir que PGP são predicados ambivalentes explicaria algumas questões que encontramos até aqui. Explicaria por que esses predicados podem se combinar com o verbo ‘estar’ sem que seja necessário um processo de coerção para a interpretação da sentença, conforme vimos na seção anterior. Também explicaria por que alguns testes de Pearson (2013) apontam tanto para um tratamento dos PGPs como ILPs quanto para um não-tratamento desses itens como ILPs: predicados de gosto se comportam como ILPs porque são ILPs, mas também pertencem a outra categoria e, por isso, são aceitos em contextos que predicados de *individual level* puros não são aceitos.

No entanto, há ainda um problema a ser explicado. Qual é a diferença entre proferir uma sentença com PGP usando ‘ser’ ou usando ‘estar’? Um predicado ambivalente como ‘nervoso’ (Marín, 2010), por exemplo, também pode ser proferido com o ‘ser’ e com o ‘estar’, conforme observamos em (66). As interpretações de (66a) e (66b) são diferentes: em (66a), o falante fala sobre um traço inerente de Victor, enquanto em (66b), fala-se sobre o estado atual de Victor, que é algo passageiro.

(66a) Victor é nervoso.

(66b) Victor está nervoso.

Note que (66b) pode ser verdadeira, ainda que (66a) não seja (ou seja, ainda que Victor não tenha como característica ser nervoso).

Seria essa a diferença entre proferir uma sentença como (67a) ou uma como (67b) também?

(67a) Esse bolo é gostoso.

(67b) Esse bolo está gostoso.

Imaginando que dois falantes estão em uma festa, e um deles aponta para um bolo e profere (67a) ou (67b) para o outro. Ambas as sentenças são aceitáveis nesse contexto. Ambas as sentenças também parecem falar sobre uma característica inerente do bolo, e não sobre um estado do bolo, ao contrário do que ocorre em (66b).

Na próxima seção, analisaremos mais profundamente o que significa usar cada verbo de cópula em português brasileiro em uma sentença com um predicado de gosto.

2.2.3. Que tipos de argumentos são tomados pelos PGPs?

Como vimos na seção anterior, há casos em que os predicados de gosto pessoal acompanhados do verbo de cópula ‘estar’ não denotam características efêmeras, i.e. não se comportam como o esperado de um predicado de *stage level*. Nesse caso, um problema que teríamos que resolver seria o de explicar qual é a diferença entre as leituras levantadas por sentenças como (68a) e (68b), que, intuitivamente, não são sinônimas:

(68a) Esse bolo é gostoso.

(68b) Esse bolo está gostoso.

De acordo com uma proposta de Marques e Basso (2017), a diferença entre as sentenças em (68) é o tipo de argumento tomado pelo predicado de gosto. Segundo os autores, um PGP acompanhado de ‘ser’ toma apenas argumentos que remetem a uma espécie, enquanto os PGPs acompanhados de ‘estar’ podem tomar argumentos que remetem a uma ocorrência de determinada espécie, i.e., um indivíduo (embora também possam tomar argumentos do tipo espécie, como veremos adiante).

Em favor dessa proposta, os autores apresentam um contexto no qual um indivíduo abre um pacote de bolachas que contém apenas bolachas idênticas (sem variação de forma, cor ou sabor), tira duas das bolachas desse pacote e as experimenta. O falante, nesse caso, falando sobre cada uma das bolachas separadamente, poderia proferir (69a), mas (69b) seria inaceitável nesse contexto (Marques e Basso, 2017, p. 415):

(69a) Essa bolacha está gostosa, mas essa não está gostosa.

(69b) #Essa bolacha é gostosa, mas essa não é gostosa.

O contraste entre (69a) e (69b) ocorre, portanto, porque o PGP ‘gostosa’ combinado com ‘ser’ toma como argumento uma espécie — no caso de (69b), uma espécie de bolachas. Em (69a), que é aceitável, podemos ter a leitura de que o argumento “essa bolacha” tomado por ‘gostosa’ se refere a cada bolacha individual, ou seja, cada ocorrência daquela espécie de bolachas. Se ‘é’ não é aceitável nesse contexto, conforme vemos em (69b), seria porque a estrutura [ser + PGP] não pode aceitar ocorrências individuais como argumentos.

Há exemplos, no entanto, que parecem contradizer a proposta de Marques e Basso (2017). Consideremos as sentenças em (70):

(70a) Nino é divertido.

(70b) Nino está divertido.

Ora, não é possível que (70a), que apresenta uma estrutura [ser + PGP], esteja falando sobre uma “espécie de Ninos”: a única leitura que temos da sentença é que um único indivíduo específico chamado Nino é considerado divertido.

Além disso, o contraste de interpretações entre (70a) e (70b) parece seguir aquele que apresentamos para as sentenças em (66) (repetidas abaixo), que apresenta o predicado ambivalente ‘nervoso’: em (70a), o falante descreve um traço inerente de Nino, enquanto em (70b), o falante descreve o estado atual de Nino, ou seja, diz que ele está agindo de maneira divertida.

(66a) Victor é nervoso.

(66b) Victor está nervoso.

Assim, parece que diferentes predicados de gosto levantam leituras diferentes em relação ao tipo de argumentos que tomam. Poderíamos dizer que a proposta de Marques e Basso (2017) funciona com argumentos de PGPs no geral exceto aqueles que são nomes próprios, como ‘Nino’ em (70). No entanto, verificamos que pode haver essa leitura com outros argumentos que não são nomes próprios também, como em (71):

(71a) Esse seriado é divertido.

(71b) Esse seriado está divertido.

Novamente, temos a leitura de que em (71a), falamos sobre uma propriedade inerente da série, enquanto em (71b), falamos sobre um estado da série. Essa leitura é possível porque seriados costumam ser exibidos ao longo de vários anos e, portanto, podemos dizer que ele está divertido atualmente, ou que no passado não estava divertido.

Assim, vemos que essa leitura é diferente daquela que temos no exemplo (69), no qual não se fala de uma característica inerente da bolacha *versus* uma propriedade passageira da mesma, e sim de uma espécie de bolachas *versus* uma ocorrência de bolacha daquela espécie. A próxima possibilidade que podemos explorar é a de responder à questão: será mesmo que a combinação de ‘estar’ com ‘gostoso’ realmente só gera sentenças que tomam como argumentos indivíduos, como supomos pelos exemplos em (69)? Não seria possível fazer uma abordagem daquelas sentenças que

se assemelhasse mais à leitura que vemos em (70) e (71)?

Marques e Basso (2017, p. 145) apresentam a seguinte sentença como um exemplo de sentença que tem como argumento uma espécie, ainda que o PGP ‘gostoso’ venha acompanhado de ‘estar’:

(72) Eu não gostava, mas desde que mudaram a fórmula, Danone está gostoso.

Pela sentença (72), podemos concluir, portanto, que ‘estar-gostoso’ não seleciona apenas ocorrências de determinada espécie, como parece ser o caso pelos exemplos em (70), mas pode também selecionar espécies.

Qual seria, então, a diferença entre “Danone é gostoso” e “Danone está gostoso”, já que ambas as sentenças tomam como argumento uma espécie? Marques e Basso (2017) propõem que ‘está-gostoso’ seleciona espécies no eixo do tempo, algo que fica claro pelo exemplo (72), que explicita que o falante fala não do Danone do passado, mas sim a espécie no presente, depois de um acontecimento na linha do tempo que mudou o *status* do iogurte (i.e., a mudança da fórmula). Ora, essa parece ser uma leitura *stage level* de “Danone está gostoso”, já que se fala no eixo do tempo e, portanto, entende-se que ‘estar-gostoso’ é uma propriedade efêmera de Danone.

Assim, podemos concluir que [estar + PGP], de fato, em casos que toma como um argumento uma espécie, gera leituras *stage level*. As sentenças (70) e (71) mostram, também, que mesmo quando essa estrutura toma um argumento do tipo ocorrência/individual, ela pode se configurar como um SLP.

No entanto, como já vimos, esse não é o caso de sentenças como (68b) (no contexto de uma festa na qual o falante indica um bolo para seu interlocutor comer), e também não explica o contraste entre as sentenças em (69) (no contexto em que as bolachas das quais o falante fala a respeito são idênticas e tiradas de um mesmo pacote), mesmo que nessas sentenças o argumento de ‘estar-gostoso’ seja uma ocorrência, como ocorre em (70) e (71).

(68b) Esse bolo está gostoso.

(69a) Essa bolacha está gostosa, mas essa não está gostosa.

(69b) #Essa bolacha é gostosa, mas essa não é gostosa.

As sentenças (68b) e (69) não parecem estar atribuindo a seus argumentos propriedades

efêmeras, mas sim propriedades inerentes, o que seria um indicativo de que ‘gostoso’, mesmo combinado com ‘estar’, deve ser lido como um ILP, ao contrário do que os exemplos (70b), (71b) e (72) parecem sugerir. A partir daqui, consideramos possíveis quatro caminhos para resolver esse impasse.

Como primeira opção, poderíamos argumentar que ‘gostoso’ e ‘divertido’, embora sejam ambos PGPs, não se comportam de maneira igual. Tal manobra explicaria por que (70) e (71) podem gerar leituras *stage level*, enquanto (68b) e (69a), embora também usem como verbo de cópula ‘estar’, não conseguem fazer o mesmo. Isso significaria propor uma divisão interna dos predicados de gosto pessoal em subcategorias, sendo que alguns PGPs se comportam de determinada maneira (por exemplo, da mesma forma que ‘gostoso’), enquanto outros se comportam de outra maneira (por exemplo, como ‘divertido’). Essa subdivisão, no entanto, complicaria o tratamento dispensado aos predicados de gosto, já que fragmentaria ainda mais uma categoria que tem, pelo contrário, motivações suficientes para ser incorporada em uma categoria maior de predicados avaliativos (conforme veremos no próximo capítulo).

Outra opção seria considerarmos novamente a possibilidade de os verbos de cópula diferentes tomarem argumentos diferentes, mas que ela não parece funcionar com as sentenças em (70) e (71) porque certos argumentos não apresentam a possibilidade de serem espécie ou ocorrência, como ocorre com ‘bolacha’ em (69). Uma bolacha ou um bolo (argumentos de (68b) e (69)) são objetos que podem ser replicados de forma mais ou menos idêntica. No entanto, uma pessoa ou uma obra de ficção como ‘Nino’ ou ‘esse seriado’ (argumentos de (70) e (71)) não são objetos possíveis de serem replicados de forma idêntica. Assim, como ‘Nino’, por exemplo, não pode se referir a uma “espécie de Ninos” (como ocorre com ‘essa bolacha’ em (69)), então temos uma leitura de que o argumento é uma ocorrência, e, considerando que “Nino é divertido” e “Nino estar divertido” não são sentenças sinônimas, e não podemos interpretar um ‘Nino’ como espécie e outro como argumento como fazemos com ‘bolacha’, a leitura que temos é que uma se refere a uma propriedade inerente de Nino e a outra a uma propriedade passageira, ou seja, temos uma leitura *individual* ou *stage level*.

Uma terceira possibilidade envolve, também, a reconsideração da ideia de que os verbos de cópula não dizem se o predicado é *individual* ou *stage level*, mas sim que selecionam tipos de argumentos, espécies ou ocorrências. Nesse caso, também em exemplos como (70) e (71) é possível que as versões das sentenças com ‘ser’ tomem argumentos que são espécies, e as versões com ‘estar’ tomem argumentos que são ocorrências ou espécies no eixo do tempo. No entanto, não há contraste entre as versões com ‘ser’ e ‘estar’ das sentenças porque ‘Nino’ e “essa série” são espécies que têm apenas uma ocorrência.

Finalmente, a quarta e última opção que apresentamos aqui como caminho para resolver esse impasse é a de considerar novamente a proposta de Marques e Basso (2017) ao pé da letra, e dizer que ‘ser’ seleciona apenas espécies, e ‘estar’ tanto ocorrências quanto espécies. Isso significaria dizer que, da mesma forma que há um contraste entre (68a) e (68b) no sentido de que em (68a) fala-se sobre uma espécie de bolos, e em (68b) pode-se estar falando sobre uma ocorrência de bolo, em (70a) o sujeito ‘Nino’ se comporta como uma espécie, e em (70b) o sujeito ‘Nino’ se comporta ou como uma ocorrência ou como uma espécie no eixo do tempo. Para defender isso, poderíamos argumentar que, embora não haja uma espécie de “Ninos”, podemos dizer que Nino é uma pessoa que, como toda pessoa, muda suas propriedades conforme o tempo passa e, portanto, é, na realidade, um conjunto de “Ninos” que têm características diferentes. Em outras palavras, o Nino do passado já não é mais o mesmo Nino do presente, já que as pessoas estão mudando constantemente suas propriedades; no entanto, consideramos que Nino, não importando a passagem do tempo, é a mesma pessoa em certo sentido, uma pessoa que contém todos esses Ninos que já foram e que serão ainda. Para entender melhor a ideia, consideremos a sentença em (73):

(73) Um Nino cansado fez a prova.

Seria possível em (73) que utilizemos o artigo indefinido ‘um’ para determinar Nino, já que Nino se comportaria como uma espécie que contém todos os Ninos de diferentes características que ele já foi e será. O falante em (73) não diz que Nino – o ser – que fez a prova, mas sim um dos Ninos que compõem esse ser: um Nino que tem a característica de estar cansado. Da mesma forma, observamos que, em (74), o uso do advérbio ‘ultimamente’ pode indicar que o sujeito ‘Nino’ da sentença está sendo considerado em alguma linha do tempo. Assim, não são os Ninos do passado ou do futuro que compõem o ser que conhecemos por ‘Nino’ que estão sendo considerados, mas sim os Ninos de ‘ultimamente’.

(74) Ultimamente, Nino está tranquilo.

Qualquer um desses caminhos parecem opções viáveis para resolver o problema levantado pelas sentenças em (68b), (69), (70) e (71), no entanto, é essencial que eles sejam melhores investigados e testados, e que suas repercussões para a teoria dos PGPs sejam avaliadas para considerar se são boas soluções ou não. Resolver esses problemas, porém, envolve questões complexas que fogem ao espaço da dissertação e, portanto, os deixamos para futuras investigações.

2.3. Considerações finais do capítulo

Neste capítulo, abordamos dois problemas levantados nas teorias que apresentamos no capítulo 1 sobre o uso dos predicados de gosto pessoal. O primeiro desses problemas diz respeito às inferências que são geradas no uso dos PGPs, em especial aquelas que dizem que, quando um falante profere um PGP (e é ele mesmo quem tem a perspectiva relevante para julgar a sentença), ele deve ter tido a experiência direta exigida pelo PGP (por exemplo, ter comido o argumento caracterizado como ‘gostoso’) para que a sentença possa ser proferida com felicidade. Concluímos que essa inferência é associada a algumas estruturas, como o verbo ‘estar’ e certas estruturas sintáticas do português brasileiro, como a construção [achar + *small clause*]. Também investigamos a natureza de tais inferências, que seriam não pressuposições, mas inferências de familiaridade (Ninan, 2014).

O segundo problema tratado aqui foi o problema da classificação dos predicados de gosto como predicados de *individual level*. A classificação de PGPs como ILPs é central para a teoria de Pearson (2013), já que a formalização dos predicados de gosto dada pela autora é similar àquela dada para os ILPs por Chierchia (1995). Essa questão foi abordada principalmente porque PGPs como ‘gostoso’ e ‘divertido’ podem se combinar, em PB, com o verbo de cópula ‘estar’, que é tradicionalmente associado a predicados de *stage level* (Marín, 2010; Camacho, 2012). Embora tenhamos dado evidências de que PGPs, na realidade, são predicados ambivalentes, i.e., que se comportam tanto como ILPs quanto como SLPs (Marín, 2010), alguns exemplos linguísticos desafiam a noção de que estruturas do tipo [estar + PGP] sejam, de fato, predicados de *stage level*. Por fim, a escolha do verbo de cópula que se combinará com o PGP parece, em certos casos, selecionar argumentos de tipos distintos, ora argumentos que configuram como espécies, ora argumentos que se configuram como ocorrências dessas espécies.

Finalmente, os predicados de gosto pessoal não são os únicos predicados que são subjetivos e parecem depender de uma perspectiva de um indivíduo para serem avaliados. No capítulo seguinte, trataremos de outros itens linguísticos para os quais as teorias que dão conta dos PGPs poderiam ser estendidas.

Capítulo 3. Que outros itens poderiam ser tratados por uma teoria para PGPs?

Como vimos nos capítulos anteriores, os predicados de gosto pessoal são itens que levantam uma série de fenômenos característicos relacionados à sua natureza subjetiva, como o *faultless disagreement*, a necessidade de uma dependência de perspectiva para que possam gerar sentenças verdadeiras ou falsas, inferências relativas à experiência direta do falante que profere uma sentença com um PGP, etc. No entanto, uma questão ainda não foi abordada aqui: quais são, afinal, os predicados de gosto pessoal? Que características são definitivas para reconhecê-los entre os outros itens linguísticos?

De fato, grande parte da literatura sobre predicados de gosto acaba por usar como exemplos desses itens sempre os mesmos adjetivos: ‘*tasty*’ e ‘*fun*’. Esses foram os predicados propostos por Lasersohn (2005), que também explicita em seu trabalho que lidar com predicados que seriam, aparentemente, relativos ao gosto pessoal do falante como ‘bonito’, ‘feio’, ‘bom’ etc. seria perigoso, já que tais adjetivos trazem consigo uma pesada carga filosófica. Dessa forma, muitos autores que se propuseram a estudar os PGPs depois de Lasersohn (2005) acabam usando também os predicados ‘*tasty*’ e ‘*fun*’ como exemplos padrão, já que não é algo bem definido quais são, afinal, os predicados que estão no grupo dos predicados de gosto pessoal.

Ademais, como alguns autores na literatura já apontaram, os predicados de gosto pessoal não são os únicos itens que estão relacionados à subjetividade e que geram fenômenos como o *faultless disagreement*, e que têm necessidade de uma perspectiva de um indivíduo para o julgamento da sentença em que aparecem.

Stephenson (2007) propõe uma abordagem que trata tanto predicados de gosto pessoal quanto operadores modais epistêmicos como ‘*might*’ (‘poder’) e ‘*must*’ (‘dever’ ou ‘ter que’), mostrando que esses últimos também apresentam os fenômenos relacionados aos PGPs apresentados no primeiro capítulo deste trabalho.

Gutzmann (2016), como apresentamos no capítulo 1, também propõe que uma teoria sobre expressivos daria conta não apenas desses itens, mas também dos predicados de gosto pessoal, já que ambos teriam em comum a expressão de valores afetivos, além de uma proposição analisável quanto a valores de verdade em um mundo possível.

Finalmente, outros autores utilizam em seus trabalhos adjetivos diferentes de ‘*tasty*’ e ‘*fun*’ para exemplificarem PGPs, como Fleisher (2013) que utiliza ‘*beautiful*’ (‘bonito’) em seus exemplos, e Silk (2017), que propõe que adjetivos como ‘bonito’, ‘moral’ e ‘provável’, (que falam

de estética, moral e conhecimento) também se comportam como predicados de gosto.

Neste capítulo, portanto, nos propomos a investigar que outros itens podem ser tratados por uma teoria que se proponha a lidar com PGPs. Para isso, investigamos se as teorias do capítulo 1 dão conta de formalizar e prever os fenômenos associados com esses outros itens, candidatos a terem um tratamento similar a PGPs.

O presente capítulo será, então, dividido da seguinte maneira: em um primeiro momento, na seção 3.1, tratamos de outros adjetivos que parecem se comportar como predicados de gosto, como (i) os adjetivos morais, (ii) os adjetivos estéticos, e (iii) os adjetivos epistêmicos (cf., Silk, 2017). Em seguida, na seção 3.2, olhamos um pouco para os verbos que estão associados à subjetividade da perspectiva do falante que julga a sentença, ou seja, para os operadores modais epistêmicos (como propõe Stephenson, 2007). Para ambas as seções, tentamos aplicar as teorias apresentadas no capítulo 1 aos itens selecionados, e verificamos a possibilidade de esses itens se encaixarem em uma abordagem que se proponha a formalizar predicados de gosto pessoal em línguas naturais. Finalmente, na seção 3.3, faremos um apanhado do que vimos neste capítulo.

3.1. Que outros adjetivos se comportam como PGPs?

Silk (2017) propõe uma classe de adjetivos, chamada por ele de “*evaluational adjectives*” (adjetivos avaliacionais)¹⁷, que seriam adjetivos que expressam atitudes avaliativas, normativas ou epistêmicas, tais como os predicados de gosto pessoal. Nessa categoria de adjetivos, como falamos anteriormente neste trabalho, o autor propõe estarem: (i) adjetivos estéticos (como ‘bonito’ e ‘feio’), (ii) adjetivos morais (como ‘bom’ e ‘ruim’) e (iii) adjetivos epistêmicos (como ‘provável’ ou ‘possível’). O autor irá apontar que esses adjetivos e os PGPs pertencem a uma mesma categoria porque se comportam de forma semelhante em determinados contextos. Assim, nesta seção, dedicamos a primeira parte para falar sobre as razões para considerar tais adjetivos como sendo predicados da mesma categoria que os predicados de gosto pessoal, levando em consideração a argumentação de Silk (2017). Em seguida, dedicamos a seção 3.1.2 a mostrar que as teorias do capítulo 1 podem dar conta também dos adjetivos avaliacionais de Silk (2017).

17 O termo “adjetivos avaliacionais”, usado neste trabalho, é uma tentativa de tradução mais fiel ao termo “*evaluational adjectives*” usado por Silk (2017). O autor propõe esse termo em vez de usar “*evaluative adjectives*” (que traduziríamos como “adjetivos avaliativos”), já que este último é usado na literatura frequentemente para denotar subclasses mais restritas de adjetivos, excluindo, por exemplo, adjetivos epistêmicos e predicados de gosto pessoal, itens que, inclusive, o autor propõe que estejam dentro da classe dos *evaluational adjectives* ou adjetivos avaliacionais.

3.1.1. Por que considerar uma única classe de adjetivos avaliacionais?

Em primeiro lugar, o autor mostra que predicados de gosto pessoal, em sua forma positiva, têm dois usos, em contraste com adjetivos gradáveis como ‘alto’ (que não expressam gosto), que têm apenas um uso. Assim, em (1) temos a intuição de que o desacordo é sobre qual média/padrão de ser alta está sendo considerada (por exemplo, se Biba é alta para uma jogadora de basquete, ou alta para uma criança), ou seja, o desacordo é sobre o que conta como alta no contexto de proferimento:

- (1) Nino: Biba é alta.
Pedro: Não, Biba não é alta.

No entanto, um diálogo como (2) levanta duas causas possíveis para o desacordo:

- (2) Nino: Essa pizza é gostosa.
Zequinha: Não, essa pizza não é gostosa.

Por um lado, o desacordo pode ser da mesma natureza que aquele visto em (1), ou seja, os falantes discordam sobre o que conta como gostoso no contexto, como ocorre em (3), considerando um contexto no qual os falantes estão procurando um bolo para a festa de aniversário de um amigo em comum (Silk, 2017):

- (3) Nino: Esse bolo é gostoso.
Biba: Não é, não. Vamos continuar procurando, dá para achar um bolo melhor para o Pedro.

Por outro lado, há um outro tipo de desacordo que não ocorre com adjetivos gradáveis como ‘alto’, mas que ocorre com predicados de gosto. Em desacordos dessa segunda natureza, os falantes não discordam sobre o padrão ou a média que deve ser levado em conta no contexto, mas sim sobre a qualidade do objeto caracterizado em si, como podemos observar em (4) (Silk, 2017):

- (4) Nino: Esse bolo é gostoso.
Biba: Não é, não. É muito doce.

É interessante notar que, no diálogo em (3), é possível que tanto Nino quanto Biba tenham gostado do bolo e apenas discordem que o bolo seja suficientemente gostoso para a festa de Pedro, enquanto em (4) o desacordo se dá justamente porque um dos participantes (Biba) não gostou do bolo, enquanto o outro (Nino) gostou.

Assim como os PGP, os adjetivos avaliacionais de Silk (2017) também apresentam desacordos de duas naturezas diferentes, como podemos observar nos exemplos abaixo:

(5a) Nino: Esse professor é bom.

Biba: Não é, não, tem professores que fazem mais coisas boas que ele.

(5b) Nino: Esse professor é bom.

Biba: Não é, não, ele humilhou um aluno na semana passada.

(6a) Nino: Esse quadro é bonito.

Biba: Não é, não, podemos achar um quadro melhor para dar para Pedro.

(6b) Nino: Esse quadro é bonito.

Biba: Não é, não, ele é todo assimétrico.

(7a) Nino: Pedro comprou 50 bilhetes de loteria. É provável que ele ganhe.

Biba: Não é, não. Zeca comprou 500 bilhetes de loteria.

(7b) Nino: Pedro comprou 50 bilhetes de loteria. É provável que ele ganhe.

Biba: Não é, não. Ganhar na loteria é quase impossível.

Em (5), Biba pode discordar da asserção de Nino sobre determinado professor ser bom por dois motivos distintos: ou porque, em comparação com outros professores, ele fica abaixo da média na escala de bondade (cf. 5a), ou, ainda, porque “ser bom”, de fato, não faz parte de suas características (cf. 5b). Em (6a), novamente, temos uma situação em que Biba diz que o quadro não pode ser considerado bonito porque, numa escala de quadros bonitos para dar para Pedro, esse quadro fica abaixo da média, enquanto em (6b) Biba simplesmente nega o fato de o quadro ser bonito por achar que essa não é uma propriedade do quadro. Finalmente, em (7a), Biba discorda de Nino porque acha que Pedro ganhar na loteria não é o mais provável dos acontecimentos entre todos que podem acontecer. Já em (7b), Biba acha que Pedro ganhar na loteria é uma situação improvável por si só.

Assim, os exemplos de (5) e (7) mostram que adjetivos morais (cf. (5)), estéticos (cf. (6)) e

epistêmicos (cf. (7)) se comportam da mesma forma que os predicados de gosto pessoal no sentido em que o *faultless disagreement* gerado por eles também pode ser de duas naturezas distintas, relativas à escala relevante usada no contexto (como podemos ver nos diálogos (a) de cada exemplo) ou então relativas às propriedades atribuídas ao objeto caracterizado (como podemos ver nos diálogos (b) de cada exemplo).

Silk (2017) propõe ainda, para mostrar que adjetivos morais, estéticos e epistêmicos se comportam como predicados de gosto, olhar para as formas comparativas dos adjetivos analisados. Já vimos na introdução que predicados vagos como ‘alto’ não geram *faultless disagreement* em estruturas de comparação (cf. (8)), diferentemente dos PGPs, que, mesmo na forma comparativa, geram o fenômeno (cf. (9)).

(8) Zeca: Nino é mais alto que Pedro.

Biba: Não, Nino não é mais alto que Pedro.

(9) Zeca: Gatos são mais divertidos que cachorros.

Biba: Não, gatos não são mais divertidos que cachorros.

Além de apontar o contraste que vemos entre (8) e (9), ou seja, que na forma comparativa PGPs se comportam de forma diferente de outros tipos de adjetivos graduáveis, Silk (2017) também identifica em seu texto que verbos como ‘*find*’ encaixam com felicidade formas comparativas de PGPs, como podemos observar em (10) (Silk, 2017, p. 7):

(10) Fritz finds Alice's cake tastier than Bert's cake.

Fritz acha o bolo da Alice mais gostoso que o bolo do Bert.

Um adjetivo graduável como ‘*tall*’, por outro lado, não é aceito em sua forma comparativa como um complemento de ‘*find*’ (Silk, 2017, p. 7):

(11) #I find Robb taller than Ed.

#Eu acho o Robb mais alto (do) que o Ed.¹⁸

18 Considerando um contexto no qual os falantes falam da altura física de Robb e Ed, e que eles veem claramente a altura de Robb e Ed em comparação, por exemplo, um contexto no qual Robb e Ed estão lado a lado e na frente do falante, não é possível proferir (11) em PB, assim como ocorre em inglês. Em contextos mais indefinidos, por exemplo, se o falante fala de dois jogadores de basquete que apareceram na televisão, mas sem evidências claras de quem é mais alto, a sentença parece ser mais aceitável.

Da mesma forma que ocorre com PGPs, Silk (2017) observa que adjetivos morais (cf. (12a)), estéticos (cf. (12b)) e epistêmicos (cf. (12c)) também são aceitos em sua forma comparativa encaixados sob o verbo ‘*find*’:

(12a) I find Pat more well-off than Sal.

Eu acho o Pat mais bem de vida que o Sal.

(12b) I find this painting more beautiful than the last one.

Eu acho essa pintura mais bonita que a última.

(12c) I find peace more likely than war.

Eu acho paz mais provável que guerra.

Em português brasileiro, o padrão apresentado pelos testes de Silk (2017) se mantém, e apenas a forma comparativa de predicados avaliacionais podem aparecer na *small clause* que é complemento do verbo ‘achar’, como podemos observar nos exemplos em (13). A sentença em (14), por outro lado, não é aceitável, justamente porque o verbo ‘achar’ toma um adjetivo graduável não-avaliacional como complemento.

(13a) Nino acha o bolo da Biba mais gostoso que o bolo do Pedro.

(13b) Eu acho o Nino mais próspero que o Pedro.

(13c) Eu acho esse quadro mais bonito que aquele.

(13d) Eu acho paz mais provável que guerra.

(14) #Eu acho o Nino mais alto que o Pedro.

Os dados do PB, portanto, parecem corroborar a proposta de Silk (2017) de se juntar, numa mesma categoria de adjetivos avaliacionais, PGPs e adjetivos estéticos, morais e epistêmicos.

No entanto, observamos que um exemplo como (15) parece representar um problema que vai contra essa conclusão:

(15) Eu acho essa cama maior que aquela.

Pensando que ‘maior’ é o mesmo que dizer ‘mais grande’, e levando em consideração que ‘grande’ não parece ser um adjetivo avaliacional, não deveria ser possível, pelo menos segundo a argumentação de Silk (2017), que a sentença (15) fosse aceitável.

Esse exemplo, porém, poderia ser explicado tendo como base o próprio texto de Silk (2017) que faz referência a um tipo de sensibilidade a contexto de certos predicados que tem como fonte a multidimensionalidade. Ou seja, tendo em vista que ‘grande’ é um adjetivo que diz respeito a mais de uma dimensão possível (uma cama pode ser grande em altura, ou em largura, ou em volume, ou em uma combinação de mais de uma dimensão, etc.), o que ocorre em (15) é que uma pessoa pode estar dando sua opinião com relação em uma dimensão específica da cama, mas não em relação a outras. Se o falante especifica, no entanto, a qual dimensão da cama ele se refere, a sentença perde sua aceitabilidade:

(16) #Em questão de altura, eu acho essa cama maior que aquela.

O mesmo não ocorre com predicados de gosto. Mesmo predicados como ‘gostoso’, que parecem tratar simultaneamente de várias dimensões, continuam aceitáveis em estruturas como (16) ainda que especifiquemos a qual dimensão o falante se refere:

(17a) Em questão de doçura, eu acho esse bolo mais gostoso que aquele.

(17b) Em questão de textura, eu acho esse bolo mais gostoso que aquele.

Quanto aos demais adjetivos avaliacionais de Silk (2017), o padrão de aceitabilidade das sentenças que especificam a dimensão levada em conta pelo falante parece se manter como a de (17), ou seja, as sentenças são aceitas:

(18a) Em questão de dinheiro, eu acho Nino mais bem de vida que Pedro.

(18b) Em questão de simetria, eu acho esse quadro mais bonito que aquele.

(18c) Em questão da atual conjuntura política, eu acho guerra mais provável que paz.

Dessa forma, podemos dizer que o teste de encaixar adjetivos na forma comparativa na *small clause* de ‘achar’ parece de fato conseguir distinguir predicados verdadeiramente subjetivos como os PGPs e outros adjetivos avaliacionais daqueles predicados que são vagos, mas não complementemente subjetivos. Como os predicados de gosto e os adjetivos morais, estéticos e epistêmicos parecem, também, ter um comportamento paralelo nas sentenças trazidas nesta seção, podemos concluir que, como Silk (2017) propõe, estamos diante de adjetivos que podem ser classificados numa mesma categoria. O próximo passo, na seção seguinte, será mostrar como as teorias pensadas para os PGPs apresentadas no capítulo 1 podem dar conta também do restante dos adjetivos avaliacionais. Com

isso, esperamos também confirmar ou não a proposta de Silk (2017) de que os predicados dentro da categoria dos adjetivos avaliacionais podem ser tratados por uma mesma teoria.

3.1.2. Como as teorias para PGPs lidam com os adjetivos avaliacionais?

Como vimos anteriormente, adjetivos avaliacionais estéticos, morais e epistêmicos também se comportam como predicados de gosto pessoal em determinadas situações, o que nos leva a acreditar que esses adjetivos também podem ser tratados por uma teoria que dê conta de tratar os PGPs. Nesta seção, mostramos como esses adjetivos podem ser formalizados pelas teorias do capítulo 1.

(I) Em primeiro lugar, olhemos para a abordagem relativista de Stephenson (2007), e como essa abordagem formaliza a sentença “Esse bolo é gostoso”:

$$(19) \quad [[\text{Esse bolo é gostoso}]]^{w,t,j} = \\ [\lambda x_e . [\lambda y_e . y \text{ é gostoso para } x \text{ em } w \text{ e } t]] ([[PRO_J]]) ([[esse bolo]])$$

Lembramos, ainda, que segundo a teoria da autora, todos os predicados devem aceitar um argumento a mais do que aceitam tradicionalmente, que será preenchido por um indivíduo cuja perspectiva deverá ser levada em consideração para o julgamento da sentença. Para Stephenson (2007), o preenchimento desse argumento só alteraria o valor de verdade de sentenças com elementos como predicados de gosto, que são dependentes do juiz para serem avaliados. Seguindo sua linha de argumentação, e considerando adjetivos estéticos, morais e epistêmicos como pertencentes a uma mesma classe que os PGPs também, o argumento para o juiz da sentença também alteraria os demais adjetivos avaliacionais, que também deveriam ser dependentes do juiz, como os PGPs. Assim, sentenças como “Esse quadro é bonito”, “Esse professor é bom” e “A guerra é provável”, com base em Stephenson (2007), seriam formalizados da seguinte maneira:

$$(20a) \quad [[\text{Esse quadro é bonito}]]^{w,t,j} = \\ [\lambda x_e . [\lambda y_e . y \text{ é bonito para } x \text{ em } w \text{ e } t]] ([[PRO_J]]) ([[esse quadro]])$$

$$(20b) \quad [[\text{Esse professor é bom}]]^{w,t,j} = \\ [\lambda x_e . [\lambda y_e . y \text{ é bom para } x \text{ em } w \text{ e } t]] ([[PRO_J]]) ([[esse professor]])$$

$$(20c) \quad [[\text{A guerra é provável}]]^{w,t,j} = \\ [\lambda x_e . [\lambda y_e . y \text{ é provável para } x \text{ em } w \text{ e } t]] ([[PRO_J]]) ([[a guerra]])$$

A fórmula em (20a) poderia ser parafraseada da seguinte forma: y , sendo y esse quadro, é bonito segundo a perspectiva do indivíduo x , sendo x o juiz da sentença, no mundo w e no tempo t . Similarmente, (20b) pode ser parafraseada como: y , sendo y esse professor, é bom segundo a perspectiva do indivíduo x , sendo x o juiz da sentença, no mundo w e no tempo t . Finalmente, (20c) teria uma paráfrase similar às anteriores: y , sendo y essa guerra, é provável segundo a perspectiva do indivíduo x , sendo x o juiz da sentença, no mundo w e no tempo t .

Por essas paráfrases, vemos que aplicar a teoria de Stephenson (2007) aos adjetivos avaliacionais significa dizer que uma sentença que apresenta tais predicados tem seu valor de verdade dependente da perspectiva de um indivíduo dado pelo contexto de proferimento da sentença, assim como uma sentença como “Esse bolo é gostoso” tem seu valor de verdade relativo à perspectiva de um indivíduo (o juiz). Assim, para que uma sentença como “Esse bolo é gostoso” seja verdadeira, basta que um único indivíduo (o juiz) julgue que ‘esse bolo’ pertença ao conjunto dos elementos gostosos, assim como uma sentença como a de (20a) “Esse quadro é bonito” seria, por essa mesma abordagem, verdadeira quando o indivíduo que serve de juiz à sentença julga que ‘esse quadro’ pertence ao conjunto dos elementos bonitos.

Vale notar, ainda, que as sentenças em (20) podem envolver percepções de naturezas diferentes por parte do indivíduo que julga a sentença. Em (20a), por exemplo, o juiz da sentença pode julgá-la verdadeira ou falsa dependendo de sua *percepção sensorial* do quadro. Esse não é o caso de (20b) e (20c), já que em ambas as sentenças os juízes não podem julgar seus valores de verdade com base em percepções sensoriais diretas, mas sim apenas tirando conclusões com base em evidências. Um aluno poderia proferir a sentença em (20b), por exemplo, ao tomar conhecimento de certas ações que o professor realizou, e, da mesma forma, alguém poderia proferir (20c) depois de estudar sobre assuntos envolvendo a possível guerra e concluir que certos fatos e ocorridos pesam mais para que haja guerra do que para que haja paz. Finalmente, a sentença (20a) pode ser proferida também caso o falante tome conhecimento de que o quadro é bonito sem vê-lo, mas porque alguém (cujo gosto é de confiança do falante) o informou de tal fato, o que mostra que mesmo adjetivos avaliacionais que parecem estar mais intrinsecamente ligados aos sentidos das pessoas também podem ser usados da mesma forma que ‘bom’ e ‘provável’.

Por fim, é importante notar que mesmo com essa diferença de tipos de percepção necessários para o proferimento das sentenças em (19) e (20), todas as naturezas de percepção mencionadas anteriormente se encaixam em ‘para x ’, que é um modo bem genérico de representar, na fórmula, a dependência da sentença em relação à perspectiva de um indivíduo.

(II) Olhemos, agora, para a abordagem contextualista de Pearson (2013), e sua formalização

para a sentença “Esse bolo é gostoso”:

$$(21) \quad [[\text{Esse bolo é gostoso}]^w = \\ \lambda w \lambda z . \forall x, w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{esse bolo}, x, w') \wedge I(y, x)] [\text{gostoso}(\text{esse bolo}, x, w')]$$

Como já vimos anteriormente, nessa abordagem, dizer uma sentença como (21) seria o mesmo que dizer, *grosso modo*, “Esse bolo é gostoso para as pessoas no geral com quem eu me identifico” (caso fosse proferida de uma perspectiva autocêntrica).

Assim, dizer que demais adjetivos avaliacionais como ‘bonito’, ‘bom’ e ‘provável’ podem ser formalizados da mesma forma é dizer que a perspectiva do falante da sentença pode ser generalizada para os outros participantes da conversa não apenas em relação ao gosto pessoal do falante, mas também em relação ao conhecimento que ele tem. Para que isso fique mais claro, consideremos a sentença “A guerra é provável”. Essa afirmação não diz respeito ao gosto pessoal do falante, como (21), mas sim a uma conclusão a que o falante chegou com base no seu próprio processamento de evidências. Em outras palavras, se aplicamos a teoria de Pearson (2013) para os demais adjetivos avaliacionais, quando o falante profere algo como “A guerra é provável”, isso quer dizer que o falante afirma que quem compartilha de seu estado mental (e não de seu gosto, como ocorre em (21)) também vai considerar a guerra provável. As pessoas podem discordar dessa afirmação, por exemplo, pois não consideram que as evidências para a guerra sejam tão fortes quanto o falante considera.

As sentenças “Esse quadro é bonito”, “Esse professor é bom” e “A guerra é provável”, segundo a abordagem de Pearson (2013), seriam formalizadas, então, da seguinte maneira:

$$(22a) \quad [[\text{Esse quadro é bonito}]^w = \\ \lambda w \lambda z . \forall x, w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{esse quadro}, x, w') \wedge I(y, x)] [\text{bonito}(\text{esse quadro}, x, w')]$$

$$(22b) \quad [[\text{Esse professor é bom}]^w = \\ \lambda w \lambda z . \forall x, w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{esse professor}, x, w') \wedge I(y, x)] [\text{bom}(\text{esse professor}, x, w')]$$

$$(22c) \quad [[\text{A guerra é provável}]^w = \\ \lambda w \lambda z . \forall x, w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{a guerra}, x, w') \wedge I(y, x)] [\text{provável}(\text{a guerra}, x, w')]$$

A fórmula em (22a) poderia ser parafraseada da seguinte forma: para todo indivíduo x e todo mundo possível w' , tal que (i) w' é acessível de w , (ii) esse quadro, x e w' são relevantes no contexto (função ‘ C_3 ’) e (iii) o falante se identifica com x (função de identificação I), então esse quadro é bonito para x em w' . Da mesma forma, (22b) quer dizer que para todo indivíduo x e todo mundo

possível w' , tal que (i) w' é acessível de w , (ii) esse bolo, x e w' são relevantes no contexto (função ' C_3 ') e (iii) o falante se identifica com x (função de identificação I), então esse professor é bom para x em w' . Por sua vez, (22c) pode ser parafraseada como: para todo indivíduo x e todo mundo possível w' , tal que (i) w' é acessível de w , (ii) esse bolo, x e w' são relevantes no contexto (função ' C_3 ') e (iii) o falante se identifica com x (função de identificação I), então a guerra é provável para x em w' .

(III) Finalmente, precisamos considerar como a proposta de formalização de Gutzmann (2016) trataria os adjetivos avaliacionais de Silk (2017). Retomando a ideia de Gutzmann (2016), predicados de gosto pessoal seriam interpretados em duas dimensões distintas: uma vericondicional, cuja interpretação está em (23a), e uma uso-condicional, cuja interpretação se encontra em (23b):

- (23a) $[[\text{Esse bolo é gostoso}]]^{t,w,c} =$
 $\lambda x . x$ é gostoso para o juiz de c em w ($[[\text{esse bolo}]]$)
- (23b) $[[\text{Esse bolo é gostoso}]]^{u,w,c} =$
 $\lambda x . x$ contará como gostoso em c ($[[\text{esse bolo}]]$)

Uma formalização segundo a proposta de Gutzmann (2016) para os adjetivos avaliacionais se daria, então, das formas mostradas em (24):

- (24a) $[[\text{Esse quadro é bonito}]]^{t,w,c} =$
 $\lambda x . x$ é bonito para o juiz de c em w ($[[\text{esse quadro}]]$);
 $[[\text{Esse quadro é bonito}]]^{u,w,c} =$
 $\lambda x . x$ contará como bonito em c ($[[\text{esse quadro}]]$)
- (24b) $[[\text{Esse professor é bom}]]^{t,w,c} =$
 $\lambda x . x$ é bom para o juiz de c em w ($[[\text{esse professor}]]$);
 $[[\text{Esse professor é bom}]]^{u,w,c} =$
 $\lambda x . x$ contará como bom em c ($[[\text{esse professor}]]$)
- (24c) $[[\text{A guerra é provável}]]^{t,w,c} =$
 $\lambda x . x$ é provável para o juiz de c em w ($[[\text{a guerra}]]$);
 $[[\text{A guerra é provável}]]^{u,w,c} =$
 $\lambda x . x$ contará como provável em c ($[[\text{a guerra}]]$)

Isso significa dizer que adjetivos estéticos, morais e epistêmicos seriam também avaliados em duas dimensões distintas. Na dimensão vericondicional, julga-se a sentença verdadeira ou falsa

de acordo com a perspectiva do juiz: no caso de (24a), pode-se levar em conta sua percepção visual do quadro, e em (24b) e (24c), leva-se em conta o conhecimento que o falante tem.

No nível uso-condicional, assim como ocorre com o proferimento dos PGPs, o falante profere as sentenças em (24) para expressar as informações que ele considera relevantes para o contexto de proferimento da sentença. Em (24c), por exemplo, o falante pode proferir a sentença “A guerra é provável” se ele considera que a guerra deve ser considerada provável no contexto de proferimento, e isso é uma conclusão à qual ele chega de acordo com sua perspectiva e seu conhecimento da situação. Caso um interlocutor seu negue a sentença, dizendo “Não, a guerra não é provável”, esse interlocutor está apenas dizendo que, de acordo com sua perspectiva, no contexto de proferimento c, a guerra não conta como algo provável.

Nesta seção, vimos como as teorias apresentadas no capítulo 1 podem ser aplicadas para tratar os demais adjetivos avaliacionais trazidos por Silk (2017). Antes de seguirmos para a seção seguinte e verificarmos se os operadores modais podem também ser tratados por uma teoria que dá conta de explicar os PGPs, fazemos uma breve nota sobre o papel do indivíduo cuja perspectiva é levada em consideração para a avaliação das sentenças contendo adjetivos avaliacionais.

3.1.3. Qual o papel do indivíduo ao qual os adjetivos avaliacionais são relativizados?

Tanto em Stephenson (2007) quanto em Gutzmann (2016), vemos a utilização explícita de expressões do tipo ‘para x’ na própria fórmula proposta para o predicado de gosto. Como mencionado anteriormente, essa forma é genérica o suficiente para dizer que a sentença é avaliada em relação aos sentidos do juiz (por exemplo, visão para julgar um quadro bonito, paladar para julgar um bolo saboroso, etc.) quanto para dizer que a sentença é avaliada em relação aos conhecimentos do juiz (por exemplo, familiaridade com evidências que apontam para uma guerra ser provável ou não). A fórmula de Pearson (2013) também não é incompatível com uma interpretação de que a sentença é relativizada ao conhecimento/estado de mente do indivíduo cuja perspectiva é levada em consideração.

No entanto, é possível especificar ainda mais as fórmulas dos autores, e deixar mais explícito qual é a natureza dessa perspectiva do indivíduo que é levada em conta para a computação da sentença? Fazemos aqui uma tentativa usando a noção de “alternativas epistêmicas” proposta por Stephenson (2007). Em seu trabalho, a autora propõe definir as alternativas epistêmicas (algo que ela baseia nas alternativas doxásticas de Chierchia (1989) e Lewis (1979)), como o conjunto dos elementos que certo indivíduo sabe. Tal conceito é definido como mostramos abaixo (Stephenson,

2007, p. 44):

$$(25) \quad \text{Epist}_{w,t,x} = \{ \langle w',t',y \rangle : \text{é compatível com o que } x \text{ sabe em } w \text{ e } t \text{ que ele/ela} \\ \text{é } y \text{ em } w' \text{ e } t' \}$$

Podemos usar a noção de alternativas epistêmicas em vez das expressões amplas ‘para x’ e ‘para o juiz da sentença’. A fórmula de Stephenson (2007) para os adjetivos avaliacionais utilizando as alternativas epistêmicas ficaria, então, da seguinte forma:

$$(26a) \quad [[\text{Esse bolo é gostoso}]]^{w,t,j} = \\ \forall \langle w',t',x \rangle \in \text{Epist}_{w,t,j} : \text{gostoso}(\text{esse bolo}) \text{ em } w' \text{ e } t'$$

$$(26b) \quad [[\text{Esse quadro é bonito}]]^{w,t,j} = \\ \forall \langle w',t',x \rangle \in \text{Epist}_{w,t,j} : \text{bonito}(\text{esse quadro}) \text{ em } w' \text{ e } t'$$

$$(26c) \quad [[\text{Esse professor é bom}]]^{w,t,j} = \\ \forall \langle w',t',x \rangle \in \text{Epist}_{w,t,j} : \text{bom}(\text{esse professor}) \text{ em } w' \text{ e } t'$$

$$(26d) \quad [[\text{A guerra é provável}]]^{w,t,j} = \\ \forall \langle w',t',x \rangle \in \text{Epist}_{w,t,j} : \text{provável}(\text{a guerra}) \text{ em } w' \text{ e } t'$$

Também podemos utilizar as alternativas epistêmicas de Stephenson (2007) para reformular as fórmulas de Pearson (2013) (cf. 27) e Gutzmann (2016) (cf. 28):

$$(27a) \quad [[\text{Esse bolo é gostoso}]]^w = \\ \lambda w \lambda z . \forall x, w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{esse bolo}, x, w') \wedge I(y, x)] [\text{gostoso}(\text{esse bolo}, w') \in \\ \text{Epist}_{w,t,x}]$$

$$(27b) \quad [[\text{Esse quadro é bonito}]]^w = \\ \lambda w \lambda z . \forall x, w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{esse quadro}, x, w') \wedge I(y, x)] [\text{bonito}(\text{esse quadro}, w') \in \\ \text{Epist}_{w,t,x}]$$

$$(27c) \quad [[\text{Esse professor é bom}]]^w = \\ \lambda w \lambda z . \forall x, w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{esse professor}, x, w') \wedge I(y, x)] [\text{bom}(\text{esse professor}, w') \\ \in \text{Epist}_{w,t,x}]$$

$$(27d) \quad [[\text{A guerra é provável}]]^w = \\ \lambda w \lambda z . \forall x, w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{a guerra}, x, w') \wedge I(y, x)] [\text{provável}(\text{a guerra}, w') \in \\ \text{Epist}_{w,t,x}]$$

- (28a) $[[\text{Esse bolo é gostoso}]]^{t,w,c} =$
 $\forall \langle w', t', x \rangle \in \text{Epist}_{w,t,j} : \text{gostoso}(\text{esse bolo}) \text{ em } w' \text{ e } t';$
 $[[\text{Esse bolo é gostoso}]]^{u,w,c} =$
 $\lambda x . x \text{ contará como gostoso em } c ([[\text{esse bolo}]])$
- (28b) $[[\text{Esse quadro é bonito}]]^{t,w,c} =$
 $\forall \langle w', t', x \rangle \in \text{Epist}_{w,t,j} : \text{bonito}(\text{esse quadro}) \text{ em } w' \text{ e } t';$
 $[[\text{Esse quadro é bonito}]]^{u,w,c} =$
 $\lambda x . x \text{ contará como bonito em } c ([[\text{esse quadro}]])$
- (28c) $[[\text{Esse professor é bom}]]^{t,w,c} =$
 $\forall \langle w', t', x \rangle \in \text{Epist}_{w,t,j} : \text{bom}(\text{esse professor}) \text{ em } w' \text{ e } t';$
 $[[\text{Esse professor é bom}]]^{u,w,c} =$
 $\lambda x . x \text{ contará como bom em } c ([[\text{esse professor}]])$
- (28d) $[[\text{A guerra é provável}]]^{t,w,c} =$
 $\forall \langle w', t', x \rangle \in \text{Epist}_{w,t,j} : \text{provável}(\text{a guerra}) \text{ em } w' \text{ e } t';$
 $[[\text{A guerra é provável}]]^{u,w,c} =$
 $\lambda x . x \text{ contará como provável em } c ([[\text{a guerra}]])$

Utilizando as alternativas epistêmicas de Stephenson (2007) nas fórmulas apresentadas anteriormente, é mais claro o papel do indivíduo que tem a perspectiva levada em consideração para o julgamento da sentença, seja ele o juiz da sentença ou um indivíduo genérico com quem o falante se identifica. Em suma, a “perspectiva” do indivíduo pode ser definida, então, como seu estado mental/o conjunto de seus conhecimentos.

Por fim, terminamos essa seção apontando que isso também permite uma maior aproximação entre adjetivos como ‘gostoso’/‘bonito’ e ‘bom’/‘provável’, já que todos esses adjetivos seriam proferidos com base no conhecimento do falante. Também vale lembrar que embora adjetivos como ‘gostoso’ e ‘bonito’ possam ser proferidos com base em experiências sensoriais do falante como o paladar e a visão, respectivamente, alguém pode proferir que “O bolo da padaria x é gostoso” mesmo que não o tenha experienciado sensorialmente, caso, por exemplo, ele tenha ouvido de uma terceira pessoa que tal bolo é gostoso e ele confie no gosto da pessoa.

3.2. Operadores modais epistêmicos se comportam como PGPs?

Stephenson (2007) compara os PGPs com os operadores modais epistêmicos (como ‘*might*’

e ‘*must*’, do inglês), argumentando que são itens que apresentam comportamentos similares, e apresenta uma teoria que formaliza de maneira similar esses dois tipos de itens. Nesta seção, lidaremos então sobre as similaridades entre PGPs e modais epistêmicos, a fim de investigar se os operadores modais podem ser tratados por uma teoria que dê conta de explicar os predicados de gosto.

Para isso, primeiramente, mostramos na seção 3.2.1 os argumentos apresentados por Stephenson (2007) com o objetivo de defender que PGPs e modais epistêmicos se comportam de modo similar. Em seguida, na seção 3.2.2, investigamos se operadores modais epistêmicos podem ser formalizados de maneira similar aos PGPs mesmo fora da abordagem proposta por Stephenson (2007). Com isso, esperamos verificar se propor uma formalização similar para esses itens é viável, ou se isso se sustenta apenas na teoria de Stephenson (2007).

3.2.1. Quais são as similaridades entre PGPs e modais epistêmicos?

Os argumentos de Stephenson (2007) para mostrar as similaridades entre os PGPs e os modais epistêmicos se baseiam no comportamento desses itens em duas situações: (i) discurso reportado e (ii) contradições e desacordos.

No caso do comportamento dos itens em discursos reportados, Stephenson (2007) considera predicados de atitude, como *think* (“achar”). Consideremos, então, os exemplos em (29a) e (29b), que apresentam o modal *might* e o PGP *fun*, respectivamente (Stephenson, 2007):

(29a) Sam thinks it might be raining.

Sam acha que pode estar chovendo.

(29b) Sam thinks that the roller coaster is fun.

Sam acha que a montanha-russa é divertida.¹⁹

De acordo com Stephenson (2007), o que (29a) e (29b) têm em comum é que Sam se torna o indivíduo relevante ao qual as sentenças são relativizadas por ser o sujeito do predicado de atitude *think*: em (29a), *might* expressa o estado mental de Sam, e em (29b), o juiz do predicado *fun* é Sam (ou seja, a montanha-russa é divertida para Sam). A autora também nota que o indivíduo que servirá

¹⁹ A sentença de (29b) em inglês pode ter uma interpretação na qual a montanha-russa de que se fala é uma montanha-russa genérica. Nesse caso, a melhor tradução para o PB seria algo nas linhas de “Sam acha que montanha-russa é divertido”.

de juiz é sempre o sujeito imediato da sentença que encaixa o predicado de gosto ou o modal epistêmico, como podemos ver pelos exemplos em (30) (Stephenson, 2007):

- (30a) Mary thinks that Sam thinks it might be raining.
Mary acha que Sam acha que pode estar chovendo.
- (30b) Mary thinks that Sam thinks that the roller coaster is fun.
Mary acha que Sam acha que a montanha-russa é divertida.

Nas sentenças em (30), ainda que haja dois indivíduos relevantes na sentença (Mary e Sam), as sentenças podem apenas ser interpretadas tendo Sam como seu juiz – em (30a), leva-se em conta seu estado epistêmico, e em (30b), seu gosto pessoal/subjetivo.

Por fim, a autora ainda destaca que esse mesmo efeito pode ser atingido com expressões adverbiais para ambos os itens, como nas sentenças em (31) (Stephenson, 2007):

- (31a) *As far as Sam knows*, it might be raining.
Pelo que Sam sabe, pode estar chovendo.
- (31b) The roller coaster is fun for Sam.
A montanha-russa é divertida para Sam.
- (31c) *As far as Sam is concerned*, the roller coaster is no fun.
No que se refere a Sam, a montanha-russa não é nada divertida.

No segundo caso, que diz respeito a contradições e desacordos, Stephenson (2007) afirma que o *faultless disagreement* gerado pelos PGPs também ocorre com os modais epistêmicos, como podemos ver abaixo:

- (32) Mary: Cadê o Bill?
Sam: Não tenho certeza. Ele pode estar no escritório.
Sue: Não pode, não. Ele nunca trabalha de sexta.²⁰

Segundo Stephenson (2007), embora Sam e Sue discordem, parece que os dois podem estar proferindo sentenças verdadeiras. Isso ocorre porque ambos parecem expressar seus estados mentais, e não é possível discordar objetivamente de um estado mental. Nas palavras da autora,

²⁰ No original: Mary: Where's Bill? / Sam: I'm not sure. He might be in his office. / Sue: No, he can't be. He never works on Fridays.

“dois falantes podem discordar sobre uma constatação que contém um modal epistêmico simplesmente porque eles têm estados de conhecimento diferentes” (p. 26, tradução nossa²¹).

De modo similar, o *faultless disagreement* não pode ocorrer nem com PGP's nem com modais epistêmicos caso o falante explicita que está falando de seu próprio gosto (cf. 33) ou de seu próprio conhecimento (cf. 34) (Stephenson, 2007):

(33) Mary: Como foi a festa?

Sam: Foi divertida para mim.

Sue: #Não foi, não, não foi nada divertida!²²

(34) Mary: O Bill está no escritório?

Sam: Bom, eu não tenho certeza, mas não sei se ele não está.

Sue: #Não, ele não está, ele está em casa! Ele nao trabalha de sexta.²³

Notamos, ainda, que a intuição de que esses dois itens podem ser trabalhados sob uma mesma proposta semântica de Stephenson (2007) parece ser corroborada não apenas pelos exemplos em inglês, mas também pelos dados do PB.

Nesta seção, mostramos os exemplos linguísticos apresentados por Stephenson (2007) (e suas versões em português brasileiro) que, segundo a autora, mostram que predicados de gosto pessoal e operadores modais epistêmicos como ‘*might*’ e ‘*must*’ se comportam de modo similar o suficiente para que a opção de tratá-los sob uma mesma teoria seja viável. Na próxima seção, nos focamos em mostrar uma formalização que dê conta de tratar ambos os itens.

3.2.2. Como podemos formalizar PGP's e modais epistêmicos de forma similar?

Dados os argumentos que apresentamos na seção anterior, Stephenson (2007) propõe uma teoria que formaliza de forma similar os predicados de gosto pessoal e os modais epistêmicos. No entanto, como Pearson (2013) aponta, a teoria de Stephenson (2007) apresenta alguns problemas em sua formalização para predicados de gosto pessoal, que apresentaremos a seguir.

Os principais problemas apontados por Pearson (2013) para teoria de Stephenson (2007) são

21 No original: “(...) two speakers can disagree about a statement containing an epistemic modal simply because they have different knowledge states.”

22 No original: Mary: How was the party? / Sam: It was fun to me. / Sue: #No it wasn't, it was no fun at all!

23 No original: Mary: Is Bill in his office? / Sam: Well, I'm not sure, but I don't know that he isn't. / Sue: #No, he isn't, he's at home! He doesn't work on Fridays.

dois. O primeiro diz respeito à adição do juiz ao índice de avaliação complicar a semântica como um todo. Isso ocorre porque essa adição requer que os predicados tomem como argumentos, além de um mundo possível (e um tempo), também um indivíduo que serve de juiz à sentença. Dessa forma, pelo modelo de Stephenson (2007), um predicado como ‘correr’, que antes era do tipo $\langle e, t \rangle$, agora é do tipo $\langle e, \langle e, t \rangle \rangle$, e um predicado de dois lugares, como ‘amar’, passa de $\langle e, \langle e, t \rangle \rangle$ a $\langle e, \langle e, \langle e, t \rangle \rangle \rangle$, e assim por diante; Pearson (2013) considera tal manobra uma complicação excessiva na computação semântica.

O segundo problema apontado por Pearson (2013) é o de que, pela proposta de Stephenson (2007), as regras de uso dos pronomes silenciosos que podem ocupar a posição do argumento que se refere ao indivíduo ao qual o PGP é relativizado, em especial *pro*, não são claras. De acordo com sua definição, como apresentado na subseção anterior, esse pronome retoma um indivíduo saliente no contexto, o que possibilitaria que uma sentença como (35a) pudesse ser interpretada como (35b), caso *pro* retomasse Biba, que é claramente um indivíduo saliente no contexto; contudo, tal leitura não é possível. Ou seja, a proposta de Stephenson (2007) parece apresentar um problema de sobregeração de sentenças.

(35a) Biba acha que Nino acha que a magia é divertida *pro*.

(35b) Biba acha que Nino acha que a magia é divertida *para Biba*.

Tais críticas de Pearson (2013), somadas àquelas que se referem aos usos dos predicados de gosto de modo aparentemente genérico (cf. 1.3.1), mostram que é interessante que tenhamos uma alternativa à formalização de Stephenson (2007) para os modais epistêmicos. Mostrar que esses itens se adequam a uma outra abordagem que se propõe a lidar com PGPs também fortalece a ideia de que PGPs e modais epistêmicos se comportam de maneira semelhante.

Retomando o que já foi apresentado no capítulo 1, a proposta de Pearson (2013) é a de que “predicados de gosto pessoal como *gostoso* são usados para fazer afirmações sobre a possibilidade de algo ser gostoso para as pessoas em geral, baseada em experiência de primeira pessoa” (Pearson, 2013, p. 15, tradução nossa²⁴). Formalizar os modais epistêmicos da forma proposta por Pearson (2013) significaria dizer que quando alguém diz “Pode estar chovendo”, por exemplo, a pessoa está dizendo algo similar a “É compatível com o conhecimento de pessoas com quem eu me identifico que pode estar chovendo”, em vez de algo como “É compatível com o conhecimento do juiz que pode estar chovendo”, como propôs Stephenson (2007).

24 No original: “Predicates of personal taste such as *tasty* are used to make statements about whether something is tasty to people in general, based on first person experience”.

Da mesma forma que ocorre com os PGPs, o *faultless disagreement* num diálogo como o apresentado em (36), por exemplo, se dá porque Pedro se exclui do conjunto de indivíduos com quem Biba se identifica e que vai compartilhar de seu estado mental:

- (36) Biba: Pode estar chovendo [porque estou ouvindo barulho de água na calha].
Pedro: Não, não pode estar chovendo [porque ainda não é temporada de chuvas].

Uma proposta de formalização desses itens seguindo a teoria de Pearson (2013) se encaixaria no esquema proposto por Kratzer (1977). Na abordagem de Kratzer (1977), uma sentença do inglês que contém o modal *must* seria, na verdade, composta de três partes. A primeira é uma frase modal relativa “*must in view of*”, e ela toma dois argumentos: (i) uma frase como “*what is known*” (“o que é sabido”) ou “*what is good for us*” (“o que é bom para nós”), que vai indicar em que âmbito a sentença será interpretada com relação ao modal (i.e. epistêmico, deôntico, etc.), e (ii) uma sentença. O esquema proposto pela autora é ilustrado na Figura 1 abaixo, que representa a sentença “The ancestors of the Maoris must have arrived from Tahiti” (Kratzer, 1977):

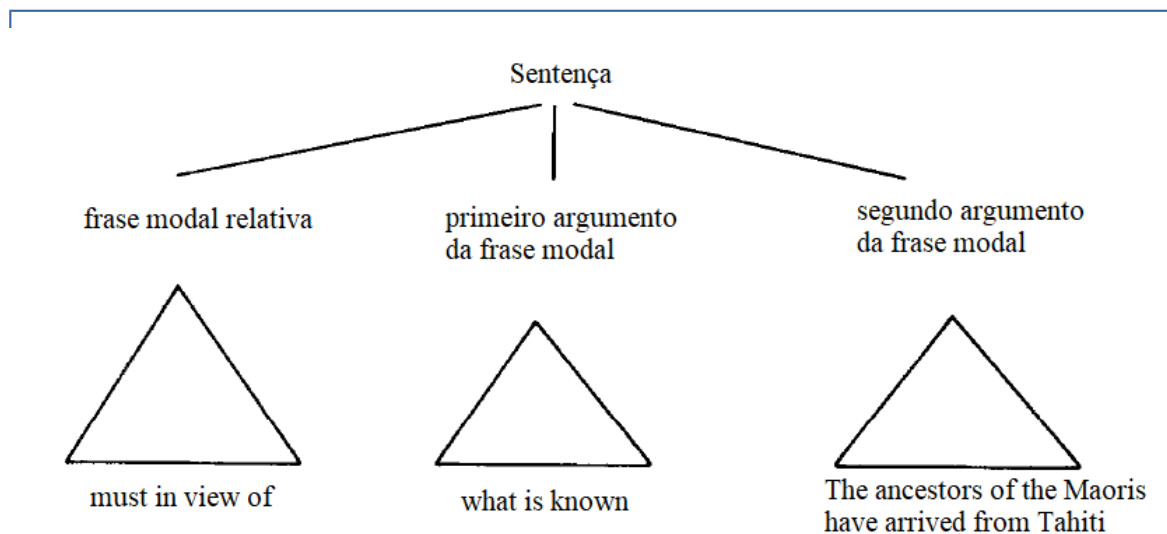


Figura 3: Esquema explicativo da proposta de Kratzer (1977) para o modal *must*

No esquema representado na Figura 3, o primeiro argumento que a frase modal toma é a frase “o que é sabido” (“*what is known*”), que não especifica o detentor do conhecimento. Intuitivamente, a ideia da proposta de Pearson (2013) se aproxima do que propõe Kratzer (1977), já que a frase “o que é sabido”, tomada como argumento, parece de fato generalizar o conhecimento para uma comunidade de falantes.

Antes de propormos uma fórmula segundo os moldes de Pearson (2013) para o modal

“pode”, do PB, consideramos importante lembrar como a autora formaliza os PGPs. Abaixo, representamos a sentença “Esse filme é divertido” segundo a fórmula proposta por Pearson (2013):

$$(37) \lambda w \lambda y . \forall x, w' [Acc(w, w') \& C_3(\text{esse filme}, x, w') \& I(y, x)] [\text{divertido}(\text{esse filme}, x, w')]$$

Nessa fórmula, o filme é considerado divertido para x em w' caso para todo x e todo w' : (i) w' seja acessível de w , (ii) esse filme, x e w' sejam relevantes no contexto e (iii) y se identifique com x .

A forma mais paralela de formalizar uma sentença como “Pode p ” seguindo o que foi apresentado (37) seria a fórmula em (38):

$$(38) \lambda p \lambda w \lambda y . \exists w' \forall x [Acc(w, w') \wedge C(x, w') \wedge I(y, x)] [p(\text{p}(w'), x)]$$

No entanto, parece redundante que se coloque o ‘pode’ explícito na formalização, uma vez que a parte da fórmula $\exists w'$ (a parte que diz que existe pelo menos um mundo possível w') já parece dar o significado de ‘pode’ na fórmula, ou seja, que ‘pode’ é um operador modal que não seleciona necessariamente todos os mundos possíveis, mas sim pelo menos um mundo possível. Se olharmos novamente para a paráfrase da sentença, vemos que, mesmo depois de definir que os mundos possíveis w' em que p acontece não são todos aqueles w' acessíveis de w , ainda assim a fórmula termina com ‘ p pode acontecer em w' ’. Dessa forma, a fórmula não parece explicar o que ‘pode’ faz.

Numa segunda tentativa de formalizar o operador modal, podemos fazer com que o indivíduo cujo conhecimento deve ser levado em consideração para o julgamento da sentença seja tomado como um argumento da sentença em si:

$$(39) \lambda p \lambda w \lambda y . \exists w' \forall x [Acc(w, w') \wedge C(x, w') \wedge I(y, x)] [p(x, w')]$$

Dessa forma, quando alguém profere “Pode p ”, essa pessoa quer dizer algo como “Existe pelo menos um mundo possível w' , acessível de w , tal que para todo x , se (i) x e w' são relevantes no contexto e (ii) o falante se identifica com x , então p ocorre para x em w' ”.

O problema com essa fórmula, no entanto, é que p toma como argumento, além de um mundo possível, um indivíduo x . Dessa forma, o problema da complicação semântica identificada na teoria de Stephenson (2007) se mantém aqui também: um predicado de um lugar agora é de dois lugares, um de dois lugares agora é de três lugares e assim por diante.

De acordo com o que vimos até agora, devemos evitar que a sentença p tome o argumento de indivíduo x que será o avaliador da sentença, mas também evitar com que o item ‘pode’ apareça

na formalização. Uma terceira alternativa seria a formalização em (40):

$$(40) \quad \lambda p \lambda w \lambda y . \exists w' \forall x [\text{Acc}(w, w') \wedge C(x, w') \wedge I(y, x)] [p(w') \text{ para } x]$$

Dessa forma, o argumento x não é tomado pela sentença p e, portanto, não há complicação semântica desnecessária e também não há redundância causada pela presença do ‘pode’ na fórmula. Uma paráfrase de (40) seria a mesma que aquela que damos para (39), com a diferença de que o x não é um argumento de p .

No entanto, a fórmula em (40) não está completa. Temos ainda que definir o que é ‘para x ’ nessa formalização. Seguindo o que já propusemos na seção anterior, consideramos que a expressão ‘para x ’ se refere aqui, também, ao conhecimento do falante (ou indivíduo relevante). Nesse caso, na verdade, é ainda mais claro que a perspectiva do falante trata de seu estado de mente/seu conhecimento, já que estamos falando de operadores modais *epistêmicos*. Assim, olhamos novamente para a noção de alternativas epistêmicas proposta por Stephenson (2007), cuja formalização está repetida em (41).

As alternativas epistêmicas são o conjunto dos elementos sabidos por um indivíduo. Nesse caso, poderíamos considerar que o mundo em que p ocorre pertence às alternativas epistêmicas do indivíduo ao qual a sentença é relativizada. Assim, chegamos à fórmula em (42).

$$(41) \quad \text{Epist}_{w,t,x} = \{ \langle w', t', y \rangle : \text{é compatível com o que } x \text{ sabe em } w \text{ e } t \text{ que ele/ela} \\ \text{é } y \text{ em } w' \text{ e } t' \}$$

$$(42) \quad \lambda p \lambda w \lambda y . \exists w' \forall x [\text{Acc}(w, w') \wedge C(x, w') \wedge I(y, x)] [p(w') \in \text{Epist}_{w,t,x}]$$

Ou seja, quando alguém profere “Pode p ”, está proferindo, em linhas gerais, o seguinte: “existe pelo menos um w' (acessível de w) que para todo x , tal que (i) x e w' são relevantes no contexto e (ii) o falante se identifica com x , então p pertence às alternativas epistêmicas de x em w e t ”.

(41) se adequa às nossas intuições sobre o modal ‘pode’. Podemos verificar essa possibilidade melhor com o exemplo da sentença proferida por Zequinha “Pode estar chovendo”, cuja formalização (nos moldes de (42)) é apresentada em (43):

$$(43) \quad \exists w' \forall x [\text{Acc}(w, w') \wedge C(x, w') \wedge I(\text{Zequinha}, x)] [\text{está_chovendo}(w') \in \text{Epist}_{w,t,x}]$$

O que (43) quer dizer é que existe pelo menos um mundo possível w' , acessível do mundo onde se encontra Zequinha w^* , que para todo indivíduo x , tal que (i) x e w' são relevantes no

contexto e (ii) Zequinha se identifica com x , então entre as alternativas epistêmicas de x (ou seja, dentro do conjunto de elementos sabidos por x) está p .

As alternativas epistêmicas de x são os elementos sabidos por todos os indivíduos x , que são aqueles com quem Zequinha se identifica. Como Zequinha necessariamente deve se identificar com ele mesmo (afinal, ele é ele mesmo), então Zequinha também está incluído no conjunto de indivíduos x , o que explica por que ele não pode negar o próprio conhecimento que há a possibilidade de estar chovendo:

(44) Zequinha: Pode estar chovendo, #mas eu sei que não está chovendo.

Como dito anteriormente, formalizar os modais epistêmicos como Pearson (2013) formaliza os predicados de gosto é o mesmo que dizer que quando Zequinha fala “pode estar chovendo”, ele está falando que “*É compatível com o conhecimento de pessoas no geral com quem eu (Zequinha) me identifico que pode estar chovendo*”. As pessoas com quem Zequinha se identifica (ou seja, cujo conhecimento é compatível com o dele) seriam aquelas que, através das evidências disponíveis (objetivas), chegam à mesma conclusão que ele. O *faultless disagreement* acontece porque mesmo com as mesmas evidências, nem sempre as pessoas chegam à mesma conclusão. Em outras palavras, é possível que alguém discorde de Zequinha porque, mesmo tendo observado, por exemplo, que há pegadas molhadas pelo chão da casa, pode achar que isso não é evidência suficiente para dizer que “pode estar chovendo”.

Nesta seção, mostramos que a ideia de Stephenson (2007) de uma formalização paralela para sentenças contendo PGPs e sentenças contendo operadores modais é forte o suficiente para que sobreviva ainda que não utilizemos a teoria da autora para formalizar tais itens.

3.3. Considerações finais do capítulo

Neste capítulo, nossa proposta foi apresentar outros itens que também poderiam ser tratados por uma teoria que desse conta de explicar os predicados de gosto pessoal.

A primeira categoria de itens que tratamos aqui foi a dos adjetivos avaliacionais (Silk, 2017), que abarcam adjetivos morais (como ‘bom’), epistêmicos (como ‘provável’) e estéticos (como ‘bonito’). Tais adjetivos se comportam como PGPs no sentido em que suas sentenças também devem ser relativizadas à perspectiva de um indivíduo para que possam ser julgadas.

O segundo tipo de item com que lidamos foram os operadores modais epistêmicos, cuja

compatibilidade com uma teoria que trata de PGPs já havia sido levantada por Stephenson (2007). Propusemos, ainda, uma formalização para o modal ‘pode’ do PB que é paralela à formalização de um PGP como ‘gostoso’ utilizando a proposta de Pearson (2013), que julgamos ser mais adequada às nossas intuições de como um predicado de gosto pode ser teoricamente analisado. O fato de que ‘pode’ pôde ser formalizado de forma similar a ‘gostoso’, ainda que numa teoria diferente da de Stephenson (2007), que propôs tal paralelo, é algo que fortalece a ideia de que PGPs e modais epistêmicos são itens que têm o comportamento similar o suficiente para serem tratados por uma mesma teoria.

Considerações finais

Nosso objetivo neste trabalho foi o de apresentar os chamados predicados de gosto pessoal e algumas das principais questões que os envolvem. No capítulo 1, apresentamos o que consideramos ser os problemas centrais trazidos pelo uso dos predicados de gosto pessoal: (i) o *faultless disagreement*, (ii) a dependência de perspectiva e (iii) o uso desses predicados em sentenças encaixadas em verbos de atitude. Mostramos também como a literatura em língua inglesa lida com essas questões. Para isso, apresentamos três diferentes abordagens que se propõem a tratar os problemas gerados pelo uso dos predicados de gosto: (i) a relativista, (ii) a contextualista e (iii) a expressionista.

A abordagem relativista, baseada nos trabalhos de Lasersohn (2005) e Stephenson (2007), propõe que, assim como na semântica intensional sentenças devem ser relativizadas a um mundo possível para que possam ser julgadas verdadeiras ou falsas, sentenças com predicados de gosto devem ser relativizadas à perspectiva de um indivíduo (que servirá de juiz à sentença) para possamos saber seu valor de verdade. A abordagem contextualista de Pearson (2013) vai contra essa ideia, argumentando que predicados de gosto não dizem respeito ao gosto de um único indivíduo específico, mas sim ao gosto de um indivíduo genérico (ou seja, ao gosto de “pessoas no geral”). Finalmente, a abordagem de Gutzmann (2016) afirma que predicados de gosto pessoal não são itens exclusivamente vericondicionais, mas que são, na verdade, analisados em duas dimensões distintas: além da vericondicional, também na dimensão uso-condicional. Na dimensão uso-condicional, sentenças com predicados de gosto seriam julgadas não em relação ao seu valor de verdade, mas suas condições de felicidade.

No capítulo 2, nos focamos em alguns problemas relacionados às teorias do capítulo 1 que surgem quando aplicamos as abordagens dos autores pensadas para o inglês para os dados do português brasileiro. Investigamos principalmente duas questões relacionadas aos PGPs: (i) as inferências que o uso de tais itens levanta e (ii) sua classificação em predicados de *individual* ou de *stage level*.

Sobre a primeira questão, verificamos que as inferências levantadas pelo uso dos predicados de gosto têm relação com a sintaxe da sentença que os contêm: PGPs encaixados como predicados de *small clause* se comportam de maneira diferente do que aqueles que estão encaixados como predicados de um CP. Além disso, o requisito para que um falante possa proferir uma sentença com PGP parece ser mais frouxo do que foi pensado inicialmente na literatura, sendo possível

caracterizar elementos com os predicados de gosto ainda que não se tenha tido contato direto com o elemento caracterizado em si.

A segunda questão partiu do trabalho de Pearson (2013), que toma como pilar de sua proposta a classificação de PGPs como predicados de *individual level*, sugerindo uma formalização similar para esses dois tipos de itens. Essa questão, no entanto, se apresentou como um problema para os dados do PB devido ao fato de que temos, nesta língua, uma diferenciação entre os verbos de ligação ‘ser’ e ‘estar’. A possibilidade de combinar predicados de gosto com ambos os verbos de ligação poderia ser um problema para a classificação dos PGPs em *individual level*, já que o verbo ‘estar’ é tradicionalmente associado com propriedades *stage level*. Vimos, no entanto, que a combinação com os diferentes verbos de ligação não diz respeito à natureza do predicado, mas sim ao tipo de argumento tomado por ele.

Finalmente, no capítulo 3, encerramos o trabalho apontando outros itens que também se beneficiam dos estudos sobre predicados de gosto. Tratam-se de itens que se comportam de maneira similar aos PGPs e, portanto, poderiam ser tratados e formalizados por uma abordagem que desse conta de lidar com os problemas gerados pelo uso desses predicados. Apontamos aqui dois tipos de itens que podem ser classificados, de certa forma, numa mesma categoria que os PGPs: (i) os adjetivos avaliacionais (Silk, 2017) e (ii) os operadores modais epistêmicos (Stephenson, 2007).

Embora o intuito deste trabalho tenha sido o de apresentar os predicados de gosto pessoal e seus aspectos semânticos, sintáticos e pragmáticos, certamente, por questões de tempo e espaço, não foi possível abarcar todos os aspectos que fazem parte da discussão sobre tais predicados na literatura em linguística. Embora tenhamos abordado a questão das inferências levantadas pelos PGPs estarem relacionadas a determinadas estruturas sintáticas, não trouxemos teorias sintáticas que pudessem explicar essa relação. As três propostas que apresentamos no capítulo 1 também não são as únicas encontradas na literatura que apresentam propostas para os predicados de gosto, e deixamos de fora do trabalho outros tipos de abordagem que poderiam estar aqui também.

Ainda que o presente trabalho deixe questões a serem resolvidas, as questões apresentadas aqui tiveram um fechamento em si. E assim esperamos ter contribuído não apenas para o estudo dos predicados de gosto pessoal, mas também para o estudo do português brasileiro, trazendo dados dessa língua para discutir as teorias apresentadas.

Referências

- BARKER, C. The dynamics of vagueness. **Linguistics and Philosophy**, n. 25, p. 1-36, 2002.
- BARKER, C. Negotiating taste. **Inquiry**, n. 56, p. 240-257, 2013.
- BASSO, R. M.; TEIXEIRA, L. R.; VOGT, D. R. Indexicais. In: CRUZ, R. T. da. (org.). **As interfaces da gramática**, volume 1. Curitiba: Editora CRV, 2012, p. 53-72.
- CAMACHO, J. *Ser* and *estar*: The individual/stage-level distinction and aspectual predication. In: HUALDE, J. I.; OLARREA, A.; O'ROURKE, E. (org.). **The handbook of hispanic linguistics**. Malden: Wiley-Blackwell, 2012, p. 453-475.
- CHIERCHIA, G. Anaphora and attitudes De Se. In: BARTSCH, R.; van BENTHEM, J.; van EMDE BOAS, P. (org.). **Language in context**, Dordrecht: Foris, 1989, p. 1-31.
- CHIERCHIA, G. Individual level-predicates as inherent generics. In: CARLSON, G. N.; PELLETIER, F. J. (org.). **The generic book**. Chicago: University of Chicago Press, 1995, p. 176-223.
- DINI, L. Aspectual constraints on Italian absolute phrases. **Quaderni del Laboratorio di Linguistica**, n. 8, p. 52-87, 1994.
- FLEISHER, N. The dynamics of subjectivity. **Proceedings of SALT 23**, p. 276-294, 2013.
- GUTZMANN, D. Expressives and beyond: An introduction to varieties of use-conditional meaning. In: GUTZMANN, D.; GÄRTNER, H. (org.). **Beyond expressives: Explorations in use-conditional meaning**. Leiden/Boston: Brill, 2013.
- GUTZMANN, D. If expressivism is fun, go for it! Towards an expressive account of predicates of personal taste. In: VAN WIJNBERGEN-HUITINK, J.; MEIER, C. (org.). **Subjective meaning: alternatives to relativism**. Berlin: De Gruyter, 2016, p. 21-46.
- HIGGINBOTHAM, J. The logic of perceptual reports: an extensional alternative to situation semantics. **The Journal of Philosophy**, n. 80, p. 100-127, 1983.
- KAPLAN, D. Demonstratives. In: ALMOG, J.; PERRY, J.; WETTSTEIN, H. (org.). **Themes from Kaplan**. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- KENNEDY, C. Two sources of subjectivity: Qualitative assessment and dimensional uncertainty. **Inquiry**, n. 56, p. 258-277, 2013.
- KÖLBEL, M. Faultless disagreement. **Proceedings of the Aristotelian Society** 104, p. 53-73, 2003.
- KRATZER, A. What 'must' and 'can' must and can mean. **Linguistics and Philosophy**, n. 1, p. 337-355, 1977.
- KRATZER, A. Stage-level and individual-level predicates. In: CARLSON, G. N.; PELLETIER, F. J. (org.). **The generic book**. Chicago: University of Chicago Press, 1995, p. 125-175.
- LASERSOHN, P. Context-dependence, disagreement, and predicates of personal taste. **Linguistics and Philosophy**, n. 28, p. 643-686, 2005.

- LEWIS, D. Attitudes *De Dicto* and *De Se*. **Philosophical Review**, 88, p. 513-543, 1979.
- MARÍN, R. Spanish adjectives within bounds. In: CABREDO HOFHERR, P.; MATUSHANSKY, O. (org.). **Adjectives: Formal analyses in syntax and semantics**. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 2010, p. 307-332.
- MARQUES, M. N.; BASSO, R. M. Predicados de gosto em português brasileiro: *individual* ou *stage level predicates*? **Revista Letras**, v. 96, p. 132-151, 2017.
- NINAN, D. Taste predicates and the acquaintance inference. **Proceedings of SALT 24**, p. 290-309, 2014.
- PEARSON, H. A judge-free semantics for predicates of personal taste. **Journal of Semantics**, n. 30, p. 103-154, 2013.
- POTTS, C. The expressive dimension. **Theoretical Linguistics**, n. 33, p. 165-197, 2007.
- SÆBØ, K. J. Judgment ascriptions. **Linguistics and Philosophy**, n. 32, p. 327-352, 2009.
- SILK, A. **Evaluational adjectives** [manuscrito], 2017. Disponível em: <http://www-personal.umich.edu/~asilk/Alex_Silk/home_files/silk%20evaluational%20adjectives.pdf>. Último acesso: 17 mar. 2018.
- STEPHENSON, T. **Towards a theory of subjective meaning**. Tese — Department of Linguistics and Philosophy, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2007.
- STOJANOVIC, I. Talking about taste: Disagreement, implicit arguments, and relative truth. **Linguistics and Philosophy**, n. 30, p. 691-706, 2007.
- STOJANOVIC, I. Evaluative adjectives and evaluative uses of ordinary adjectives. In: BEKKI, D.; MCCREADY, E. (org.) **Proceedings of LENLS 12: Language engineering and natural language semantics**, Tóquio, 2015.
- TEIXEIRA, L. R. **Indexicais e operadores-monstros em português brasileiro**. Tese — Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- WOLF, L. Predicates of personal taste and the evidential step. In: VAN WIJNBERGEN-HUITINK, J.; MEIER, C. (org.). **Subjective meaning: alternatives to relativism**. Berlim: De Gruyter, 2016, p. 69-89.